

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA PRODUÇÃO  
CIENTÍFICA DOS DOCENTES DO CCSH/UFSM EM  
UM REPOSITÓRIO DIGITAL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Luciana Corrêa Vieira**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2013**

**ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA PRODUÇÃO  
CIENTÍFICA DOS DOCENTES DO CCSH/UFSM EM UM  
REPOSITÓRIO DIGITAL**

**Luciana Corrêa Vieira**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Administração, Linha de Pesquisa Sistemas de Gestão e Estruturas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas.**

**Orientador: Prof. Dr. Andre Zanki Cordenonsi**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Corrêa Vieira, Luciana

Organização e disseminação da produção científica dos docentes do CCSH/UFSM em um repositório digital / Luciana Corrêa Vieira.-2013.

139 p.; 30cm

Orientador: Andre Zanki Cordenonsi

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Administração, RS, 2013

1. Produção científica 2. Disseminação do conhecimento  
3. Acesso aberto 4. Repositório institucional 5. Políticas de informação I. Zanki Cordenonsi, Andre II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Administração**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado**

**ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA  
DOS DOCENTES DO CCSH/UFSM EM UM REPOSITÓRIO DIGITAL**

elaborada por  
**Luciana Corrêa Vieira**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Gestão de Organizações Públicas**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Andre Zanki Cordenonsi, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

---

**Carlos Blaya Perez, Dr. (UFSM)**

---

**Milton Luiz Wittmann, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, abril de 2013.

O movimento para acesso livre ao conhecimento científico pode ser considerado como o fato mais interessante e talvez importante de nossa época no que se refere à comunicação científica. Ao mesmo tempo, este movimento representa enorme desafio para a comunidade científica, à medida que, quanto mais amplo o seu sucesso, mais radical será a mudança provocada no sistema tradicional e profundamente arraigado de comunicação do conhecimento científico. (MUELLER, 2006, p.27)

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Administração  
Universidade Federal de Santa Maria

# ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES DO CESH/UFSM EM UM REPOSITÓRIO DIGITAL

AUTORA: LUCIANA CORRÊA VIEIRA

ORIENTADOR: ANDRE ZANKI CORDENONSI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 23 de abril de 2013.

Nos últimos anos, o contínuo avanço das tecnologias de informação vem modificando o processo de produção e comunicação científica, possibilitando novas formas de acesso aos resultados de pesquisas. As universidades e instituições de pesquisa passaram a contar com novas formas de gerar, preservar e disseminar conhecimentos, como os repositórios digitais, que contribuem para aumentar a visibilidade da produção científica da instituição. Contudo, o sucesso da implantação de um repositório depende de uma política de informação consistente que possibilite a ampla disseminação da produção científica e conte com a participação da comunidade acadêmica, principalmente dos docentes que são responsáveis por grande parte do conhecimento gerado no âmbito acadêmico. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo propor uma política de organização, disseminação e acesso para a produção científica dos docentes do CESH/UFSM baseada em acesso livre através de um repositório digital. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, que permitiu caracterizar a produção científica dos docentes do CESH, investigar suas práticas de produção e disseminação do conhecimento e por fim estabelecer ações para a construção de um repositório digital. Dentre os resultados, constatou-se que, apesar das significativas mudanças tecnológicas nas formas de comunicação científica e do entendimento dos docentes a respeito da importância da utilização de meios mais democráticos de acesso à produção científica, existe uma divergência acerca dos conceitos relacionados aos meios de publicação e de comunicação do conhecimento produzido, o que indica a necessidade de um trabalho de apresentação e divulgação de um repositório, demonstrando o seu papel no sistema de comunicação científica, assim como as diferenças e semelhanças com outros sistemas de divulgação da produção científica. Também evidenciou-se que a preocupação dos docentes na adoção de um repositório digital está centrada nas questões referentes a plágio, legitimação do resultado de suas pesquisas, violação dos direitos cedidos aos editores de publicações científicas e exigências de agências de fomento, como a Capes. A política de organização, disseminação e acesso para a produção científica proposta neste estudo foi elaborada considerando alguns aspectos essenciais como objetivos da política de informação; responsabilidades pela gestão do repositório; organização do repositório; conteúdos e formatos; depósito/submissão de documentos; aspectos legais; acesso e sustentabilidade do repositório.

**Palavras-chave:** Comunicação científica. Organização da produção científica. Acesso aberto. Política de informação. Repositório digital.

## **ABSTRACT**

Master's Dissertation  
Programa de Pós-Graduação em Administração  
Universidade Federal de Santa Maria

### **ORGANIZATION AND DISSEMINATION OF SCIENTIFIC PRODUCTION OF TEACHERS OF CCSH / UFSM IN A DIGITAL REPOSITORY**

AUTHOR: LUCIANA CORRÊA VIEIRA

ADVISOR: ANDRE ZANKI CORDENONSI

Date and Location of Defense: Santa Maria, april 23, 2013.

In recent years, the continued advancement of information technology has been changing the production process and scientific communication, enabling new forms of access to research results. Universities and research institutions now have new ways to generate, disseminate and preserve knowledge, such as digital repositories, which contribute to increase the visibility of the scientific output of the institution. However, the successful implementation of a repository depends on a consistent policy of information that enables broad dissemination of scientific and count with the participation of the academic community, especially the teachers who are responsible for much of the knowledge generated in the academic realm. Thus, this paper aims to propose a policy organization, dissemination and access to scientific output of teachers in CCSH/UFSM based on free access through a digital repository. Therefore, we carried out a descriptive study, which allowed us to characterize the scientific output of teachers in CCSH, investigate their production practices and dissemination of knowledge and ultimately establish actions to build a digital repository. Among the results, it was found that, despite significant technological changes in the forms of scientific communication and understanding of teachers about the importance of using resources more democratic access to the scientific literature, there is a disagreement about the concepts related to the means of publication and communication of knowledge produced, indicating the need for a work presentation and disclosure of a repository, demonstrating its role in the scholarly communication system, as well as the differences and similarities with other systems of dissemination of scientific production. It also became clear that the concern of teachers in adopting a digital repository is focused on issues related to plagiarism, legitimacy of the result of their research, violation of rights granted to publishers of scientific and requirements of funding agencies, such as Capes. The policy of the organization, dissemination and access to the scientific proposal in this study was prepared considering some essential aspects like information policy goals; responsibilities for managing the repository; organization repository; contents and formats; deposit/submission of documents , legal aspects, access and sustainability of the repository.

**Keywords:** Scientific communication. Organization of scientific production. Open Access. Information policy. Digital Repository

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01 – Fases da construção de repositórios institucionais de acesso aberto.....</b>	<b>42</b>
<b>Figura 02 – Sistema de comunicação científica e sistema de publicações científicas.....</b>	<b>43</b>
<b>Figura 03 – Processo da pesquisa.....</b>	<b>57</b>
<b>Figura 04 – Etapas da pesquisa.....</b>	<b>58</b>
<b>Figura 05 – Tipos de documentos mais produzidos.....</b>	<b>67</b>
<b>Figura 06 – Distribuição dos tipos de documentos mais produzidos por ano.....</b>	<b>69</b>
<b>Figura 07 – Distribuição dos tipos de documentos publicados em anais.....</b>	<b>71</b>
<b>Figura 08 – Distribuição da produção publicada em anais por Departamento Didático.....</b>	<b>71</b>
<b>Figura 09 – Distribuição de artigos publicados em periódicos por Departamento Didático.....</b>	<b>72</b>
<b>Figura 10 – Políticas de arquivamento.....</b>	<b>78</b>
<b>Figura 11 - Periódicos nacionais e internacionais e as políticas de arquivamento.....</b>	<b>79</b>



## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Abordagens para a criação de repositórios institucionais.....	42
Quadro 02 – Critérios para a escolha do <i>software</i> para a criação de repositórios.....	45
Quadro 03 – Universidades Federais com repositórios institucionais.....	49
Quadro 04 – Aspectos abrangidos pelas políticas institucionais de informação.....	50
Quadro 05 – Conteúdos presentes em repositórios institucionais.....	52
Quadro 06 – Componentes das licenças <i>Creative Commons</i> .....	54
Quadro 07 – Cursos vinculados ao Centro de Ciências Sociais e Humanas..	60
Quadro 08 – Estrutura do questionário.....	61
Quadro 09 – Tipo de permissão de armazenamento.....	77
Quadro 10 - Perfil dos participantes.....	81
Quadro 11 – Canais de divulgação de pesquisas.....	83
Quadro 12 – Fontes de informação para a realização de pesquisas.....	84
Quadro 13 – Razões para publicação de artigos em periódicos.....	85
Quadro 14 – Fatores que influenciariam o depósito em repositórios de acesso aberto.....	88
Quadro 15 – Preocupações dos docentes com o depósito de sua produção científica em acesso aberto.....	94
Quadro 16 – Materiais que os docentes gostariam de encontrar em um repositório institucional.....	95

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01 – Tipos de documentos produzidos.....</b>	<b>66</b>
<b>Tabela 02 – Distribuição dos tipos de documentos produzidos por ano.....</b>	<b>68</b>
<b>Tabela 03 – Quantidade de documentos publicados em anais.....</b>	<b>70</b>
<b>Tabela 04 – Forma de acesso aos periódicos científicos.....</b>	<b>73</b>
<b>Tabela 05 – Conceito dos periódicos.....</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 06 – Forma de acesso aos artigos em periódicos.....</b>	<b>76</b>

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo A – Instituições de ensino e pesquisa contempladas pelo edital IBICT/FINEP.....</b>	<b>137</b>
<b>Anexo B – Modelo de Política Institucional de Informação.....</b>	<b>138</b>

## **LISTA DE APÊNDICES**

<b>Apêndice A – Questionário Levantamento das práticas de produção e disseminação do conhecimento.....</b>	<b>116</b>
<b>Apêndice B – Proposta de política de organização, disseminação e acesso para a produção científica do CCSH/UFSM.....</b>	<b>122</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>1.1 Problema de pesquisa.....</b>	<b>25</b>
<b>1.2 Objetivos da pesquisa.....</b>	<b>26</b>
1.2.1 Objetivo Geral.....	26
1.2.2 Objetivos Específicos.....	26
<b>1.3 Justificativa.....</b>	<b>27</b>
<b>1.4 Estrutura do trabalho.....</b>	<b>28</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>29</b>
<b>2.1 Comunicação científica: geração, disseminação e uso da informação..</b>	<b>29</b>
<b>2.2 Acesso livre e aberto à produção científica: uma nova abordagem para a disseminação da informação.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3 Os repositórios no contexto de acesso aberto: uma alternativa democrática de organizar e disseminar a produção científica.....</b>	<b>36</b>
2.3.1 O desenvolvimento de repositórios institucionais no Brasil.....	40
2.3.2 A construção de repositórios institucionais: abordagens, etapas e aspectos relevantes.....	41
<b>2.4 Políticas de organização e disseminação da informação.....</b>	<b>47</b>
<b>3 MÉTODO DA PESQUISA.....</b>	<b>56</b>
<b>3.1 Caracterização e desenho da pesquisa.....</b>	<b>56</b>
<b>3.2 População e amostra da pesquisa.....</b>	<b>59</b>
<b>3.3 Coleta dos dados.....</b>	<b>61</b>
<b>3.4 Tratamento e análise dos dados.....</b>	<b>63</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>65</b>
<b>4.1 Caracterização da produção científica dos docentes do CCSH.....</b>	<b>65</b>
<b>4.2 Levantamento das práticas de produção e disseminação dos docentes do CCSH.....</b>	<b>80</b>
<b>4.3 Política de organização e disseminação da produção científica dos docentes do CCSH.....</b>	<b>98</b>
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>104</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>136</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A sociedade vive um momento em que a informação e a tecnologia ditam uma nova forma de posicionamento no cenário social e econômico, tornando-se fundamentais nos processos de trabalho das organizações e nas relações pessoais dos indivíduos. Contudo, o volume de informações tem crescido desordenadamente, gerando uma preocupação quanto à forma adequada de gerir as informações e transformá-las em conhecimentos que agreguem valor à sociedade. Nesse sentido, o desenvolvimento das tecnologias tem proporcionado à criação de vários tipos de serviços de informação e comunicação que possibilitam a aquisição, o armazenamento, o processamento, a transmissão e a disseminação de informações.

Inseridas nesse contexto, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) desempenham um papel fundamental no que se refere à produção de informações e conhecimentos, pois no âmbito acadêmico são produzidos e acumulados conhecimentos técnicos, pedagógicos, científicos e culturais capazes de fornecer subsídios para a construção de novos conhecimentos. Conforme Leite e Costa (2006), as universidades constituem um dos principais elos da cadeia de produção do conhecimento no sistema científico, pois reúnem uma grande concentração de pesquisadores de alto nível, que são responsáveis pela realização de pesquisas científicas. Deste modo, Lamon, Hönel e Silva (2010) dizem que as universidades têm relevantes compromissos e responsabilidades na promoção do desenvolvimento científico e cultural, por isso devem empreender esforços no sentido de cumprir suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão de forma a contribuir para o progresso da ciência e da sociedade como um todo.

No entanto, há que se considerar que o atual sistema de comunicação científica tem limitado a disponibilidade de grande parte da produção científica, devido ao alto custo das assinaturas de periódicos onde os resultados das pesquisas são publicados. Vila Nova, Ribeiro e Galindo (2011) consideram que o modelo tradicional da disseminação da informação representa essencialmente uma redução do impacto da informação, uma vez que, as instituições ou bibliotecas que mantenham assinaturas de determinados periódicos científicos tornam-se fontes exclusivas e restritas para o acesso as informações validadas pela comunidade científica.

Além disso, uma parcela dos documentos gerados como produto de pesquisas se encontra dispersa dentro das instituições, ficando restrito aos seus produtores e poucos pesquisadores, o que aponta para a necessidade de uma adequada gestão da informação produzida em meio acadêmico, possibilitando a ampliação da disseminação e do uso do conhecimento gerado. Portanto, as universidades devem preocupar-se em manter organizada a sua produção intelectual, com vistas a promover o acesso aos resultados de suas pesquisas, fazendo com que o conhecimento gerado em meio acadêmico retorne a sociedade de uma forma mais ampla, contribuindo para o seu desenvolvimento.

É importante destacar que o crescente avanço das tecnologias tem causado mudanças significativas no processo de produção científica, modificando o cenário de atuação das universidades, que passaram a contar com novas formas para gerar, preservar e disseminar conhecimentos. Conforme Rosetto e Marques (2010), nos últimos 20 anos, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação tem proporcionado a criação de vários tipos de serviços de informação através da internet, como as bibliotecas digitais e os repositórios institucionais, sendo possível dispor publicações e recursos de informação em ambientes digitais, criando inúmeras condições para armazenagem e acesso.

O uso das tecnologias de informação e comunicação nas universidades, de acordo com Rosa (2010, p.49), “tornou-se essencial para a conquista e democratização de novos saberes, avanço e difusão do conhecimento”. Nesse sentido, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem implantado sistemas que possibilitam a ampliação da disseminação da informação, como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que conta com quase três mil teses e dissertações publicadas com texto integral e o Portal de Periódicos Eletrônicos da UFSM, lançado em 2012, que reúne em um único ambiente os periódicos científicos da instituição, visando o livre acesso à produção científica (PORTAL DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS UFSM, 2012).

O novo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSM, elaborado para o período de 2011 a 2015, também demonstra a preocupação da Instituição com a disseminação do conhecimento, uma vez que estabelece entre seus objetivos fundamentais: o estímulo à pesquisa; o fomento à extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e aos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na Instituição; a divulgação dos

conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, e a transmissão do saber por meio do ensino, de publicações e/ou de outras formas de comunicação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2011a).

Observa-se que a questão da difusão do conhecimento é valorizada não só em seus objetivos fundamentais como também em sua nova filosofia institucional, que estabelece como missão da UFSM “construir e difundir conhecimento, comprometida com a formação de pessoas capazes de inovar e contribuir com o desenvolvimento da sociedade, de modo sustentável” e como visão “ser reconhecida como uma instituição de excelência na construção e difusão do conhecimento, comprometida com o desenvolvimento da sociedade, de modo inovador e sustentável” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2011a, p. 35).

Nesse sentido, considera-se que a implantação de um repositório institucional poderá servir de ferramenta para reforçar a intenção da Instituição em ser reconhecida como uma Instituição de excelência na construção e difusão do conhecimento. Contudo, entende-se que primeiro é necessário conhecer a produção intelectual desenvolvida em âmbito acadêmico e, principalmente, estabelecer políticas de informação que possibilitem reunir, organizar, preservar e divulgar os resultados de suas pesquisas, através de sistemas como o repositório institucional.

## **1.1 Problema de pesquisa**

Nos últimos anos, as universidades passaram a contar com novas formas de gerar, preservar e disseminar conhecimentos, pois com o contínuo avanço das tecnologias de informação e comunicação muitas inovações foram incorporadas ao processo de produção e comunicação científica, modificando o modo de publicação e acesso aos resultados das pesquisas. Da mesma forma, as discussões a respeito do acesso livre à informação científica têm proporcionado a criação de sistemas de informação, como os repositórios institucionais, que visam fortalecer o desenvolvimento da pesquisa, aumentando a visibilidade da produção intelectual das instituições e possibilitando o desenvolvimento da pesquisa em benefício da sociedade, através da organização e acesso as fontes de informação.



Contudo, o sucesso da disseminação da informação produzida em uma instituição depende em grande parte de como as informações são reunidas, organizadas, preservadas e divulgadas tanto à comunidade acadêmica quanto à sociedade em geral. Dessa forma, tendo em vista tais considerações, surge a questão principal que esta pesquisa busca responder: **como organizar a produção científica dos docentes do CCSH e divulgá-la à comunidade interna e externa à Universidade Federal de Santa Maria?** Assim, através desse questionamento pretende-se propor ações que possam nortear a divulgação e o acesso à produção científica dos docentes do CCSH, por meio de um repositório digital que futuramente possa ser incorporado a um repositório institucional da UFSM.

## 1.2 Objetivos da pesquisa

### 1.2.1 Objetivo Geral

Propor uma política de organização, armazenamento, disseminação e acesso para a produção científica dos docentes do CCSH/UFSM baseada em acesso livre através de um repositório digital.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) caracterizar a produção científica dos docentes do CCSH;
- b) investigar as práticas de produção e disseminação do conhecimento dos docentes do CCSH;
- c) propor ações para a construção de um repositório digital para a organização e disseminação da produção científica analisada.

### 1.3 Justificativa

O desenvolvimento científico e tecnológico está ligado ao processo de comunicação científica, pois através da disseminação do conhecimento podem surgir outras pesquisas que corroborem ou refutem os resultados de pesquisas anteriores, assim como podem surgir novos conhecimentos e campos de estudo. Porém, é fundamental que as informações científicas estejam organizadas e acessíveis a toda a comunidade.

Nesse sentido, as Instituições Federais de Ensino Superior têm o compromisso social de divulgarem o conhecimento gerado em meio acadêmico, pois conforme Fujino e Hyodo (2006), o conhecimento gerado nas pesquisas desenvolvidas em universidades oferece mais do que apenas indicadores de avaliação institucional, pois além de repercutir na comunidade científica nacional, servem de medida para o avanço científico do país.

Contudo, o atual modelo de comunicação científica está centrado, em especial, nas publicações em periódicos científicos, que apesar de amplamente aceitos pelos membros da comunidade científica, muitas vezes são pagos, o que restringe o acesso devido aos altos custos com suas assinaturas. Além disso, esse modelo de comunicação nem sempre é rápido, o que dificulta a troca imediata de informação entre pesquisadores, assim como a disseminação ampla de novas ideias e compartilhamento de resultados.

Outro aspecto que merece ser destacado é que, em muitos casos, uma parte da produção intelectual das universidades, como os trabalhos de conclusão de curso, relatórios de atividades de ensino, projetos e relatórios de pesquisa que representam importantes fontes de informação, não estão acessíveis. Da mesma forma, os trabalhos apresentados por membros da instituição em eventos são desconhecidos para uma grande parcela da comunidade acadêmica.

A grande questão do atual modelo de comunicação científica consiste no fato das instituições centrarem suas atenções aos artigos de periódicos, deixando em segundo plano, outros tipos de documentos que constituem a produção intelectual de seus membros. Logo, é fundamental que a instituição conheça toda a sua produção e principalmente que encontre formas de fornecer acesso amplo a todo conhecimento gerado em seu âmbito.

Diante disso, entende-se que as universidades precisam atuar de forma mais intensa no que se refere à disseminação do conhecimento gerado por seus membros, buscando integrar-se a esse novo modelo de comunicação científica, centrado no livre acesso às informações, através da adoção de sistemas de informação que promovam o acesso organizado e livre à produção da instituição.

Contudo, a primeira e principal ação de uma instituição no que se refere à disseminação da informação produzida em seu âmbito é a elaboração de uma política de informação a partir da qual a produção técnico-científica possa ser organizada, gerida e disponibilizada. Dessa forma, entende-se que algumas questões devem ser analisadas e consideradas, como o comportamento dos membros da instituição no que se refere à pesquisa e produção de conhecimento, bem como o levantamento e caracterização da produção desenvolvida, pois assim podem ser estabelecidas ações que englobem todos os aspectos necessários para a adequada organização e disseminação da informação científica, proporcionando reconhecimento, tanto à instituição quanto ao pesquisador, como produtores de conhecimento e agentes ativos no desenvolvimento da sociedade em geral.

#### **1.4 Estrutura do trabalho**

O presente trabalho está estruturado em quatro seções, além desta, que apresenta o tema, o problema, os objetivos e a justificativa da pesquisa realizada. A seção 2 e suas subseções correspondem ao referencial teórico. Na seção 3, são apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa da qual se originou esta dissertação. Na seção 4 são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, confrontando-os com a literatura referenciada. E por fim, são apresentadas as considerações finais a respeito da pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresenta-se o embasamento teórico deste estudo, com a finalidade de proporcionar um melhor entendimento sobre o tema pesquisado. Assim, apresenta-se, de forma sucinta, o sistema de comunicação científica e a forma como as tecnologias têm modificado a estrutura desse sistema, ainda são apresentadas as iniciativas que surgiram na busca de ampliar a disseminação científica e a forma como o país tem atuado no processo de reestruturação do sistema de comunicação científica.

Abordam-se também questões sobre repositórios de acesso aberto, como os repositórios institucionais, suas características, benefícios, bem como seu processo de construção e como as universidades federais brasileiras estão atuando nesse sentido. Além disso, são apresentadas considerações sobre políticas de organização e disseminação da informação científica.

### 2.1 Comunicação científica: geração, disseminação e uso da informação

A produção do conhecimento é viabilizada mediante processos de comunicação científica, ocorrendo a partir de resultados de pesquisas anteriores. Meadows (1999) explica que o processo de acumulação do conhecimento vem da ideia de que novas observações podiam ser acrescentadas ao que já se conhecia, criando um conhecimento de nível mais elevado. Assim, o processo de acumulação de conhecimento envolve trocas de informações para fomentar novo conhecimento e, para isso, além da acumulação, é necessária a divulgação desse conhecimento de uma forma durável e prontamente acessível.

Weitzel (2006a) menciona que a produção científica é um recurso imprescindível para promover o desenvolvimento da ciência.

Sua origem remonta à constituição e consolidação de todo um sistema de comunicação científica no mundo e sua história está vinculada à história da própria ciência, de forma que sua estrutura foi acompanhada pela especialização dos saberes e pela autonomização do campo científico ao longo dos últimos quatro séculos. (WEITZEL, 2006a, p.52)

A comunicação científica pode ser entendida, segundo Weitzel (2006b), como um processo que envolve construção, comunicação e uso do conhecimento científico para possibilitar a promoção de sua evolução. Conforme Le Coadic (1996), uma das funções da comunicação científica é assegurar o intercâmbio de informações entre cientistas, pois é através da comunicação científica que se compartilham conhecimentos com a sociedade, proporcionando o desenvolvimento das ciências. Contudo, é necessário que exista uma estrutura de comunicação que possibilite maior eficiência e eficácia na transferência da informação em ampla escala.

Nesse sentido, de acordo com Weitzel (2006a), surgiu o periódico científico para compartilhar formalmente o conhecimento produzido. O periódico científico tornou-se o principal marco da constituição da estrutura da comunicação científica e desempenha um papel crucial na geração, disseminação e uso da produção científica. No Brasil, conforme aponta Rosa (2010), o periódico destaca-se por seu uso para a divulgação da produção científica local e como fonte de pesquisas, através da assinatura de periódicos estrangeiros pelas bibliotecas das universidades e dos centros de pesquisa devido à ampla aceitação da comunidade científica.

No entanto, a partir da última década do século XX, esse cenário tem se modificado devido às inovações trazidas pelas tecnologias da informação e comunicação e ao aumento contínuo dos preços dos periódicos científicos. No que se refere a essa questão, Costa (2005) destaca que os editores comerciais atribuem preços excessivos aos periódicos e impõem barreiras de permissão sobre publicações de pesquisas que são amplamente financiadas com recursos públicos. Dessa forma, os periódicos tornaram-se mais um recurso de regulação das atividades científicas do que uma forma universal de informação e comunicação da ciência para fomento de novos conhecimentos (FROHMANN, 2000 apud WEITZEL, 2006b).

Macias-Chapula (1998) menciona que não basta apenas publicar os trabalhos científicos, é preciso divulgá-los de maneira eficiente para que possam ser utilizados e citados, promovendo, dessa forma, a troca de conhecimento. Nesse sentido, segundo Marques e Maio ([20--], p.2), as tecnologias oferecem novas e mais flexíveis formas de organização da produção científica, que “permitem a colaboração entre investigadores, a integração de várias comunidades acadêmicas e científicas dispersas e a partilha de conhecimentos, idéias e experiências”.

Com a criação da *web*, de acordo com Cruz (2011), surgiram novos recursos que permitiram que toda informação científica fosse migrada para o ambiente *web*, tornando mais fácil a busca por determinadas informações. Dentre esses recursos estão os periódicos eletrônicos que tornaram mais rápido o processo de avaliação e publicação de artigos.

Rosa (2010) menciona que a internet possibilitou a ampliação da acessibilidade à informação para outras camadas da população que não apenas a elite acadêmica. Assim, as universidades passaram a preocupar-se não só com a comunicação entre os pares, através dos periódicos, como também com a divulgação do conhecimento científico para a sociedade de maneira geral.

Segundo o *Budapest Open Access Initiative* (2001), o surgimento das tecnologias aliado à boa vontade de investigadores e cientistas em publicarem os resultados da sua investigação em revistas científicas, sem qualquer remuneração, apenas em prol da investigação e difusão do conhecimento, permitiu que a literatura científica com revisão pelos pares seja distribuída a uma escala mundial, de forma gratuita e sem restrições de acesso a investigadores, docentes, alunos e outros indivíduos interessados. Essa eliminação de barreiras de acesso à literatura científica pode ajudar a acelerar a investigação e a enriquecer a educação.

Ferreira (2005) menciona que as tecnologias ampliam e dinamizam as formas de produção, armazenamento, acesso e difusão das informações. As tecnologias da informação tornam as formas de comunicação cada vez mais eficientes, rápidas e abrangentes, capazes de vencer barreiras geográficas, hierárquicas e financeiras, da mesma forma, que “garantem aos pesquisadores flexibilidade, interação e autonomia na produção, divulgação e compartilhamento do conhecimento de forma direta e sem intermediários, ampliando as chances de visibilidade e reconhecimento para o autor” (FERREIRA, 2005, p.33).

As novas tecnologias também proporcionaram o desenvolvimento de projetos estimulando a publicação de informações científicas em meio digital a fim de ampliar a disseminação de tais informações, como o *Scientific Eletronic Library Online* (*SciELO*), a primeira biblioteca virtual de revistas científicas em formato eletrônico, que contribuiu para ampliar o acesso à comunicação científica (CUNHA, 1999).

Assim, conforme Weitzel e Machado (2010), o contínuo avanço das tecnologias de informação e comunicação vem revolucionando o modo como os pesquisadores se comunicam, publicam e acessam os resultados de suas pesquisas, pois muitas inovações foram incorporadas ao processo de comunicação e produção técnico-científico, principalmente no que se refere à disseminação da informação.

## **2.2 Acesso livre e aberto à produção científica: uma nova abordagem para a disseminação da informação**

Weitzel (2006a) esclarece que o modelo tradicional de comunicação científica está em pleno estágio de reorganização por meio da adoção das tecnologias da informação e comunicação e da consolidação de algumas iniciativas, principalmente a Iniciativa de Arquivos Abertos e o Movimento de Acesso Livre.

O movimento intitulado Iniciativa dos Arquivos Abertos – *Open Archives Initiative* (OAI), surgiu em 1999 liderado por um grupo de pesquisadores europeus e norte-americanos, com o propósito de repensar o processo de comunicação científica eletrônica, tendo como princípios básicos: o estabelecimento de padrões de interoperabilidade, o uso de *software* aberto/livre (que garantem a longevidade dos documentos, pois os formatos abertos são independentes de fornecedor, o que garante um grande número de alternativas de acesso) e o acesso livre a informação.

De acordo com Weitzel (2006a, p.59) essa iniciativa foi “pioneira na reflexão sobre o processo de publicação e reorganização das publicações científicas, bem como de suas influências na comunicação científica eletrônica”. Assim, a Iniciativa de Arquivos Abertos surgiu a partir da proliferação e, principalmente, da comprovação da validade de mecanismos alternativos criados por comunidades de cientistas para agilizar o acesso aos trabalhos produzidos, fazendo circular entre os membros da comunidade trabalhos submetidos para publicação em periódicos tradicionais, mas que ainda esperam avaliação (MUELLER, 2000).

Em 2002 surgiu o Movimento de Acesso Aberto na busca de promover o acesso gratuito à produção científica e romper com as barreiras que impedem a ampla disseminação da produção científica, principalmente as barreiras oriundas da

comercialização dos periódicos. Segundo Kuramoto (apud LEITE, 2009), os pesquisadores de diversas partes do mundo, para superarem a crise dos periódicos científicos, se reuniram e deram início a um grande movimento global em direção ao acesso aberto à informação científica.

Sarmiento et al. (2005) explicam que o Movimento de Acesso Aberto promove a distribuição gratuita de literatura científica, livre de algumas restrições de *copyright* e autorizações para a sua utilização e encontrou na internet um suporte para sua consolidação e difusão. Para dar suporte ao movimento de acesso livre ao conhecimento, de acordo com Sarmiento et al. (2005), existem três declarações apoiando o acesso global e irrestrito ao conhecimento científico, que são a Declaração de Budapest (*Budapest Open Access Initiative – BOAI, 2002*), a Declaração de Bethesda (*Bethesda Statement on Open Access Publishing, 2003*) e a Declaração de Berlim (*Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities, 2003*).

A Declaração de Budapest apresenta princípios, definição de estratégias e uma afirmação de compromisso em relação ao Movimento Acesso Livre e recomenda duas estratégias para alcançar o acesso livre para a literatura científica: o autoarquivamento da produção científica em repositórios (via verde) e a publicação em periódicos eletrônicos de acesso aberto (via dourada). As outras duas declarações, de Bethesda e de Berlim, surgem como uma complementação a Declaração de Budapeste e indicam que duas condições devem ser encontradas para que uma publicação seja considerada de acesso livre: o autor concede a todos os utilizadores o direito de utilizar sua obra gratuitamente, desde que seja atribuída a correta autoria, e uma cópia do trabalho deverá ser depositada em pelo menos um repositório institucional (COSTA, 2006).

Esses documentos, segundo Baptista et al. (2007), expressam que os objetivos dos movimentos em favor do Acesso Livre ao conhecimento científico envolvem desde a interoperabilidade de máquinas que hospedam repositórios de conhecimento até as questões relacionadas com a eliminação de quaisquer barreiras de acesso e uso do conhecimento.

Portanto, conforme destaca Weitzel (2006a, p.52), a Iniciativa de Arquivos Abertos e o Movimento de Acesso Aberto, são ações que vêm alterando o processo de aquisição de informação científica bem como a sua produção, disseminação e



uso, “construindo as condições necessárias para permitir o acesso livre à produção científica de forma legítima”.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) é o órgão responsável por produzir, integrar, documentar e socializar o conhecimento científico-tecnológico do país; ele coordena diversas ações que contribuem para a disseminação do conhecimento científico. Dentre essas ações estão a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras em um único portal, disponibilizando tais documentos em texto integral. O IBICT atua como um agregador, coletando e disponibilizando os metadados das teses e dissertações, enquanto que o documento original permanece na instituição de defesa (IBICT, 2012). Conforme menciona Mohn (2012), a BDTD constitui-se no maior acervo nacional de teses e dissertações e sua criação foi a primeira iniciativa do IBICT relacionada ao movimento de acesso aberto à informação científica.

Outra iniciativa do IBICT, o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), está relacionada à criação e publicação de revistas científicas eletrônicas. O sistema SEER surgiu em 2003 a partir da customização do *Open Journal Systems (OJS)*, *software* de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas desenvolvido pela *University of British Columbia* e, segundo Moraes e Miranda (2011), visa agilizar o processo de construção e gerenciamento de periódicos eletrônicos, reduzir custos com as publicações e ampliar a visibilidade das publicações científicas das instituições no mundo todo.

Em 2005, motivado pela Declaração de Berlim, o IBICT lançou o Manifesto Brasileiro de Apoio do Acesso Livre à Informação Científica, que de acordo com Marcondes e Sayão (2009, p.9), consagra os repositórios institucionais “[...] como peças fundamentais de um futuro sistema brasileiro de livre acesso à produção científica do país”, sendo o primeiro desdobramento político no Brasil de um amplo movimento internacional de apoio ao livre acesso à informação científica.

Os objetivos do Manifesto Brasileiro são promover o registro e disseminação da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação; estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica e buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre. (IBICT, 2005).

Segundo Kuramoto (2009), o Manifesto Brasileiro consiste num conjunto de recomendações para a implantação do acesso livre no país destinado a todos os segmentos da comunidade científica. Além disso, o manifesto possibilita a discussão e o estabelecimento de uma política de acesso livre à informação científica.

Costa (2008) menciona que o IBICT vem adotando políticas nacionais de acesso aberto que se fundamentam nas questões de interoperabilidade e de ausência de barreiras de preço e de permissão de uso. Nesse sentido, o IBICT tem incentivado a criação de repositórios institucionais baseados no livre acesso a produção científica. Sendo que, o termo acesso aberto à literatura científica pode ser definido como acesso à “literatura que é digital, *online*, livre de custos e livre de restrições desnecessárias de *copyright* e licenças de uso” (COSTA, 2008, p.219).

Outro esforço empreendido no Brasil para a criação de repositórios institucionais nas instituições de ensino e pesquisa é o Projeto de Lei n. 1.120/2007, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil, com a finalidade de obrigar as instituições públicas de ensino superior a construírem os repositórios institucionais para depositar a produção técnico-científica dos corpos discente e docente para livre acesso na internet (BRASIL, 2011).

Contudo, esse projeto foi arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em fevereiro de 2011. Porém, o Senador Rollemberg, em julho de 2011, apresentou ao Senado um novo projeto de implementação do acesso livre no país, agora sob nova denominação, PLS 387/2011 (BOSO, 2011).

Segundo Vila Nova, Ribeiro e Galindo (2011), o projeto de lei apresentado por Rollemberg é mais do que um projeto para a implementação de repositórios, pois propõe o estudo, a discussão e o estabelecimento de uma política nacional de acesso livre à informação, através da criação de um comitê de alto nível. Entretanto, a ação que tem proporcionado resultados mais efetivos em prol do movimento de acesso aberto é o incentivo do IBICT para a criação de repositórios nas instituições de ensino e pesquisa, através da distribuição dos recursos tecnológicos e do suporte à construção de tais sistemas.

### **2.3 Os repositórios no contexto de acesso aberto: uma alternativa democrática de organizar e disseminar a produção científica**

De acordo com Leite (2009, p. 19), no contexto do acesso aberto, os repositórios digitais são “os vários tipos de aplicações de provedores de dados que são destinados ao gerenciamento de informação científica”. Podem ser de três tipos: institucionais (voltados à produção intelectual de uma instituição); temáticos ou disciplinares (voltados à produção intelectual de áreas do conhecimento específicas) e repositórios de teses e dissertações (que lidam exclusivamente com teses e dissertações).

Rosa (2010) observa que os repositórios temáticos surgiram como uma solução viável para a divulgação dos resultados de pesquisas de diversas áreas do conhecimento. Esses repositórios passaram a ser agrupados e gerenciados por uma instituição maior, constituindo o repositório institucional. Crown (2002 apud LEITE, 2009) destaca que um repositório institucional distingue-se dos demais por ser institucionalmente definido; científico ou academicamente orientado; cumulativo e permanente; aberto (livre) e interoperável; não efêmeros e com foco na comunidade.

Portanto, um repositório institucional é um serviço de informação científica dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição de ensino e pesquisa, contemplando a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e ampla disseminação da informação científica produzida em uma instituição. De acordo com Leite (2009), os repositórios institucionais estão inseridos no cerne do movimento mundial em favor do acesso aberto à informação científica, desempenhando um papel-chave no processo de reestruturação da comunicação científica.

Conforme Lynch (2003), o repositório institucional é um conjunto de serviços que as instituições de pesquisa oferecem aos membros de sua comunidade para a gestão e disseminação de materiais digitais criados pela universidade e membros de sua comunidade. Além disso, Fusco, Romani e Santos (2010) destacam que os repositórios institucionais promovem o acesso aos materiais digitais tanto para os membros internos da instituição quanto para os membros externos que também possuam interesse em tais materiais.

Leite e Costa (2006) citam que os repositórios institucionais podem armazenar uma grande diversidade de tipologias de conteúdos e formatos, tais como artigos científicos, livros, teses, dissertações, trabalhos apresentados em eventos, arquivos multimídia entre outros e sua estrutura é baseada num modelo de informação organizacional que, através de suas configurações, pode representar as várias unidades administrativas de uma instituição. Assim, segundo Lynch (2003), no âmbito acadêmico, os repositórios institucionais representam uma nova estratégia que permite influenciar de maneira séria e sistemática as mudanças aceleradas que vêm ocorrendo na produção do saber e na comunicação científica.

Os repositórios institucionais estão sendo intensamente utilizados para:

- a) melhorar a comunicação científica interna e externa à instituição;
- b) maximizar a acessibilidade, o uso, a visibilidade e o impacto da produção científica da instituição;
- c) retroalimentar a atividade de pesquisa científica e apoiar os processos de ensino e aprendizagem;
- d) apoiar as publicações científicas eletrônicas da instituição;
- e) contribuir para a preservação dos conteúdos digitais científicos ou acadêmicos produzidos pela instituição ou seus membros;
- f) contribuir para o aumento do prestígio da instituição e do pesquisador;
- g) oferecer insumo para a avaliação e monitoramento da produção científica;
- h) reunir, armazenar, organizar, recuperar e disseminar a produção científica da instituição. (LEITE, 2009, p.22)

Camargo (2008) aponta que os repositórios digitais oferecem muitos benefícios em relação aos serviços digitais, auxiliando a comunidade científica na organização e aquisição de trabalhos científicos de uma determinada instituição ou comunidade, oferecendo acesso irrestrito, intercâmbios e troca de informações, bem como outros tipos de serviços e recursos.

Os benefícios são percebidos pelos pesquisadores, administradores acadêmicos, bibliotecários e pela universidade como um todo. Dentre esses benefícios, Leite (2009) cita a diminuição das possibilidades de plágios; aumento da visibilidade das descobertas científicas dos pesquisadores; servem como indicadores do impacto das pesquisas nas áreas do conhecimento às quais pertencem; aumentam a visibilidade, reputação e prestígio da instituição; contribuem para o processo de avaliação das atividades de pesquisa entre outros.

Conforme Rodrigues et al. (2004) os repositórios institucionais contribuem para aumentar a visibilidade da produção científica de uma instituição. Estudos realizados por Steven Harnad e seus colaboradores apontam que é considerável o aumento na visibilidade dos trabalhos disponibilizados em repositórios institucionais

de acesso aberto, chegando a 200% a média de citações de documentos em algumas áreas do conhecimento, o que demonstra também o aumento no uso e impacto dos resultados das pesquisas depositados em repositórios institucionais (LEITE, 2009).

Na opinião de Café et al. (2003, p.4) a principal função de um repositório institucional é “preservar e disponibilizar a produção intelectual da instituição representando-a, documentando-a e compartilhando-a em formato digital”. Assim, os repositórios também contribuem com a preservação da memória institucional das universidades, que reunindo em um único local toda a sua produção científica têm como comprovar sua evolução científica (CRUZ, 2011).

O IBICT aponta que os repositórios institucionais contribuem para o aumento da visibilidade e o valor público das instituições, servindo como indicador tangível da sua qualidade, assim como permitem a reforma do sistema de comunicação científica expandindo o acesso aos resultados da investigação e reassumindo o controle acadêmico sobre a produção científica.

Da mesma forma, Santos, Teixeira e Pinto (2005) entendem que ao disponibilizarem a produção científica em repositórios, os produtores contribuem para que a instituição possa ganhar prestígio e credibilidade no meio da comunidade científica, contribuindo também para o progresso científico. Os repositórios institucionais proporcionam maior visibilidade da instituição e dos autores, aumentando o prestígio da universidade na sociedade. Assim, as instituições têm a responsabilidade de disponibilizar os resultados de pesquisa, pois quanto maior é a divulgação, maiores são as chances do conhecimento gerado na instituição ser reaproveitados pela comunidade.

Na visão de Machado (2005 apud RIBEIRO, BANON e BANON, 2010), é muito importante divulgar o que tem sido produzido nas instituições, seja para que o conhecimento gerado possa ser reaproveitado, seja para demonstrar a competência de suas equipes ou até para justificar o emprego de recursos públicos em pesquisas. Assim, de acordo com Pavão, Sousa e Caregnato (2009), os repositórios institucionais proporcionam maior transparência aos investimentos em ciência no país.

Nos últimos anos, segundo Santos, Teixeira e Pinto (2005), o número de repositórios institucionais dentro da comunidade universitária tem aumentado bastante, com objetivos orientados à gestão, ao armazenamento, à preservação e à

divulgação do trabalho intelectual produzido. No Brasil, desde 2009, 23 universidades federais desenvolveram e implementaram seus repositórios, dentre elas, estão a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). As principais motivações dessas universidades para criarem seus repositórios, de acordo com estudo realizado por Cruz (2011), são a visibilidade da produção científica da universidade, a disseminação da produção científica, o registro e reunião da produção intelectual e a preservação dos documentos.

De acordo com Vila Nova, Ribeiro e Galindo (2011), o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso livre possibilita ao pesquisador obter um aumento no seu fator de impacto, constituindo-se em uma poderosa ferramenta, que além da visibilidade, fornece indicadores sobre a produção científica de uma determinada instituição, possibilitando a criação de indicadores úteis ao planejamento de investimentos em ciência e tecnologia.

Dessa forma, destaca-se que os repositórios institucionais são importantes instrumentos de melhoria do ensino, do aprendizado e da pesquisa, proporcionando grandes benefícios para a gestão do conhecimento das universidades, possibilitando que a instituição organize e disponibilize sua produção científica, de forma que o conhecimento gerado em seu âmbito reflita na sociedade.

Leite (2009) salienta que o repositório institucional constitui, de fato, uma inovação no sistema de comunicação da ciência e no modo como a informação é gerenciada. O autor explica que os repositórios institucionais surgiram em um contexto de transformação do modelo de comunicação tradicional, com funções básicas a serem desempenhadas no âmbito da comunicação da ciência.

Por essas razões, possuem traços próprios que, ao mesmo tempo em que os aproximam da comunidade científica, por responderem e estarem próximos de suas demandas, os diferenciam de serviços de informação tradicionais, pois oferecem soluções inovadoras para problemas cujas raízes provêm da lógica que rege o sistema de comunicação científica tradicional. (LEITE, 2009, p.13)

Portanto, entende-se que é importante que as universidades federais acompanhem o desenvolvimento da comunicação científica, através da implantação de um repositório institucional que promova o acesso organizado e livre à produção da instituição, pois este é um grande passo para democratizar o acesso ao conhecimento e principalmente mostrar o desenvolvimento científico da instituição.

### 2.3.1 O desenvolvimento de repositórios institucionais no Brasil

No Brasil, de acordo com Carvalho (2008), as discussões sobre a democratização do acesso as informações, mais especificamente sobre acesso livre e repositórios digitais, surgiram com as iniciativas nacionais de implantação do *SciELO*, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e a grande preocupação em torno do processo de comunicação científica é a disseminação da produção das instituições proporcionando o livre acesso através da *web*.

O IBICT vem incentivando a construção de repositórios institucionais nas universidades brasileiras e desenvolvendo iniciativas para incentivar o acesso livre/aberto à literatura científica. Em 2009, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o IBICT lançou um edital com o objetivo de apoiar projetos de implantação de repositórios institucionais nas instituições públicas de ensino e pesquisa (IBICT, 2010).

Tal edital previa a distribuição de *kits* tecnológicos para as instituições que apresentassem proposta de implantação de repositório institucional, manifestando o compromisso de estabelecer uma política institucional de informação visando garantir o povoamento do repositório. Os *kits*, compostos por um servidor instalado com *softwares* livres que compõem o ambiente de desenvolvimento, tais como sistema operacional Linux, acompanhado de servidor *Web Apache*, PHP e banco de dados *MySQL*, além dos aplicativos específicos para a construção e gerenciamento dos repositórios, como o *Dspace*, foram distribuídos em regime de concessão. Dessa forma, as instituições tinham o compromisso de desenvolver e implantar o repositório num prazo de três meses, assim como deviam manter o repositório atualizado, sob pena de devolução do *kit* tecnológico (IBICT, 2010).

Através desse edital, 33 instituições públicas de ensino e pesquisa (ANEXO A) receberam *kits* tecnológicos para a construção de repositórios institucionais. Em 2010, segundo Boso (2011); Vila Nova, Ribeiro e Galindo (2011), ocorreu o lançamento de outro edital, que possibilitou a participação de outras instituições públicas federais, estaduais e municipais de ensino e pesquisa no país, aumentando de 33 para 40 o número de instituições contempladas pelo edital IBICT/FINEP.

Juntamente com o lançamento do edital FINEP/PCAL/XBDB Nº 002/2009, o IBICT passou a realizar palestras e fóruns por todo o país, motivando e fornecendo suporte para a criação de repositórios nas instituições. (VILA NOVA, RIBEIRO E GALINDO, 2011). Dessa forma, o IBICT vem atuando ativamente em prol do desenvolvimento e fortalecimento do acesso livre no país.

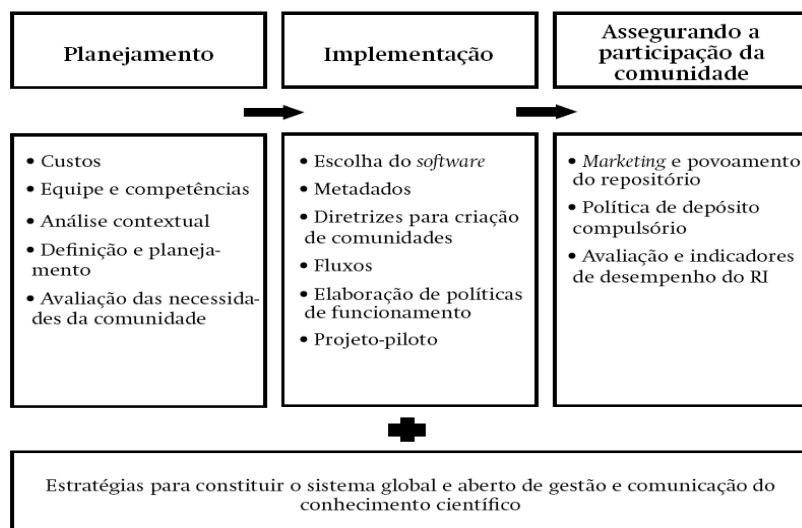
### 2.3.2 A construção de repositórios institucionais: abordagens, etapas e aspectos relevantes

Com base em manuais, relatos de experiências e resultados de pesquisas de reconhecida importância na comunidade internacional, Leite (2009) elaborou um conjunto de recomendações para a construção de repositórios institucionais, em que estabelece três fases para criação de repositórios: **planejamento** (essencial ao bom funcionamento de um repositório); **implementação** (inclui atividades que estão compreendidas entre a escolha do *software* que será utilizado e a elaboração das políticas que regerão o funcionamento do repositório) e **assegurando a participação da comunidade** (representa o povoamento do repositório e é um dos grandes desafios para o sucesso da implantação de um repositório).

Além dessas três fases (planejamento, implantação e assegurando a participação da comunidade), Leite (2009) aponta a importância de se estabelecer estratégias para constituir o sistema global e aberto de gestão e comunicação do conhecimento científico, que incluem atividades para potencializar a disseminação e visibilidade de conteúdos armazenados e do próprio repositório de sua instituição e para estimular e maximizar o acesso e o uso de informação científica de acesso aberto.

O conjunto de instruções propostas por Leite (2009) é constituído de atividades distribuídas dentro das três fases e que devem ser cumpridas para assegurar o bom funcionamento do repositório, como pode ser visto na Figura 01.





**Figura 01 – Fases da construção de repositórios institucionais de acesso aberto**

Fonte: Costa e Leite (2009, p.177)

Outra questão apresentada por Leite (2009) são as abordagens para a criação e implementação de repositórios institucionais, ou seja, a definição dos tipos de conteúdo que o repositório irá priorizar. Deste modo, quanto à sua orientação os repositórios podem ser construídos de acordo com a abordagem rígida ou flexível (QUADRO 01).

<b>ABORDAGENS PARA A CRIAÇÃO DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS</b>	
<b>Abordagem Rígida</b>	<b>Abordagem Flexível</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deve priorizar conteúdos que foram submetidos ao processo de avaliação pelos pares, especialmente artigos de periódicos.</li> <li>- Deve responder preponderantemente à função de potencializar a comunicação científica formal, visando à maximização do impacto dos resultados das pesquisas.</li> <li>- O controle de qualidade conferido pela avaliação por pares aos conteúdos armazenados nos repositórios contribui para a sua credibilidade e adoção por parte da comunidade como uma alternativa de comunicação científica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contempla, além da literatura científica avaliada pelos pares, outros conteúdos de natureza acadêmico-científica produzidos por membros da instituição.</li> <li>- Conjuga aspectos da comunicação formal e informal, proporciona a maximização do impacto do que é produzido e do acesso, contribuindo para a produção de novos conhecimentos.</li> <li>- Amplia a destinação do repositório institucional.</li> </ul>

**Quadro 01 – Abordagens para a criação de repositórios institucionais**

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Leite (2009).

Leite (2009, p. 28) destaca que “a abordagem rígida volta-se exclusivamente para o sistema de publicações científicas” enquanto que a abordagem flexível é mais abrangente e volta-se para o sistema de comunicação científica, do qual o sistema de publicações é integrante (FIGURA 02).



**Figura 02 – Sistema de comunicação científica e sistema de publicações científicas**

Fonte: Leite (2009, p.30)

A escolha por uma ou outra abordagem para a implantação de um repositório institucional deverá, conforme Leite (2009, p. 30), “ser fundamentada nas necessidades da instituição e objetivos estabelecidos para o repositório”. No entanto, o autor sugere que o repositório inicie na abordagem rígida, limitando a variedade de tipos de conteúdos, mas considerando toda a literatura científica avaliada por pares, como trabalhos apresentados em congressos, teses, dissertações, artigos.

Quanto à iniciativa pela criação de repositórios institucionais nas universidades, o IBICT vem estimulando as bibliotecas a assumirem tal responsabilidade, por já exercerem um papel significativo na disseminação da informação. Segundo Leite (2009, p.38) “os processos envolvidos nas rotinas de um repositório institucional possuem natureza muito próxima e similar aos trabalhos desenvolvidos em ambientes digitais por bibliotecas e bibliotecários”. No entanto, é

necessário que exista uma atuação conjunta entre os bibliotecários e analistas de sistemas para a criação adequada de repositórios institucionais.

A constituição de uma equipe de trabalho para a construção e gestão do repositório é um aspecto importante a ser considerado. Leite (2009) considera que o desenvolvimento e a manutenção de um repositório institucional dependem de uma equipe multidisciplinar capacitada, composta por bibliotecários, analistas de sistemas, profissionais de comunicação/*marketing* e um administrador. Porém, Kuramoto (2011) entende que pode existir uma equipe mínima, constituída de um profissional da informação e um de tecnologia. Conforme o autor, esses profissionais devem dedicar-se em tempo integral e de forma exclusiva ao repositório apenas na fase de desenvolvimento e implantação, não sendo necessária a dedicação em tempo integral e exclusiva na fase de manutenção e gestão.

Com relação ao tamanho da equipe de trabalho, Cruz (2011) em um estudo sobre o processo de criação e manutenção dos repositórios institucionais das universidades federais do Brasil demonstra que existem equipes pequenas (de uma a quatro pessoas), médias (até seis pessoas) e grandes (de sete a mais de nove pessoas). Porém, nas 13 instituições estudadas, nenhum dos repositórios possui uma equipe ideal, apesar de nove instituições apresentarem uma equipe mínima, formada por analistas de sistemas, bibliotecários e docentes.

No que se refere aos recursos tecnológicos, existem vários *softwares* para a criação de repositórios institucionais, como o Archimede, Dspace, Eprints, Fedora entre outros. Goh et al. (2006 apud LEITE, 2009) sugerem que alguns critérios devem ser considerados na escolha da plataforma a ser adotada, conforme o Quadro 02 a seguir:

CRITÉRIOS	ASPECTOS ENVOLVIDOS
Gestão de conteúdo	Facilidades para criar, submeter, revisar e organizar os conteúdos.
Interface do usuário	Flexibilização na customização da interface, acesso multilíngue ao sistema.
Administração de usuários	Funcionalidades necessárias para o gerenciamento de usuários, como níveis de permissão e autenticação.
Administração do sistema	Ferramentas automáticas de aquisição de conteúdos, geração e coleta automática de metadados, suporte a preservação digital e identificação permanente de documentos.
Outros requisitos	Interoperabilidade, compatibilidade com padrões estabelecidos para coleções e serviços de bibliotecas digitais e documentação para suporte.

### Quadro 02 – Critérios para a escolha do *software* para a criação de repositórios

Fonte: Goh et al. (2006 apud LEITE, 2009)

Segundo Leite (2009), os *softwares* para a construção de repositórios institucionais, em geral, possuem operações e funcionalidades que convergem para a captura e descrição de conteúdos digitais por meio de interface de autoarquivamento; o acesso público, por meio da internet, aos conteúdos (ou aos seus metadados apenas); o armazenamento, organização e preservação digital dos conteúdos em longo prazo; e o compartilhamento dos metadados com outros sistemas na internet.

Dentre os *softwares* existentes para a implementação de repositórios, Sayão e Marcondes (2009) destacam que os mais sofisticados, técnica e funcionalmente, são os *softwares* livre e de código aberto, como o Dspace e o Eprint, que podem ser modificados, melhorados e distribuídos livremente, sem a necessidade de contratos para aquisição e manutenção. Nesse sentido, Kuramoto (2011) menciona que o investimento para a criação de um repositório é baixo, pois as instituições já possuem uma infraestrutura mínima. Além disso, os *softwares* necessários são em sua maioria livres, permitindo que as instituições não tenham custos com a compra de licenças para sua utilização (CRUZ, 2011).

Dessa forma, segundo estatísticas do *Registry of Open Access Repositories* (ROAR, 2011), as ferramentas mais utilizadas para a criação dos repositórios institucionais são o Dspace (53,82%) e o Eprints (18,88%). No Brasil, o IBICT recomenda o *software* Dspace para a implementação de repositórios institucionais e oferece suporte técnico para sua instalação e uso. Seu uso é recomendado, pois de

acordo com Pavão et al. (2008, p.5), “permite estruturar a informação do repositório, conforme a estrutura organizacional da instituição, de modo a identificar setores ou grupos de pesquisa, sob a forma de comunidades, subcomunidades e coleções”. Assim, segundo Silva (2008), o *software* pode ser customizado para atender aos requisitos e expectativas em relação à gestão da produção técnica e científica, aceitando todos os formatos digitais.

O Dspace permite a limitação do acesso aos conteúdos (quer no nível do documento, quer no nível da coleção); a descentralização para inclusão dos documentos (autoarquivamento); a atribuição de metadados, de acordo com cada tipo de documento. Além disso, “gera estatísticas, indicadores de produção, de uso etc., favorecendo o estabelecimento de indicadores, estratégias e políticas institucionais; permite criar uma ‘identidade visual’, de acordo com os padrões estabelecidos” (SILVA, 2008, p.4).

Destaca-se que o *software* Dspace, além de ser recomendado pelo IBICT, é concedido às instituições de ensino e pesquisa contempladas pelos editais da FINEP/PCAL/XBDB nº 002/2009 e 003/2009, juntamente com outros programas de *software* livre. Acredita-se que seja esta a razão pela qual a maioria das instituições desenvolveu seus repositórios através desse *software*.

É importante esclarecer que muitas são as questões a serem consideradas na criação e implantação de um repositório institucional, dentre elas destaca-se a análise contextual da produção científica da instituição, com o levantamento dos principais atores, seus interesses e papéis; a definição e planejamento dos serviços que serão oferecidos; a escolha de um *software*; a elaboração de políticas de funcionamento do repositório e a adoção de estratégias para garantir a participação da comunidade científica.

Apesar de considerar todos os aspectos mencionados, as instituições podem encontrar dificuldades na implantação e desenvolvimento do repositório. Cruz (2011) revela em seu estudo que a maioria das instituições não encontrou dificuldades no processo de criação do repositório. No entanto, algumas instituições encontraram problemas relacionados à parte tecnológica (desconhecimento do *software* Dspace e dificuldades na sua instalação); à comunicação entre os membros da equipe (falhas e falta de comunicação); aos direitos autorais; ao estabelecimento de fluxos adequados de trabalho, afetando o processo de disponibilização; e relacionados à colaboração dos autores na autorização do depósito de documentos no repositório.

Cruz (2011) ainda destaca que a resolução destes problemas teve o suporte do IBICT, que não só fornece os *kits* tecnológicos, como também fornece auxílio durante o processo de construção do repositório.

Diante dessas considerações percebe-se que o IBICT vem desempenhando um papel muito importante junto às universidades, estimulando e oferecendo suporte ao desenvolvimento de repositórios. Porém, as instituições têm um papel ainda mais importante no sucesso da implantação de um repositório, pois a criação de repositórios de acesso aberto é uma iniciativa que depende mais da motivação e do envolvimento de todos os segmentos de uma instituição do que da parte tecnológica. Nesse sentido, as instituições devem estabelecer diretrizes para a criação e manutenção de um repositório, definindo aspectos referentes a materiais a serem depositados, a forma de depósito, direitos autorais, preservação, formas de acesso e disponibilização dos documentos e estratégias de marketing para que o repositório mantenha-se atualizado e seja efetivamente uma ferramenta capaz de aumentar a visibilidade da instituição e dos seus pesquisadores.

#### **2.4 Políticas de organização e disseminação da informação científica**

A definição de políticas de gestão da informação é fundamental para a criação de um repositório e devem contemplar diretrizes a respeito do conteúdo, do depósito, do acesso, da preservação e do gerenciamento dos documentos, para que a informação científica possa ser adequadamente organizada e disseminada. Conforme menciona Vargas (2009), as políticas determinam os tipos de materiais que serão inseridos, os direitos e responsabilidades dos envolvidos, as formas de acesso, os direitos autorais entre outros aspectos e sua construção deve considerar as especificidades das diferentes áreas acadêmicas, as necessidades e os interesses de todos os segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

Leite (2009, p.71) entende que tal política deve contribuir para “satisfazer as necessidades da comunidade; atrair usuários; estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres; povoar o repositório e torná-lo juridicamente viável”. Nesse sentido, Tomaél e Silva (2007) destacam a importância da análise da estrutura e da cultura da instituição para o estabelecimento de políticas de

informação, que segundo Shintaku e Meirelles (2010), são definidas durante o planejamento do repositório, estando alinhadas principalmente com a sua finalidade.

Dessa forma, as diretrizes definidas nas políticas institucionais norteiam o processo de implementação e desenvolvimento de um repositório, assegurando seu crescimento, ampliando sua visibilidade e promovendo sua utilização, tanto por parte dos potenciais depositantes como dos utilizadores finais (GOMES E ROSA, 2010). No entanto, Shintaku e Meirelles (2010) comentam que tais políticas não são definitivas, podendo ser alteradas de acordo com as necessidades da instituição.

Camargo e Vidotti (2009) destacam que devem ser estabelecidas políticas de acesso (estabelecendo funções para os utilizadores); de conteúdo (determinando quais tipos de documentos serão armazenados); de restrições ao nível de acesso ao conteúdo do documento (estabelecendo restrições relativas ao conteúdo dos documentos pelos seus autores); de depósito de documentos (estabelecendo formas de arquivamento); de formatos (determinando quais os formatos serão permitidos no repositório); de segurança e preservação da informação (determinando como será realizada a segurança e a preservação das informações inseridas no repositório). Contudo, Boso (2011, p.41) destaca que “todas essas políticas podem compor uma ampla política de repositório institucional para auxiliar nas tomadas de decisões durante o seu planejamento, sua implementação e sua gestão”.

No Brasil, segundo estudo desenvolvido por Boso (2011), das 23 universidades federais com repositórios implantados através da distribuição dos *kits* tecnológicos distribuídos pelo IBICT, apenas sete possuem uma política institucional definida (QUADRO 03). Cabe destacar que a Universidade de Brasília (UnB) não possui uma política de informação institucionalizada, mas possui um conjunto de diretrizes que contemplam as questões presentes em uma política de informação. Salienta-se também que a UnB estabeleceu uma parceria com o IBICT para a construção de seu repositório, servindo como referência para as demais instituições.

REGIÃO		INSTITUIÇÃO	INSTITUIÇÃO COM POLÍTICA DE INFORMAÇÃO
SUL	PR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal do Paraná (UFPR)</li> <li>• Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)</li> </ul>
	SC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)</li> </ul>	
	RS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)</li> <li>• Universidade Federal de Rio Grande (FURG)</li> <li>• Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal de Rio Grande (FURG)</li> <li>• Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</li> </ul>
SUDESTE	ES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)</li> </ul>	
	MG	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal de Uberlândia (UFU)</li> <li>• Universidade Federal de Viçosa (UFV)</li> <li>• Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)</li> </ul>	
	RJ	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal Fluminense (UFF)</li> </ul>	
NORTE	AC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal do Acre (UFAC)</li> </ul>	
	PA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal do Pará (UFPA)</li> </ul>	
NORDESTE	AL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal de Alagoas (UFAL)</li> </ul>	
	BA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal da Bahia (UFBA)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal da Bahia (UFBA)</li> </ul>
	MA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal do Maranhão (UFMA)</li> </ul>	
	CE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal do Ceará (UFC)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal do Ceará (UFC)</li> </ul>
	SE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal de Sergipe (UFS)</li> </ul>	
	RN	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)</li> </ul>
CENTRO-OESTE	DF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade de Brasília (UnB)</li> </ul>	
	GO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal de Goiás (UFG)</li> </ul>	
	MS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)</li> <li>• Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)</li> </ul>

### Quadro 03 – Universidades Federais com repositórios institucionais

Fonte: adaptado de Boso (2011)

As políticas de informação dessas instituições foram analisadas por Boso (2011), que realizou um estudo sobre as fontes de informação consideradas relevantes para o povoamento dos repositórios institucionais e com base nesse estudo, elaborou-se um quadro (QUADRO 04) contendo os principais pontos identificados nas políticas analisadas.



ASPECTOS	DESCRIÇÃO
<b>Forma de formalização da política de informação</b>	- Formalização através de documentos administrativos (resoluções, portarias, regimentos).
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular, manter e garantir o acesso da produção intelectual da instituição;</li> <li>- Preservar a produção intelectual da instituição;</li> <li>- Ampliar a visibilidade e o acesso à produção intelectual da instituição;</li> <li>- Potencializar o intercâmbio científico com outras instituições;</li> <li>- Acelerar o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão;</li> <li>- Otimizar a gestão de investimentos em pesquisa;</li> <li>- Fomentar o desenvolvimento social;</li> <li>- Possibilitar o registro e a disseminação da produção intelectual e demais informações geradas pela instituição;</li> <li>- Preservar a memória institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos,</li> <li>- Contribuir com a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional.</li> </ul>
<b>Responsáveis pelo RI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em todas as políticas analisadas, um comitê gestor, composto por profissionais ligados a área administrativa da instituição, bem como por profissionais da informação (bibliotecários) e da área tecnológica é responsável pelo repositório.</li> <li>- Em uma das instituições estudadas o comitê é também integrado por um representante discente, membro do Diretório Central dos Estudantes.</li> </ul>
<b>Fontes de informação (documentos)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fontes primárias: artigos de periódicos, livros e capítulos de livros, trabalhos apresentados em eventos, teses e dissertações, trabalhos de conclusão de curso de graduação e de especialização, atas.</li> <li>- Fontes secundárias: acervos fotográficos, referências básicas para matérias publicadas em jornais.</li> </ul>
<b>Formatos dos documentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os formatos mencionados são arquivo de texto, imagem, vídeo e áudio.</li> <li>- Uma única instituição menciona os seguintes formatos e extensões: arquivos de texto (pdf), som (mp3), imagem (jpg/jpeg) e vídeo (avi).</li> </ul>
<b>Organização do RI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunidade (centros universitários, bibliotecas, editoras, unidades acadêmicas);</li> <li>- Subcomunidade (divisão das comunidades: subáreas e programas de pós-graduação);</li> <li>- Coleção (correspondem aos tipos de documentos armazenados no repositório).</li> </ul>
<b>Direitos autorais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concessão à instituição, por parte do autor, do direito não exclusivo de dar acesso ao documento pela internet e de preservar o trabalho integral no RI.</li> <li>- Trabalhos depositados nos RIs são disponibilizados gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública <i>Creative Commons</i>.</li> <li>- O autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, sendo vedada a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia.</li> </ul>
<b>Participantes (depositantes)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunidade científica institucional (servidores técnico-administrativos, docentes e discentes) e todos com vínculo na instituição.</li> <li>- Em duas políticas existem as seguintes ressalvas: excepcionalmente poderá também abrigar documentos que, embora não produzidas pela instituição, tenham caráter ou importância singular para a universidade; e autores externos que publiquem nas revistas editadas pela instituição também poderão fazer depósitos.</li> </ul>

#### Quadro 04 – Aspectos abrangidos pelas políticas institucionais de informação

Fonte: adaptado de Boso (2011)

Como é possível observar, as sete políticas de informação analisadas seguem o modelo proposto pelo IBICT (ANEXO B) e tratam de aspectos mais abrangentes, como os objetivos do repositório, a composição e atribuições do comitê gestor do RI, os tipos de documentos considerados, a forma de proteção dos direitos de autoria e os prazos para depósito. Portanto, os mesmos aspectos são observados em todas as políticas.

Com relação aos objetivos determinados nas políticas de informação, nota-se que as instituições buscam alcançar os benefícios propostos pelas iniciativas em prol do acesso aberto ao conhecimento, como a ampliação da visibilidade e do acesso à produção intelectual de seus membros.

No que se refere à responsabilidade pela gestão do repositório, Boso (2011) constatou que, na maioria das instituições, os bibliotecários estão atuando como gestores ou membros da equipe, seguido dos analistas de sistemas e docentes. Tal constatação vem ao encontro do exposto por Leite (2009), quando menciona que os bibliotecários trabalham com a organização da informação e possuem capacidade para a elaboração de políticas de formação, desenvolvimento e gestão de coleções. Além disso, as bibliotecas e os bibliotecários exercem um papel significativo na disseminação da informação.

Quanto aos conteúdos (fontes de informação) e formatos dos documentos a serem abrigados no repositório, aspectos importantes na formulação de políticas de informação, deve-se definir os tipos de fonte de informação existentes, analisando quais fontes serão aceitas no repositório. Boso (2011, p.30) entende que “apenas as fontes de informação formais podem ser tipificadas” e aponta a classificação adotada por Grogan (1992 apud BOSO, 2011), segundo a qual, as fontes de informação são: primárias (relatórios de pesquisa, artigos de periódicos, patentes, teses e dissertações, anotações de pesquisa, jornais, fotografias, *pré-prints* e *pós-prints*), secundárias (enciclopédias, dicionários, glossários, obras de referência, manuais, normas técnicas, bases de dados, anuários, repositórios e outros) e terciárias (catálogos de bibliotecas, guias, bibliografias e catálogos coletivos, entre outros).

Tomaél e Silva (2007) identificaram os conteúdos disseminados em repositórios institucionais, através de estudos e pesquisas de diferentes autores, conforme o Quadro 05:

AUTOR	CONTEÚDO
Gibbons (2004)	Texto, áudio, vídeo, imagem, objetos de estudo, conjunto de dados, periódicos, livros, coleções de portfólios.
Genoni (2004)	<i>Pré-prints</i> , documentos de arquivo, papelada burocrática, relatórios técnicos e de pesquisa, informativos de departamentos, trabalhos apresentados em eventos, dissertações e teses, boletins informativos, relatórios apresentados a agências de fomento.
Westell (2006)	<i>Pré-prints</i> , artigos avaliados, monografias, materiais didáticos, conjunto de dados, materiais de apoio, trabalhos apresentados em eventos, dissertações e tese, literatura científica.

### Quadro 05 – Conteúdos presentes em repositórios institucionais

Fonte: adaptado de Tomaél e Silva (2007)

Conforme relata Boso (2011), as fontes de informação presentes na maioria das universidades brasileiras são teses e dissertações, artigos de periódicos e trabalhos apresentados em eventos. No repositório da UnB são permitidas submissões de artigos publicados em periódicos; trabalhos publicados em anais de eventos; teses e dissertações defendidas na instituição, bem como aquelas defendidas por docentes mesmo fora da UnB, além de livros e capítulos de livros (FREITAS, SILVA E GUIMARÃES, 2010).





No entendimento de Tomaél e Silva (2007), o conteúdo de um repositório relaciona-se diretamente com os membros da instituição, uma vez que os documentos depositados representam as características das diferentes áreas de pesquisa que compõem uma instituição. Além do conteúdo a ser disponibilizado no repositório, Leite (2009) destaca que uma política de conteúdo deve abordar a descrição dos formatos de arquivo (*doc, gif, html, jpg/jpeg, mpeg, pdf* e outros) que serão aceitos e também a forma como as coleções serão organizadas.

Leite (2009, p.30) também destaca um ponto importante na formulação de uma política de conteúdo, ao referir-se à abordagem de criação de um repositório, mencionando que é mais seguro criar um repositório com “uma política de conteúdos mais restritiva e, gradativamente, flexibilizá-la até o ponto que for conveniente à instituição, do que iniciar flexível e ter de se tornar rígida com o passar do tempo”. Portanto, a quantidade de tipos de documentos deve ser limitada às fontes de informação avaliada pelos pares, como artigos de periódicos, e com o tempo a política de conteúdo instituída pode ser ampliada.

Quanto aos aspectos legais, Barton e Waters (2004 apud LEITE, 2009) destacam que os repositórios institucionais precisam lidar com aspectos referentes à aquisição de conteúdos (autores devem assegurar todos os direitos necessários para distribuição e preservação dos conteúdos armazenados) e distribuição de conteúdos para os usuários (equilíbrio entre os princípios do acesso aberto e a proteção dos direitos autorais).

Nesse sentido, conforme destaca Leite (2009), a gestão dos direitos autorais em um repositório institucional é algo essencial para que o conteúdo seja distribuído em concordância com as regras e a indicação do proprietário dos direitos autorais. Portanto, os repositórios trabalham com dois tipos de licenças de conteúdo: licença de depósito e licença de uso. As licenças de conteúdo “são contratos legais que permitem que os trabalhos possam ser armazenados e distribuídos”, sendo que a licença de depósito é um “acordo entre o autor (ou detentor dos direitos autorais) e a instituição assegurando ao repositório o direito de distribuir e preservar o trabalho que está sendo armazenado” e a licença de uso é um “acordo entre o autor (ou detentor dos direitos autorais) e os usuários finais (leitores) que norteiam o uso que pode ser feito do trabalho” (LEITE, 2009, p.74).

Uma nova forma de proteção dos direitos autorais são as licenças do *Creative Commons*, que é um projeto global, presente em mais de 40 países (SILVA, 2010). Segundo Pinheiro (2009, p.107), o *Creative Commons* é um conjunto de licenças padronizadas que permite aos autores disponibilizarem o acesso às suas obras, “[...] com a expressa renúncia de parte ou de todos os seus direitos patrimoniais”, através da criação de padrões que permitem a fácil identificação dos limites de uso. Assim, as licenças oferecidas pelo *Creative Commons* permitem que os autores ofereçam alguns dos seus direitos para qualquer pessoa, mas sob determinadas condições, que são especificadas pelo próprio autor através da combinação de quatro componentes oferecidos (QUADRO 06).

COMPONENTES	DESCRIÇÃO
 Atribuição	Permite outras pessoas copiem, distribuam e executem a obra, protegida por direitos autorais – e as obras derivadas criadas a partir dela – mas somente se for dado crédito da maneira estabelecida.
 Uso Não Comercial	Permite que outras pessoas copiem, distribuam e executem a obra – e as obras derivadas criadas a partir dela – mas somente para fins não comerciais.
 Não a Obras Derivadas	Permite que outras pessoas copiem, distribuam e executem somente cópias exatas da obra, mas não obras derivadas.
 Compartilhamento pela mesma Licença	Permite que outras pessoas distribuam obras derivadas somente sob uma licença idêntica à licença que rege a obra original.

#### Quadro 06- Componentes das licenças *Creative Commons*

Fonte: *Creative Commons* (2011)

Dessa forma, segundo Rosa, Meirelles e Palácios (2011), nos repositórios institucionais ocorrem o uso da cópia apropriada e a possibilidade de licença, que através das licenças *Creative Commons*, podem oferecer diferentes amplitudes para o atendimento de diversos padrões de reserva de direitos (circulação, cópia, modificação, etc.). Assim, a propriedade intelectual continua a ser preservada, mesmo em um repositório de acesso aberto.

Outro aspecto bastante relevante refere-se ao depósito/submissão dos documentos, ou seja, quem deve fazer o depósito e de que forma será feito. Para Leite (2009) é importante determinar se os documentos serão depositados pelo próprio autor, por seu representante ou algum mediador. Em pesquisa realizada nas universidades federais brasileiras, Cruz (2011) identificou que grande parte do material depositado nos repositórios é arquivada pelos membros da equipe gestora, seguido pelos estagiários e pelos docentes. No entanto, a pesquisa mostra que quando o depósito é realizado pelos docentes, o número de depósitos é menor se comparado com os repositórios de instituições em que o arquivamento ocorre através dos membros da equipe responsável pela gestão do repositório.

Destaca-se que, nas políticas analisadas, o depósito dos documentos deve ser realizado imediatamente após sua seleção para publicação em periódico científico, contudo, em razão da impossibilidade de depósito imediato, o prazo

máximo para armazenamento é de seis meses após a publicação. Havendo impossibilidade contratual, é recomendado que o autor deposite a versão original do seu trabalho e as alterações propostas pelo periódico em que foi publicado.

No modelo de política de informação proposto pelo IBICT é abordado o estabelecimento de mecanismos de estímulo ao depósito para garantir a participação dos membros da instituição, de forma que o volume de documentos no repositório aumente de maneira contínua, bem como o estabelecimento de ações de integração com outros sistemas de informação existentes evitando duplicação de esforços. A respeito desse assunto, Rosa (2010) menciona que é indispensável o investimento na promoção e divulgação da política de informação e do repositório a fim de garantir a participação voluntária dos pesquisadores, incorporando a disponibilização da produção científica em acesso aberto ao cotidiano da comunidade acadêmica.

Além dos aspectos mencionados, existem outros que devem ser estabelecidos de acordo com a necessidade e os interesses da instituição, porém de maneira geral, como sugerido por Barton e Waters (2004 apud LEITE, 2009), a elaboração de uma política de informação pode iniciar com a definição desses aspectos. O importante é que as políticas definidas devem refletir as decisões tomadas ao longo do planejamento e implementação do repositório e conforme salienta Leite (2009, p.71), “devem estar em concordância com as políticas da biblioteca e da própria instituição”. Por isso, de acordo com Sá (2011), a formulação de políticas institucionais de informação deve ter caráter participativo, sendo incentivada tanto pela proposta institucional quanto pelos grupos de interesse que fazem parte da comunidade acadêmica.

No entendimento de Abadal (2009), as políticas institucionais dos repositórios têm o papel primordial de incentivar os produtores do conhecimento a depositar as fontes de informação, e somente com políticas próprias e sensibilização desses produtores os repositórios poderão se consolidar como sistema de recuperação de informação eficaz.

### **3 MÉTODO DA PESQUISA**

Todo trabalho científico, de acordo com Fachin (2006), deve ser baseado em procedimentos metodológicos que conduzem o pesquisador até a demonstração dos resultados desejados. Assim, “método é um plano de ação, formado por um conjunto de etapas ordenadamente dispostas, destinadas a realizar e antecipar uma atividade na busca de uma realidade” (FACHIN, 2006, p.31).

Marconi e Lakatos (2005) entendem que o método científico é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar o objetivo da pesquisa, traçando o caminho a ser seguido. Dessa forma, neste capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos, demonstrando a população da pesquisa, as ferramentas utilizadas para coletar os dados, bem como as etapas percorridas para a realização da referida pesquisa.

#### **3.1 Caracterização e desenho da pesquisa**

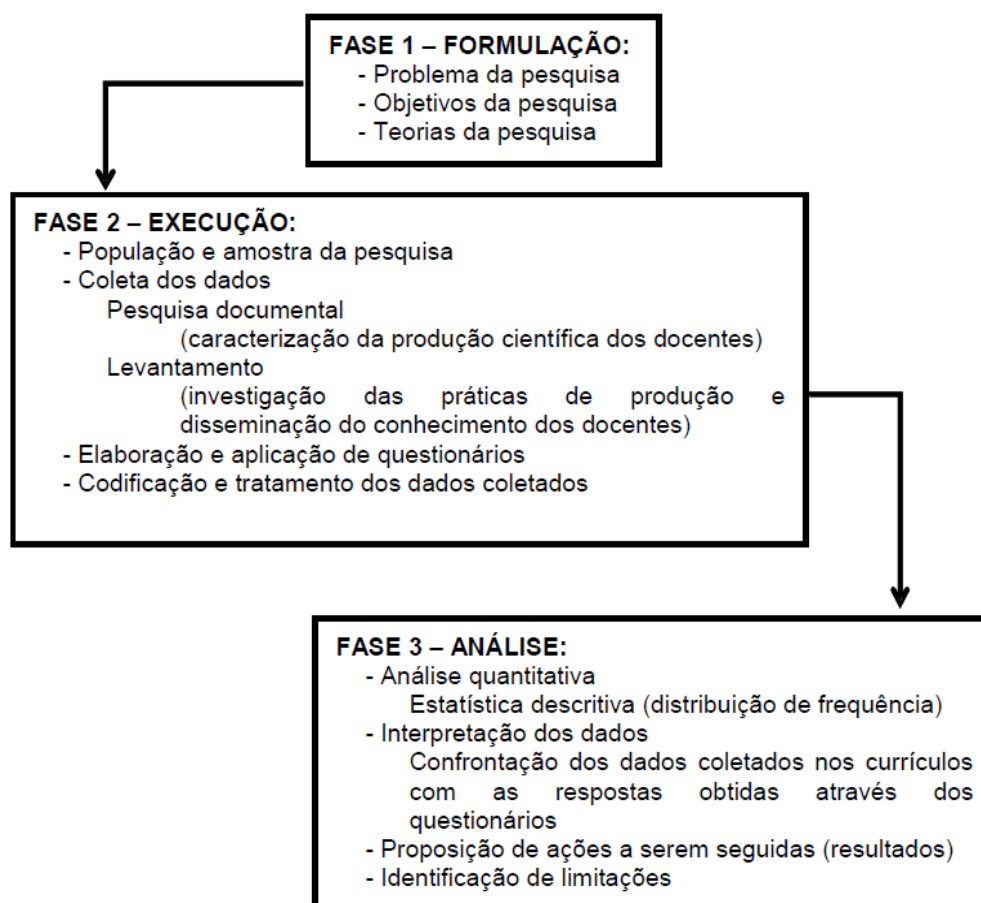
Para a realização deste trabalho foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, que de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61), “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.” Ou seja, os dados são coletados, descritos e analisados sem qualquer intervenção do pesquisador.

Para Vergara (2007), a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno e são desenvolvidas com o objetivo de obter uma visão geral sobre determinado fato (GIL, 2010). Assim, no presente estudo, a produção intelectual e o comportamento de pesquisa da população analisada são registrados e descritos sem interferências a fim de fornecer um panorama geral que permita estabelecer diretrizes para a organização e disseminação da produção intelectual da população analisada.

Contudo, para o alcance do objetivo geral proposto, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais (que correspondem aos objetivos específicos). A primeira etapa da pesquisa, de acordo com o procedimento técnico utilizado, caracteriza-se como uma pesquisa documental, pois utiliza materiais que

não receberam um tratamento analítico (GIL, 2010) e a segunda etapa constitui uma pesquisa de levantamento, que segundo Diehl e Tatim (2004, p.60), “se caracteriza pelo questionamento direto das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

Quanto ao processo da pesquisa, Hair et al. (2007) dizem que envolve três fases: **formulação**, em que as questões de pesquisa e o plano de ação são estabelecidos; **execução**, em que o projeto é implementado, através da coleta, codificação e armazenamento de dados e **análise**, em que os dados coletados são analisados e interpretados na busca de respostas para as questões formuladas na primeira fase. Dessa forma, seguindo os ensinamentos dos referidos autores, o processo de pesquisa do presente estudo é sintetizado na Figura 03.



**Figura 03 – Processo da pesquisa**

Fonte: adaptado de Hair et al. (2007)



Para alcançar o objetivo proposto, isto é, para propor uma política de organização, disseminação e acesso para a produção científica dos docentes do CCSH/UFSM baseada em acesso livre através de um repositório institucional, e considerando a fase de execução proposta, esta pesquisa é desenvolvida em duas etapas (FIGURA 04), que correspondem aos objetivos específicos propostos.



**Figura 04 – Etapas da pesquisa**

Fonte: elaborado pela autora

Para desenvolver as etapas 01 e 02 da pesquisa foi necessário definir a população da pesquisa e, em seguida, definir os procedimentos a serem adotados em cada etapa. A partir dos resultados obtidos nessas considerando o referencial teórico do estudo, são propostas ações para a construção de um repositório digital que possibilite a organização e o acesso à produção científica do CCSH.

### 3.2 População e amostra da pesquisa

A população da pesquisa é constituída pelos docentes do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da UFSM, que correspondem um total de 191 elementos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2011b). A escolha do Centro de Ciências Sociais e Humanas para o desenvolvimento deste estudo deu-se por abrigar um grande número de cursos com características diversificadas, peculiares às áreas das ciências humanas, como Psicologia, Filosofia e Sociologia e das ciências sociais aplicadas, como Administração, Economia e Direito.

O CCSH possui 22 cursos de graduação, 01 de especialização, 10 de mestrado e 03 de doutorado, além de 01 curso de graduação e 03 de especialização na modalidade Ensino à Distância - EAD (QUADRO 07). Para atender tais cursos, o CCSH possui 10 Departamentos Didáticos através dos quais é executada a administração e coordenação das atividades da UFSM, como a organização didático-científica e de distribuição de pessoal (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2011a). Assim, os docentes estão vinculados aos seguintes Departamentos Didáticos:

- a) Departamento de Ciências Administrativas;
- b) Departamento de Ciências Contábeis;
- c) Departamento de Ciências da Comunicação;
- d) Departamento de Ciências Econômicas;
- e) Departamento de Ciências Sociais;
- f) Departamento de Direito;
- g) Departamento de Documentação;
- h) Departamento de Filosofia;
- i) Departamento de História,
- j) Departamento de Psicologia.

<b>NÍVEL</b>	<b>CURSOS</b>	<b>MODALIDADE EAD</b>
<b>Graduação</b>	Administração (Diurno e Noturno) Arquivologia Ciências Contábeis (Diurno e Noturno) Ciências Econômicas (Diurno e Noturno) Ciências Sociais Comunicação Social – Jornalismo Comunicação Social – Produção Editorial Comunicação Social – Publicidade e Propaganda Comunicação Social – Relações Públicas Direito (Diurno e Noturno) Filosofia (Bacharelado e Licenciatura Plena) História História Licenciatura PARFOR Psicologia Relações Internacionais Serviço Social Sociologia	Licenciatura em Sociologia
<b>Especialização</b>	História do Brasil	Gestão em Arquivos Gestão Pública Gestão Pública Municipal
<b>Mestrado</b>	Administração Ciências Sociais Comunicação Midiática Direito Economia e Desenvolvimento Filosofia História Profissionalizante em Gestão Pública Profissionalizante em Patrimônio Cultural Psicologia	
<b>Doutorado</b>	Administração Comunicação Filosofia	

### **Quadro 07 – Cursos vinculados ao Centro de Ciências Sociais e Humanas**

Fonte: Centro de Ciências Sociais e Humanas (2012)

Porém para a realização deste trabalho, foram selecionados os docentes com o Currículo *Lattes* atualizado entre 01 de janeiro e 31 de maio de 2012, totalizando 130 elementos. Cabe destacar que os docentes que constituem a população desta pesquisa fazem parte do quadro efetivo da Instituição, não fazendo parte da pesquisa os docentes substitutos devido ao caráter temporário do seu vínculo com a Instituição e por não estarem diretamente envolvidos com a pesquisa e, por conseguinte com a publicação da produção científica.

### 3.3 Coleta dos dados

Num primeiro momento (primeira etapa), foi realizada uma pesquisa no currículo *Lattes* de cada docente, através da Plataforma *Lattes*, para identificar os docentes cujo currículo foi atualizado entre janeiro e maio de 2012 e em seguida, tais currículos foram analisados de forma a descrever as características da produção científica dos docentes do CCSH relativa ao período de 2010 a 2012. Dessa forma, como ensina Hair et al. (2007, p. 448), a pesquisa caracteriza-se como um estudo transversal, que oferece a “descrição de uma amostra em determinado ponto no tempo”.

A segunda etapa constitui-se em um levantamento para investigar as práticas de produção e disseminação do conhecimento dos docentes do CCSH. De acordo com Malhotra (2006), esse método envolve a utilização de um questionário visando obter informações sobre seu comportamento, intenções, atitudes, percepções, motivações. Portanto, foi elaborado um questionário, utilizando a ferramenta *GoogleDocs*, com base em estudos sobre usuários de repositórios institucionais realizados por outros pesquisadores. O questionário (APÊNDICE A) traz uma breve apresentação da pesquisa e é composto por 20 questões, divididas em duas partes, cujo conteúdo está disposto no Quadro 08.

<b>Partes do Questionário</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Questões</b>	<b>Abordagem</b>
Dados Gerais	Construir um perfil dos docentes	Da questão 01 a 05	Aberta
Práticas de produção e disseminação do conhecimento	Conhecer o comportamento de pesquisa e divulgação do conhecimento dos docentes, assim como suas percepções a respeito do acesso livre e de repositórios institucionais.	Questão 06, 11, 12	Fechada (múltipla escolha)
		Questão 07, 09, 10, 14, 18 e 19	Fechada com final aberto
		Questão 08	Fechada (podendo marcar mais de uma alternativa)
		Questão 13, 15, 16, 17 e 20	Fechada (múltipla escolha) – com final aberto

**Quadro 08 – Estrutura do questionário**

As questões 07, 09, 10, 14, 18 e 19 apresentam indicadores que foram mensurados através de uma escala que varia de 01 a 05, de acordo com o grau de concordância sobre as questões, na qual o valor 01 corresponde ao menor índice de concordância e o valor 05 corresponde ao maior índice de concordância.

A escala adotada para a medição das respostas é denominada por Hair et al. (2007) de escala ordinal, que coloca os itens em ordem, mas não determina o quanto um é maior ou menor que o outro, ou seja, a escala ordinal não estabelece uma diferença específica e exata entre as respostas, apenas organiza pela ordem de preferência.

Com o intuito de verificar possíveis falhas ou distorções que o questionário poderia apresentar, possibilitando assim a melhoria do instrumento de coleta dos dados, no início do mês de junho foi realizado um pré-teste com um grupo de cinco docentes que não foram selecionados na primeira etapa da pesquisa. Em sete de junho de 2012, foi enviado um *e-mail* contendo o *link* do questionário aos 130 docentes selecionados, sendo que destes, 14 *e-mails* retornaram, portanto, foram entregues 116 questionários.

Marconi e Lakatos (2005) mencionam que o questionário apresenta uma série de vantagens, como a economia de tempo na aplicação do instrumento, a obtenção de respostas mais precisas e a maior liberdade dos respondentes em fornecer as respostas, devido ao anonimato e a escolha do momento mais adequado para responder ao questionário. Porém, uma das desvantagens do questionário é a baixa taxa de retorno das respostas, o que foi observado um mês após o envio, sendo necessário reenviá-los em 17 de julho e em 23 de agosto de 2012. O retorno dos questionários se manteve baixo, considerando a taxa satisfatória de retorno de 30% estabelecida por Cooper e Schindler (2003). Porém, a taxa de retorno alcançou a média de 25%, como mencionada por Marconi e Lakatos (2005). Acredita-se que o baixo retorno dos questionários está relacionado com a greve das universidades federais, que começou em maio e terminou em setembro de 2012.

### 3.4 Tratamento e análise dos dados

Na primeira etapa, os dados coletados na pesquisa documental foram analisados de forma a identificar os tipos de documentos produzidos, a origem dos periódicos e dos trabalhos publicados em eventos (nacionais ou internacionais), a forma de acesso aos artigos publicados em periódicos; a classificação dos periódicos e os principais tipos de documentos produzidos por Departamento Didático. Para tanto, os dados foram organizados em uma base de dados, utilizando planilhas eletrônicas, e foram analisados quantitativamente por meio da estatística descritiva, através da distribuição de frequência, que segundo Fávero et al. (2009, p.51), “permite ao pesquisador uma melhor compreensão do comportamento dos dados por meio de tabelas, gráficos e medidas-resumo”.

Conforme Sampieri, Collado e Lucio (2006), através da estatística descritiva os dados, valores ou pontuações obtidos para cada variável são descritos através da distribuição de frequência, que é um método de agrupamento dos dados em categorias ou classes, de modo a fornecer a frequência relativa (porcentagem) dos dados em cada categoria, permitindo resumir e visualizar um conjunto de dados. A distribuição de frequência, de acordo com Hair et al. (2007, p.263), observa os dados de cada variável oferecendo “contagens das diferentes respostas para os diversos valores da variável”, com o objetivo de “demonstrar o número de respostas associadas a cada valor de uma variável”.

Dessa forma, foram realizadas análises de frequência relacionadas às variáveis a seguir:

- a) tipo de documentos produzidos;
- b) produção científica em anais de eventos;
- c) forma de acesso aos periódicos científicos;
- d) forma de acesso aos artigos publicados em periódicos científicos;
- e) conceito dos periódicos de acordo com a forma de acesso;
- f) política de arquivamento dos periódicos,
- g) artigos publicados por departamento didático.

Na segunda etapa, com abordagem qualitativa, buscou-se conhecer as práticas de produção e disseminação do conhecimento dos docentes do CCSH bem como suas impressões a respeito do acesso livre à produção científica. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006, p.11) o estudo qualitativo “busca compreender seu fenômeno de estudo em seu ambiente usual (como as pessoas vivem, se comportam e atuam; o que pensam; quais são suas atitudes etc.)”. Strauss e Corbin (2008, p.23) entendem que mesmo que a pesquisa qualitativa “produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação” e sua análise seja interpretativa, alguns dados podem ser quantificados. É o que ocorre nesta etapa da pesquisa, pois algumas questões presentes no instrumento de pesquisa são fechadas, possibilitando apenas a quantificação das opiniões.

É importante destacar que o estudo qualitativo não permite a generalização dos resultados, no entanto, o que se pretende é compreender como é composta a produção intelectual dos docentes do CCSH e qual o comportamento dos docentes a respeito da produção e disseminação de conhecimento a fim de propor ações e diretrizes para a organização e disseminação da produção científica produzida no âmbito do CCSH.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, os dados coletados são apresentados e analisados de forma a subsidiar a elaboração de uma proposta de política de organização e divulgação da produção científica dos docentes do CCSH. Num primeiro momento, são apresentados os dados referentes à produção científica dos docentes. Após são apresentados os dados relacionados às práticas de produção e disseminação do conhecimento dos docentes do CCSH. Com base nesses conjuntos de dados e de acordo com o referencial teórico que embasa este estudo, é proposta uma política de organização e disseminação da produção científica dos docentes do CCSH e são apontadas ações para a construção de um repositório digital no CCSH.

### 4.1 Caracterização da produção científica dos docentes do CCSH

No entendimento de Lourenço (1997), a produção científica é toda produção documental sobre um determinado assunto, que seja de interesse de uma comunidade científica específica e que contribua para o desenvolvimento da ciência e para a abertura de novos horizontes de pesquisa, independentemente do seu suporte. Para Witter (1997, p.07) “é uma expressão que engloba processos e produtos distintos, bem como, pessoas, associações, agências financiadoras e os seus múltiplos consumidores”.

Contudo, Moura (1997) comenta que no Brasil, a produção científica está fortemente relacionada com a atuação dos cursos de pós-graduação, seja pelo seu fazer científico ou por seu papel na formação de professores e pesquisadores. Dessa forma, no ambiente acadêmico é que são desenvolvidos novos conhecimentos, através dos mais variados tipos de documentos, como artigos de periódicos, livros, teses, dissertações, relatórios de pesquisas, comunicações em eventos científicos, materiais didáticos entre outros.

Os docentes do CCSH representam as diferentes áreas das ciências humanas e sociais e no que se refere aos **tipos de documentos produzidos**, após análise dos currículos *Lattes* selecionados foram listados 3.676 documentos, distribuídos em 30 tipos de documentos, como artigos publicados em periódicos,



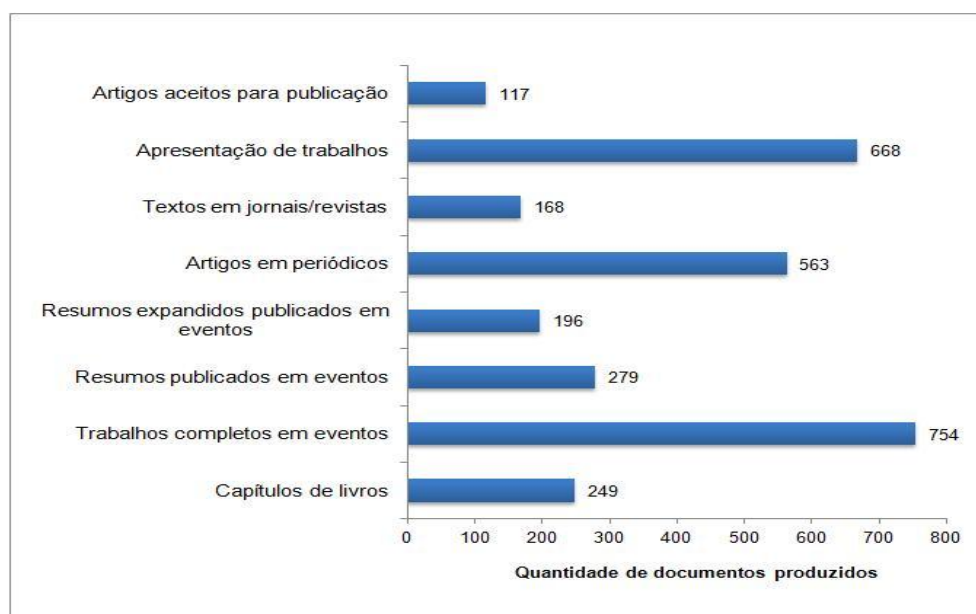
trabalhos apresentados em eventos, vídeos e filmes curta metragem entre outros (TABELA 01). Esses documentos estão em suporte papel e/ou digital e nos formatos textual, áudio ou vídeo.

**Tabela 01 – Tipos de documentos produzidos**

<b>TIPO DE DOCUMENTOS PRODUZIDOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Livros	76	2,07
Capítulos de livros	249	6,77
Trabalhos completos publicados anais	754	20,51
Resumos publicados em anais	279	7,59
Resumos expandidos publicados em anais	196	5,33
Artigos em periódicos	563	15,32
Material didático	53	1,44
Textos em jornais/revistas	168	4,57
Relatórios de pesquisa/atividades	38	1,03
Palestras – seminários - workshop	28	0,76
Tradução de livros e artigos	08	0,22
Curso de curta duração ministrado	75	2,04
Mesa redonda	26	0,71
Programa de rádio	78	2,12
Oficinas	04	0,11
Apresentação de trabalhos	668	18,17
Entrevistas	57	1,55
Comentários	02	0,05
Textos/artigos/estudos	84	2,29
Consultorias	03	0,08
Resenha de obras	04	0,11
Prefácio/posfácio/apresentação	23	0,63
Artigos aceitos para publicação	117	3,18
Campanha publicitária	30	0,82
Vídeos/ filmes curta metragem	05	0,14
Produção sonora	66	1,80
Programação visual	01	0,03
Comercial televisivo	18	0,49
Tese de doutorado	01	0,03
Software sem registro de patente	02	0,05
<b>TOTAL</b>	<b>3.676</b>	<b>100,00</b>

Observou-se que foram produzidos 754 trabalhos completos publicados em anais, 668 trabalhos apresentados em eventos, 563 artigos completos publicados em periódicos científicos, 279 resumos publicados em anais de eventos e 249 capítulos de livros, que representam, respectivamente, 20,51%, 18,17%, 15,32%, 7,59% e 6,77% da produção científica analisada e constituem-se nos tipos de documentos mais produzidos pelos docentes. Porém, mesmo com pouca representatividade, destacam-se os materiais didáticos (1,44%) e os relatórios de atividades/pesquisas (1,53%) que se constituem em significativas fontes de informação.

Os artigos de periódicos são produtos da comunicação formal e, como mostra o gráfico a seguir (FIGURA 05), os docentes do CCSH utilizam em grande escala o sistema de comunicação formal para divulgação de sua produção científica. Porém, os canais de comunicação mais utilizados pelos docentes são as comunicações em eventos, que de acordo com Witter (1996 apud MOURA, 1997) fazem parte da comunicação informal e de caráter transitório.



**Figura 05 – Tipos de documentos mais produzidos**

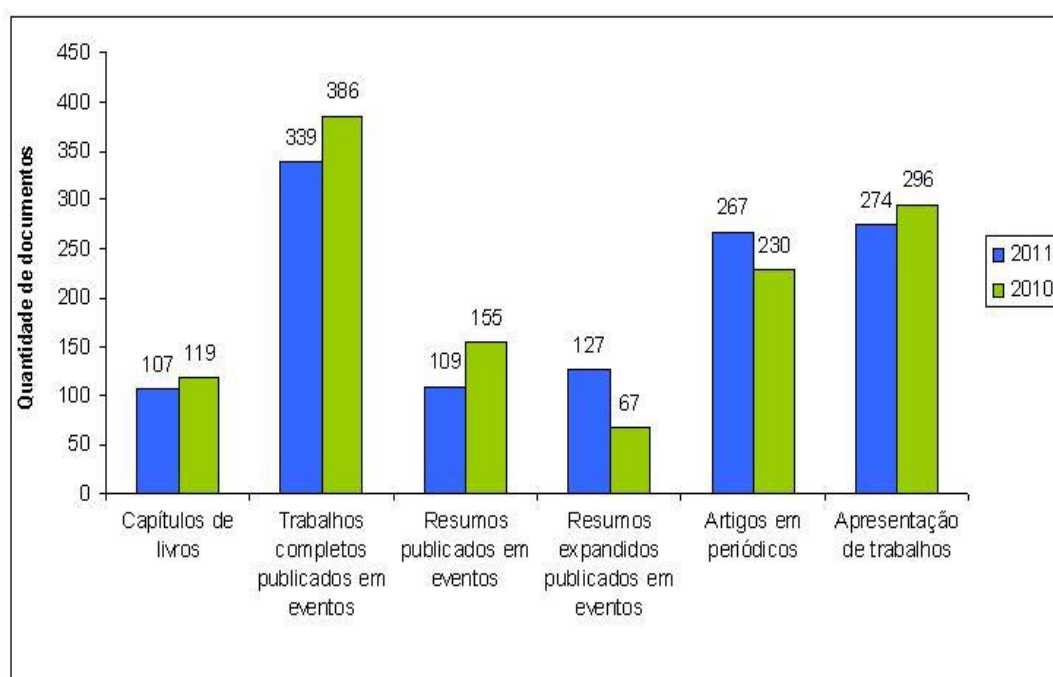
Dos 3.676 documentos produzidos pelos docentes do CCSH, 11% foram produzidos até maio de 2012, 45% em 2011 e 44% em 2010. É possível observar na Tabela 02, que em 2011 houve um aumento no número de documentos produzidos em relação a 2010.

**Tabela 02 – Distribuição dos tipos de documentos produzidos por ano**

TIPO DE DOCUMENTOS PRODUZIDOS	QUANTIDADE					
	2012	%	2011	%	2010	%
Livros	12	2,96	25	1,52	39	2,40
Capítulos de livros	23	5,68	107	6,51	119	7,31
Trabalhos completos publicados em anais	29	7,16	339	20,62	386	23,72
Resumos publicados em anais	15	3,70	109	6,63	155	9,53
Resumos expandidos publicados em anais	02	0,49	127	7,73	67	4,12
Artigos em periódicos	66	16,30	267	16,24	230	14,14
Material didático	-	-	27	1,64	26	1,60
Textos em jornais/revistas	28	6,91	69	4,20	71	4,36
Relatórios de pesquisa/atividades	03	0,74	13	0,79	22	1,35
Palestras – seminários - workshop	04	0,99	13	0,79	11	0,68
Tradução de livros e artigos	01	0,25	01	0,06	06	0,37
Curso de curta duração ministrado	07	1,73	31	1,89	37	2,27
Mesa redonda	-	-	11	0,67	15	0,92
Programa de rádio	01	0,25	26	1,58	51	3,13
Oficinas	-	-	03	0,18	01	0,06
Apresentação de trabalhos	98	24,20	274	16,67	296	18,19
Entrevistas	08	1,98	26	1,58	23	1,41
Comentários	-	-	01	0,06	01	0,06
Textos/artigos/estudos	06	1,48	35	2,13	43	2,64
Consultorias	-	-	03	0,18	-	-
Resenha de obras	02	0,49	-	-	02	0,12
Prefácio/posfácio/apresentação	05	1,23	05	0,30	13	0,80
Artigos aceitos para publicação	93	22,96	21	1,28	03	0,18
Campanha publicitária	-	-	20	1,22	10	0,61
Vídeos/ filmes curta metragem	-	-	05	0,30	-	-
Produção sonora	-	-	66	4,01	-	-
Programação visual	-	-	01	0,06	-	-
Comercial televisivo	-	-	18	1,09	-	-
Tese de doutorado	01	0,25	-	-	-	-
Software sem registro de patente	01	0,25	01	0,06	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>405</b>	<b>100,00</b>	<b>1.644</b>	<b>100,00</b>	<b>1.627</b>	<b>100,00</b>

Da mesma forma, observa-se que em 2010 e 2011 houve um predomínio de trabalhos completos publicados em anais, representando 20,62% e 23,72% respectivamente. Já em 2012, há um predomínio de trabalhos apresentados em eventos (24,20%) e de artigos aceitos para publicação em periódicos científicos (22,96%).

Através da Figura 06, verifica-se a quantidade de documentos produzidos por ano, considerando os tipos de documentos mais produzidos. Observa-se que em 2011 foram produzidos mais artigos científicos e resumos expandidos em comparação com 2010, diferentemente dos outros tipos de documentos. É importante salientar que tal comparação não pode ser realizada quanto ao ano de 2012, pois os currículos foram analisados considerando como período limite o mês de maio.



**Figura 06 – Distribuição dos tipos de documentos mais produzidos por ano**

Outro aspecto importante no que se refere à produção científica são os eventos científicos, que segundo Ohira (1997) permitem a discussão e avaliação de novas ideias, tanto através da transferência oral como através dos documentos que são gerados antes, durante ou após os eventos, como os anais que reúnem as

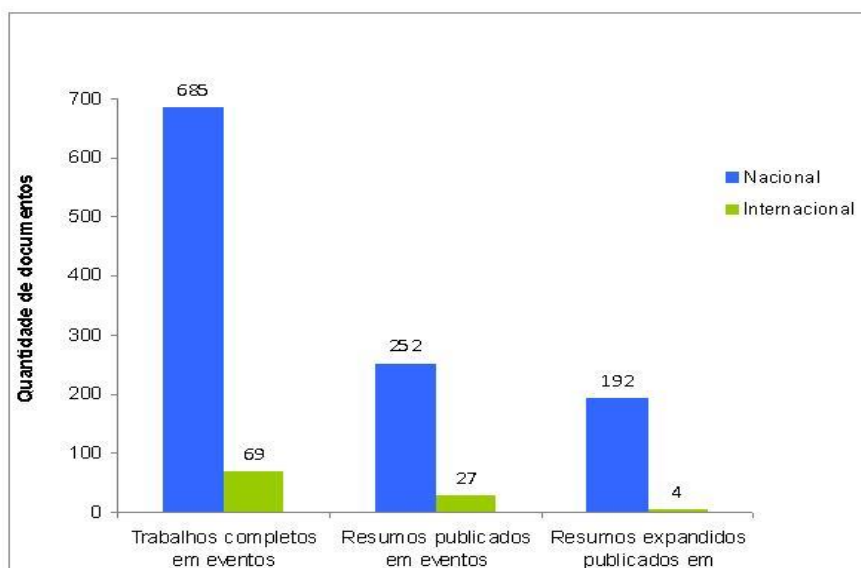
comunicações apresentadas nos eventos científicos. Assim, quanto à variável **produção científica em anais de eventos** analisada nos currículos, esta é constituída de 754 trabalhos completos, 279 resumos publicados em anais e 196 resumos expandidos, somando um total de 1.229 documentos.

A grande maioria desses documentos (1.129 documentos) foi publicada em anais de eventos nacionais: dos trabalhos completos, 685 foram publicados em anais de eventos nacionais e 69 em anais de eventos internacionais; dos resumos, 252 foram publicados em anais nacionais e 27 em anais internacionais; e dos resumos expandidos, 192 foram publicados em anais de eventos nacionais e 04 em anais de eventos internacionais (TABELA 03).

**Tabela 03 – Quantidade de documentos publicados em anais**

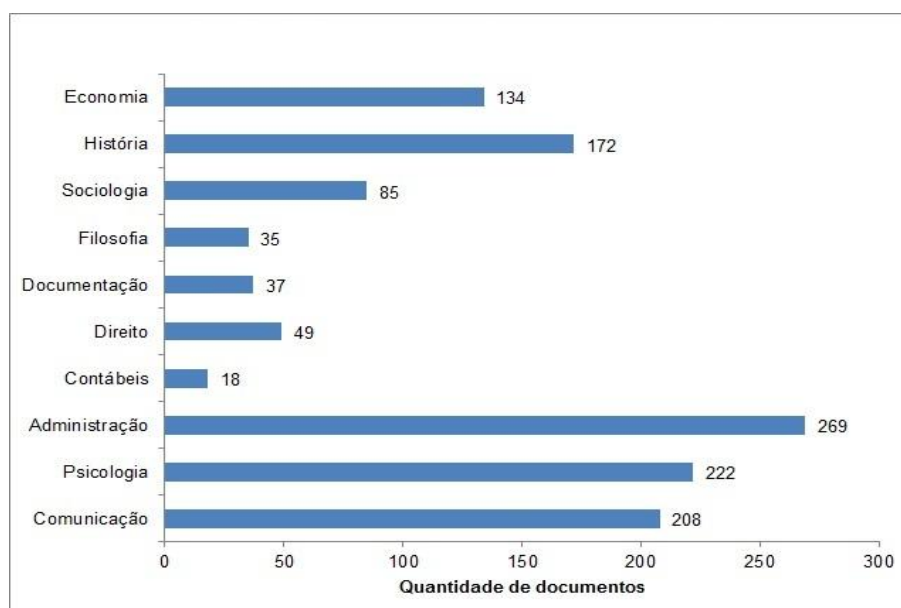
PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EVENTOS	QUANTIDADE			
	N	%	I	%
Trabalhos completos publicados em anais	685	61	69	69
Resumos publicados em anais	252	22	27	27
Resumos expandidos publicados em anais	192	17	04	04
<b>TOTAL</b>	<b>1.129</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Na Figura 07 pode-se notar que a maioria dos documentos produzidos foi publicada em anais de eventos nacionais, representado 92% da produção.



**Figura 07 – Distribuição dos tipos de documentos publicados em anais**

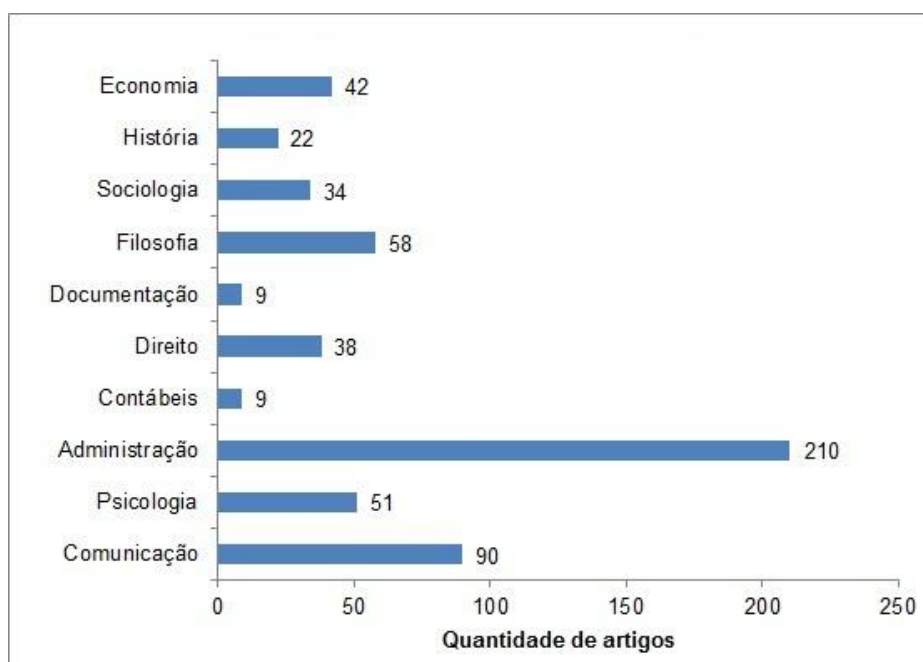
Outro aspecto analisado foi a distribuição da produção científica publicada em anais em relação aos departamentos didáticos, através da qual é possível observar (FIGURA 08) que os Departamentos de Administração, de Psicologia e Comunicação foram os que mais publicaram trabalhos em anais de eventos e o Departamento de Ciências Contábeis teve uma baixa taxa de publicação.



**Figura 08 – Distribuição da produção publicada em anais por Departamento Didático**

No que se refere aos artigos publicados em periódicos, os docentes do CESH publicaram 563 artigos e possuem 117 artigos aceitos para publicação. Esses documentos estão distribuídos em 354 periódicos científicos, sendo 291 periódicos nacionais (82%) e 63 internacionais (18%).

Analisou-se também o número de **artigos publicados por Departamento Didático** e de acordo com o gráfico a seguir (Figura 09), os Departamentos que mais publicaram artigos, no período de 2010 a 2012, foram o Departamento de Administração, com 210 artigos publicados, de Comunicação, com 90 artigos publicados e de Filosofia, que publicou 58 artigos. Os Departamentos de Documentação e de Ciências Contábeis foram os Departamentos com o menor número de artigos publicados, apenas nove artigos cada Departamento.



**Figura 09 – Distribuição de artigos publicados em periódicos por Departamento Didático**

Quando o assunto é o acesso livre ao conhecimento, uma questão importante a ser analisada é a **forma de acesso aos periódicos científicos**, que diz respeito à maneira como se dá o acesso aos artigos, seja por meio de políticas de acesso aberto, que permitem que o texto seja acessado livremente, sem restrições;

mediante assinatura do periódico; acesso online ao texto integral, porém sem nenhuma especificação de política de acesso; acesso apenas em parte do texto ou acesso ao texto integral através de sistemas como o *SciELO* e o SEER.

Cabe lembrar que o SEER é um sistema desenvolvido para a criação de periódicos de acesso livre, seguindo os padrões estabelecidos pelo Movimento de Acesso Aberto. Dessa forma, na Tabela 04, observa-se que 329 periódicos puderam ser acessados *online*, contudo, 07 periódicos permitem acessar apenas o resumo ou o sumário e 05 periódicos só permitem acesso mediante assinatura. Destaca-se que alguns títulos de periódico não foram encontrados, impossibilitando classificá-los como de acesso online ou sem acesso online, por isso optou-se por quantificá-los na categoria “não encontrados”.

A maioria dos periódicos pesquisados possibilita o acesso e o *download* dos artigos publicados, sendo que 285 podem ser acessados *online*, nos *websites* das instituições mantenedoras ou em *websites* próprios, dentre estes, 12 indicam que possuem uma política de acesso livre e 165 são periódicos construídos através do Sistema SEER. Também verificou-se que 32 periódicos podem ser acessados através do Portal *SciELO*.

**Tabela 04 – Forma de acesso aos periódicos científicos**

FORMA DE ACESSO AOS PERIÓDICOS	NÚMERO DE PERIÓDICOS					
	Total	%	N	%	I	%
Acesso mediante assinatura	05	1.4	-	-	05	7.9
Somente resumo ou sumário	07	2	02	0.7	05	7.9
Acesso online	108	30.5	81	27.8	27	42.9
Política de Acesso Livre	12	3.4	09	3.1	03	4.8
Através do sistema SEER	165	46.6	161	55.3	04	6.3
Através do Portal <i>SciELO</i>	32	9	24	8.3	08	12.7
Sem acesso online	06	1.7	05	1.7	01	1.6
Não encontrados	19	5.4	09	3.1	10	15.9
<b>TOTAL</b>	<b>354</b>	<b>100</b>	<b>291</b>	<b>100</b>	<b>63</b>	<b>100</b>



Destaca-se que não foi possível encontrar 19 títulos de periódicos, pois seus *links* levavam a páginas não mais existentes, o que sugere que o *link* foi removido ou excluído. Outros seis periódicos não possuem acesso *online*.

Como já mencionado, a produção científica tem o periódico científico como principal meio de divulgação e os cursos de pós-graduação desempenham um papel bastante importante nesse cenário. Porém, é preciso destacar que a publicação em artigos de periódicos científicos é um dos critérios utilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), para a avaliação e conceituação dos cursos de pós-graduação.

Assim, a Capes utiliza um conjunto de procedimentos para a estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação, denominado Qualis, que afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, dos periódicos científicos e disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção (WEB QUALIS, 2012).

Com base na classificação dos periódicos, que é feita anualmente e apresenta como índices de qualidade o conceito A1 (mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (que possui peso zero), analisou-se o **conceito dos periódicos de acordo com a forma de acesso**, conforme apresentado na Tabela 05.

Destaca-se que dos 354 títulos de periódicos pesquisados, 318 títulos foram classificados com conceito A, B ou C, sendo que para a análise não foram consideradas as variações do conceito A nem do B. Não foi encontrado o conceito de 36 títulos de periódicos. Dos 318 periódicos com conceito, 82% possuem conceito B, 13% possuem conceito A e 5% possuem conceito C.

Tabela 05 – Conceito dos periódicos

FORMA DE ACESSO AOS PERIÓDICOS	CONCEITO QUALIS											
	A				B				C			
	N	%	I	%	N	%	I	%	N	%	I	%
Mediante assinatura	-	-	02	22	-	-	02	6	-	-	-	-
Somente resumo ou sumário	-	-	-	-	02	0,9	02	6	-	-	-	-
Acesso online	03	9	05	56	66	28,9	12	39	06	50	02	40
Política de Acesso Livre	-	-	01	11	09	3,9	01	3	-	-	-	-
Sistema SEER	18	55	-	-	130	57,0	02	6	03	25	-	-
Portal SciELO	10	30	01	11	13	5,7	07	23	-	-	-	-
Sem acesso online	01	3	-	-	03	1,3	-	-	-	-	01	20
Não encontrados	01	3	-	-	05	2,2	05	16	03	25	02	40
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>100</b>	<b>09</b>	<b>100</b>	<b>228</b>	<b>100</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>05</b>	<b>100</b>

Dos 42 periódicos com conceito A, 79% são periódicos nacionais e 21% são internacionais. Dos 259 periódicos com conceito B, 88% são periódicos nacionais e 12% são internacionais. Com conceito C, são 17 periódicos, sendo que 71% são nacionais e 29% são periódicos internacionais. Com esses resultados, pode-se dizer que os docentes do CESH, no período de 2010 a 2012, divulgaram seus artigos principalmente em periódicos nacionais e com conceito B.

Com relação à forma de acesso aos periódicos, observa-se que dos 33 periódicos nacionais com conceito A, 55% são disponibilizados através do sistema SEER, 30% através do SciELO, que permitem o acesso gratuito aos artigos, enquanto que, dos nove periódicos internacionais, 56% são de acesso *online*, sem restrições de acesso, 22% possibilitam acesso aos artigos apenas mediante assinatura do periódico e outros 22% possibilitam o acesso gratuito aos artigos, sendo 11% através do SciELO e 11% mediante a política de acesso livre.

Dos 228 periódicos nacionais com conceito B, a maioria (96%) dos títulos é disponibilizada gratuitamente aos pesquisadores, sendo que 57% por meio do sistema SEER. Apenas 0,9% dos periódicos restringe o acesso ao sumário ou ao resumo dos artigos. Dos periódicos internacionais com conceito B, 6% restringem o

acesso ao sumário ou ao resumo dos artigos, 6% oferecem acesso somente com assinatura do periódico, porém a maioria (71%) possibilita o acesso gratuitamente. Dos periódicos com conceito C, apenas os títulos nacionais disponibilizam artigos através do sistema SEER, representando 20% dos periódicos. A maioria dos títulos nacionais, 50%, é disponibilizada aos pesquisadores gratuitamente, por meio do acesso *online* à página do periódico. Já os periódicos internacionais, 40% oferecem acesso *online*, enquanto que, 20% oferecem apenas acesso em formato impresso (sem acesso *online*).

Dessa forma, os dados permitem concluir que os docentes do CCSH estão publicando seus artigos em periódicos nacionais com conceito B e que fornecem acesso gratuito aos artigos. Sendo que a maioria dos periódicos são construídos e gerenciados através do sistema SEER, que visa facilitar a disseminação da produção científica dos pesquisadores, fortalecendo os fundamentos do Movimento de Acesso Livre ao conhecimento.

Quanto à **forma de acesso aos artigos publicados em periódicos**, observou-se que dos 563 artigos publicados, sete estão em periódicos cujo acesso ocorre através de assinatura, nove estão publicados em periódicos que fornecem acesso apenas ao resumo ou sumário. Os periódicos criados através do sistema SEER disponibilizam acesso a 291 artigos analisados, enquanto que o *SciELO* oferece acesso a 43 artigos analisados. Apenas seis artigos foram publicados em periódicos que não oferecem acesso (TABELA 06).





**Tabela 06 – Forma de acesso aos artigos em periódicos**

FORMA DE ACESSO AOS PERIÓDICOS	NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS					
	2010	%	2011	%	2012	%
Mediante assinatura	02	0.9	03	1.1	02	3
Somente resumo ou sumário	04	1.7	05	1.9	-	-
Acesso <i>online</i>	65	28.3	79	29.6	22	33.3
Política de Acesso Livre	04	1.7	09	3.4	04	6.1
Sistema SEER	125	54.3	138	51.7	28	42.4
Portal <i>SciELO</i>	16	7	18	6.7	09	13.7
Sem acesso <i>online</i>	03	1.3	02	0.7	01	1.5
Não encontrados	11	4.8	13	4.9	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>230</b>	<b>100</b>	<b>267</b>	<b>100</b>	<b>66</b>	<b>100</b>

Através da tabela é possível observar que em 2011 o número de artigos publicados aumentou, passando de 230 para 267. O número de artigos publicados em revistas acessíveis apenas mediante pagamento é bastante reduzido em comparação com os artigos publicados em periódicos construídos e gerenciados através do SEER, o que demonstra a adesão dos editores de periódicos aos fundamentos do Movimento de Acesso Aberto.

Outra questão importante no que diz respeito ao acesso aberto é a **política de arquivamento dos periódicos**, ou seja, o posicionamento das editoras dos periódicos científicos quanto às autorizações para o armazenamento e acesso dos artigos, após a sua publicação. Na Universidade de *Nottingham*, no Reino Unido, foi desenvolvido o Sherpa/RoMEO, um serviço que informa e esclarece a respeito das questões relacionados ao *copyright* e o autoarquivamento de documentos em repositórios institucionais e estabelece um sistema de classificação baseado em quatro cores para identificar as categorias de permissão das revistas científicas. No Brasil, existe o Diadorim, um serviço de informações mantido pelo IBICT, que permite identificar as políticas estabelecidas pelas editoras dos periódicos brasileiros referentes às autorizações concedidas para o armazenamento e o acesso dos artigos das revistas brasileiras em repositórios digitais de acesso aberto (DIADORIM, 2012).

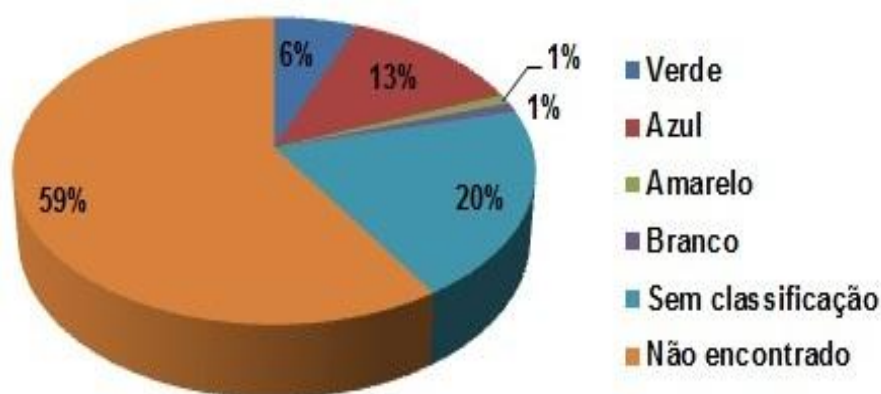
Dessa forma, o Diadorim estabelece quatro categorias de permissão de armazenamento para os periódicos, de acordo com o sistema de classificação baseado no Sherpa/RoMEO (QUADRO 09):

TIPO DE PERMISSÃO	DESCRIÇÃO
 (VERDE)	Coleção de periódicos que permitem o armazenamento em repositórios institucionais do texto completo das versões pré-print e pós-print de artigos.
 (AZUL)	Coleção de periódicos que permitem o armazenamento em repositórios institucionais do texto completo das versões pós-print de artigos.
 (AMARELO)	Coleção de periódicos que permitem o armazenamento em repositórios institucionais do texto completo das versões pré-print de artigos.
 (BRANCO)	Coleção de periódicos que não permitem o armazenamento em repositórios institucionais do texto completo de nenhuma versão dos artigos.

#### Quadro 09 – Tipo de permissão de armazenamento

Fonte: Diadorim (2012)

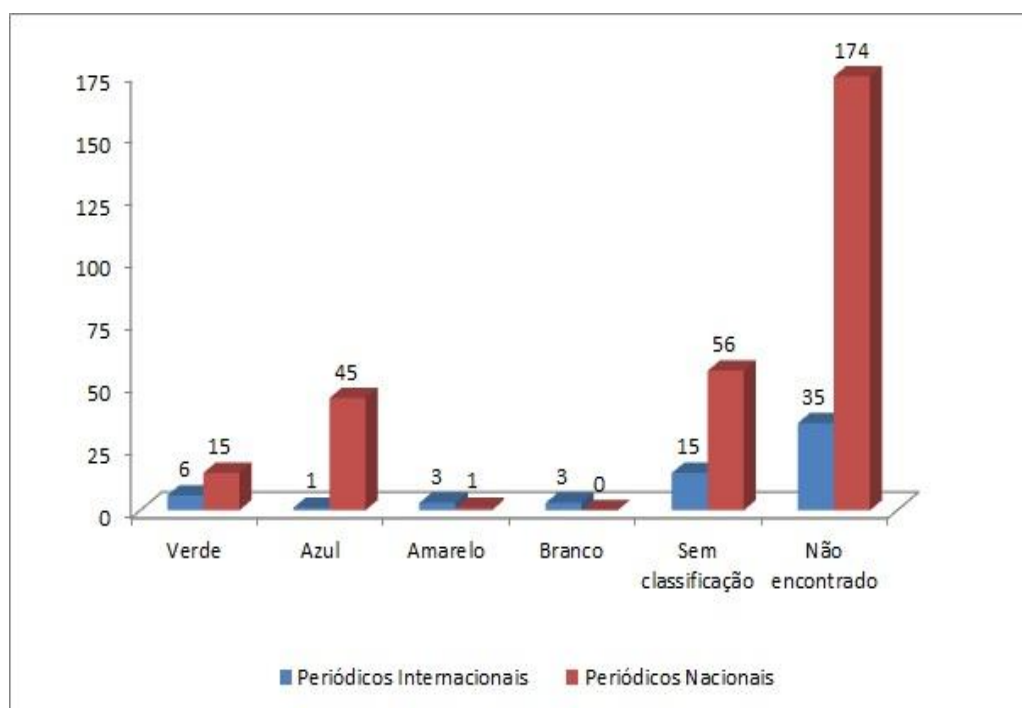
Por meio desses serviços, o Diadorim e o Sherpa/RoMEO, foram analisadas as políticas de arquivamento dos periódicos científicos nos quais foram publicados artigos pelos docentes do CCSH e, conforme a Figura 10, constatou-se que a maioria dos periódicos, 59%, não foram encontrados pelos serviços do Diadorim e Sherpa/RoMEO e 20% dos periódicos encontrados nos bancos de dados não possuem classificação quanto ao tipo de permissão para armazenamento. Dos títulos que foram encontrados e possuem classificação, 13% possuem política de arquivamento Azul, ou seja, os editores dos periódicos permitem o armazenamento do texto completo da versão pós-print (após revisão e publicação) em repositórios; 6% possuem política de arquivamento Verde, que permite o depósito do texto completo das versões pré-print (antes da revisão pelo pares) e pós-print dos artigos; 1% possui permissão Amarelo, que possibilita o arquivamento apenas da versão pré-print dos artigos. Apenas 1% dos periódicos possui o tipo de permissão Branco, que não permite o arquivamento do texto completo de nenhuma das versões dos artigos.



**Figura 10 – Políticas de arquivamento**

Na Figura 11, pode-se observar o número de periódicos nacionais e internacionais em cada categoria de permissão de acesso. Dos 354 periódicos pesquisados, 291 são periódicos nacionais classificados nas categorias de

armazenamento Azul (45 títulos), Verde (15 títulos) e Amarelo (um periódico) e 63 são periódicos internacionais classificados nas categorias Verde (seis periódicos), Amarelo (três periódicos), Branco (três periódicos) e Azul (um periódico).



**Figura 11 - Periódicos nacionais e internacionais e as políticas de arquivamento**

Esses dados demonstram que apenas os periódicos internacionais não permitem o armazenamento do texto integral das versões pré-print e pós-print (categoria Branco) e a maioria dos periódicos nacionais permitem o armazenamento do texto completo dos artigos já publicados (versão pós-print), o que vem a corroborar com os dados apresentados anteriormente, que mostram o grande número de periódicos que disponibilizam acesso gratuito aos artigos.

Considerando os dados apresentados, de forma geral pode-se concluir que os canais de comunicação mais utilizados pelos docentes do CCSH são as comunicações em eventos nacionais (tanto trabalhos completos, resumos completos e resumos expandidos publicados em anais como trabalhos apresentados em eventos) e os artigos publicados em periódicos científicos.

No período pesquisado (2010 a 2012), os docentes do CCSH divulgaram seus artigos principalmente em periódicos nacionais com conceito B e que fornecem acesso gratuito aos artigos. Dessa forma, os docentes do CCSH estão contribuindo para o acesso aberto à informação científica, uma vez que a maioria dos periódicos em que os artigos foram publicados são construídos e gerenciados através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), desenvolvido com base nos fundamentos do Movimento de Acesso Livre ao conhecimento. Além disso, a maioria dos periódicos possui uma política de arquivamento Azul, em que os editores permitem o armazenamento do texto completo da versão pós-print (após revisão e publicação) em repositórios, o que facilita o depósito da produção científica desenvolvida pelos docentes do CCSH em um repositório institucional.

#### **4.2 Levantamento das práticas de produção e disseminação dos docentes do CCSH**

A definição de uma política de organização e disseminação da informação, bem como a construção de um repositório institucional em universidades depende em grande parte da aceitação e participação da comunidade acadêmica, principalmente dos seus pesquisadores. Para isso, Leite (2009) aponta que deve-se considerar que os pesquisadores possuem modos distintos de se comunicar, hábitos diferenciados de publicação e interação com as tecnologias de diferentes formas. Portanto, é necessário conhecer e compreender as necessidades e expectativas dos pesquisadores, assim como é importante conhecer os aspectos que podem influenciar a intenção de uso de um repositório.

Dessa forma, através dessa etapa da pesquisa, pretendeu-se investigar as práticas de produção e disseminação do conhecimento dos docentes do CCSH. No entanto, antes de apresentar os resultados, é oportuno apresentar o perfil dos entrevistados (QUADRO 09).

<b>Amostra: 116 docentes Respondentes: 29 docentes</b>		
<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>	<b>Frequência</b>
<b>Formação Acadêmica</b>	Bacharelado em Direito	01
	Graduação em Psicologia	04
	Graduação em Administração	04
	Graduação em Ciências Contábeis	02
	Graduação em Matemática	02
	Graduação em História	02
	Bacharelado em Arquivologia	02
	Graduação em Filosofia	01
	Mestrado em Administração	01
	Doutorado em Administração	02
	Doutorado em Economia Aplicada	02
	Doutorado em Filosofia	02
	Doutorado em Engenharia da Produção	01
	Doutorado em Linguística e Teoria Literária	01
	Pós-doutorado em Antropologia Social	01
	Pós-doutorado em Teoria e Filosofia da História	01
<b>Titulação</b>	Doutores	24
	Mestres	03
	Pós-doutores	02
<b>Tempo de serviço na instituição</b>	De 0 a 10 anos	11
	De 11 a 20 anos	11
	De 21 a 30 anos	06
	De 31 a 40 anos	01
<b>Departamento Didático</b>	Ciências Administrativas	10
	Ciências Contábeis	03
	Ciências Econômicas	01
	Ciências Sociais	01
	Direito	01
	Documentação	02
	Filosofia	03
	História	03
	Psicologia	04
	Direção do Centro	01

**Quadro 10 - Perfil dos participantes**



Com exceção do Departamento de Comunicação, todos os demais departamentos têm pelo menos um docente participando da pesquisa, sendo que a maioria dos respondentes está ligada ao Departamento de Ciências Administrativas e também a maioria dos docentes possui doutorado. Além da docência, os docentes exercem outras atividades na instituição como participação em conselhos, comissões, colegiados e/ou comitês; coordenação de cursos; chefias de departamentos didáticos; direção de Centro; atividades de pesquisa, extensão e orientações; revisão de periódicos; avaliação de artigos; trabalhos de capacitação e atividades inerentes ao cargo de Pró-Reitor.

Conforme menciona Ohira (1997, p.87), “a universidade tem sido o principal centro de produção e transmissão do conhecimento, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Nesse cenário, os docentes desempenham papel fundamental, pois, além das atividades de ensino, são responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas que trazem significativas contribuições para o crescimento das respectivas áreas de atuação e da sociedade de modo geral. Assim, com relação às práticas de produção e disseminação do conhecimento, questionou-se aos docentes do CCSH quanto a **importância da produção e divulgação de trabalhos/pesquisas na respectiva área de atuação**. Dos 29 docentes, 27 disseram que a produção e divulgação de trabalhos/pesquisas são essenciais, 02 docentes pensam que essas atividades são importantes, mesmo não sendo uma prioridade. Tais respostas demonstram que os docentes compreendem o papel da produção e disseminação de novos conhecimentos.

Para o desenvolvimento e divulgação de pesquisas é necessário utilizar-se de canais formais e/ou informais de comunicação. Portanto, questionou-se aos docentes quanto ao **canal mais utilizado para divulgação de pesquisas** e observou-se que os canais mais utilizados são artigos em periódicos impressos, comunicação em eventos e artigos em periódicos eletrônicos (QUADRO 11). As páginas pessoais e os repositórios digitais são os canais menos utilizados.

CRITÉRIOS	ESCALA				
	Menor valor			Maior valor	
	1	2	3	4	5
Publicação em livros e/ou capítulo de livro	08	03	08	03	07
Artigos em periódicos	01	-	06	04	18
Artigos em periódicos eletrônicos	01	-	07	08	11
Comunicação em eventos (trabalhos completos e/ou resumos em anais)	-	03	02	08	16
Páginas pessoais	19	02	03	-	02
Repositórios digitais	22	01	02	01	-

### Quadro 11 – Canais de divulgação de pesquisas

Os artigos de periódicos e publicações em eventos científicos são também apontados como os veículos mais utilizados para a divulgação de pesquisas nos estudos de Watson (2007) e Ferreira, Marchori e Cristofoli (2009). Além dos referidos canais, os docentes ainda mencionaram que utilizam trabalhos técnicos, consultorias, jornais locais, páginas de arquivos e instituições culturais do Brasil e exterior, revistas de opinião (impressos) e portais da *web* para divulgar suas pesquisas. Porém, os resultados confirmam que, apesar das significativas mudanças tecnológicas no sistema de comunicação científica atual, os periódicos científicos continuam a ser o principal meio de comunicação das informações.

Como já mencionado, as tecnologias estão modificando a forma de gerar e divulgar conhecimentos, sendo que a internet trouxe inúmeras possibilidades para a busca de informações. Por isso, os docentes foram questionados sobre os **meios utilizados para a busca de informações (se em meio digital ou em publicações em formato tradicional - papel)** e observou-se que ambos os meios são utilizados pelos docentes. Todos os 29 docentes responderam utilizar o meio digital para buscar informações para suas pesquisas, sendo que 21 deles também utilizam o formato tradicional (papel) para buscar informações.

No que se refere às **fontes de informação utilizadas para a produção intelectual** (QUADRO 12), os canais mais utilizados pelos docentes são os periódicos científicos eletrônicos, periódicos científicos impressos e livros e/ou capítulos de livros. O canal menos utilizado é o repositório digital, o que mostra que os docentes não têm a prática de utilizar os repositórios para buscar informações.

Uma das possíveis razões para isso, provavelmente seja a percepção de que tais canais não oferecem materiais validados pelos pares.

CRITÉRIOS	ESCALA				
	Menor valor			Maior valor	
	1	2	3	4	5
Livros e/ou capítulo de livro	01	02	04	07	15
Periódicos científicos eletrônicos	01	-	-	06	21
Periódicos científicos	-	02	06	03	17
Comunicação em eventos (trabalhos completos e/ou resumos em anais)	03	05	12	04	04
Repositórios digitais	10	04	05	05	03

#### Quadro 12 – Fontes de informação para a realização de pesquisas

Outras fontes mencionadas são fontes etnográficas, trabalhos de campo, análises de documentos, entrevistas, jornais, sites confiáveis com base científica, relatórios de pesquisas e portais da internet, como os de teses e dissertações, entre outros.

É interessante destacar que os portais de teses e dissertações disponíveis na internet também são considerados repositórios digitais, tendo as mesmas funções de um repositório institucional. A diferença entre eles está no tipo de material depositado, ou seja, os portais de teses e dissertações abrigam apenas teses e dissertações enquanto que os repositórios institucionais abrigam os mais diversos tipos de materiais produzidos pelos membros de uma instituição, incluindo, dependendo da instituição, as teses e dissertações. Contudo, é possível perceber que os docentes compreendem esses dois tipos de repositórios de forma diferenciada, o que torna importante a realização de um trabalho de apresentação e divulgação do repositório institucional, demonstrando as diferenças e semelhanças com outros sistemas e repositórios existentes para a divulgação da produção científica.

No que se refere às **razões para a publicação de artigos em periódicos científicos** (QUADRO 13), a maioria dos docentes utiliza esse meio para a divulgação de seus trabalhos visando contribuir para o avanço do conhecimento em

seu campo de investigação; comunicar os resultados para seus pares; promover a legitimação e o reconhecimento dos resultados de suas pesquisas; ampliar a visibilidade e o impacto dos resultados de suas pesquisas e para ganhar prestígio pessoal em seu campo de investigação.

CRITÉRIOS	ESCALA				
	Menor valor			Maior valor	
	1	2	3	4	5
Contribuir para o avanço do conhecimento em meu campo de investigação	01	-	04	08	16
Ganhar prestígio pessoal em meu campo de investigação	02	06	07	11	03
Comunicar os resultados aos meus pares	-	02	04	11	12
Ampliar a visibilidade e o impacto dos resultados de minhas pesquisas	-	01	07	12	09
Ampliar a visibilidade da minha instituição	02	02	09	09	07
Promover a legitimação e o reconhecimento dos resultados de minhas pesquisas	-	02	06	16	05
Aumentar as minhas chances na concorrência por recursos públicos	04	04	06	07	08

### Quadro 13 – Razões para publicação de artigos em periódicos

Os docentes também mencionaram que publicam em periódicos devido às exigências estipuladas pela Capes para manter o conceito dos programas de pós-graduação dos quais fazem parte. Isso ocorre, pois a Capes utiliza a publicação em periódicos científicos como um item para a avaliação dos cursos de pós-graduação.

Um docente do Departamento de História respondeu que também utiliza esse meio de publicação visando à progressão funcional. Tais respostas corroboram com Moura (1997) que cita algumas razões que fazem com que um pesquisador publique sua produção científica.

Geralmente, o produtor é levado a publicar sua produção para obter prioridade de sua descoberta; para conseguir reconhecimento na comunidade científica; para melhorar seu status intelectual; para estar entre as citações bibliográficas publicadas para obtenção de ascensão profissional e ainda para facilitar novos contatos com cientistas que desenvolvam pesquisas semelhantes a sua, promovendo assim a correspondência entre os pares (MOURA, 1997, p.10).

Como o intuito desse trabalho é propor políticas de disseminação da produção científica baseadas no acesso aberto, os docentes foram questionados se possuem **conhecimento sobre acesso aberto à informação científica**, ao que seis docentes responderam não ter conhecimento sobre o assunto, 13 docentes têm pouco conhecimento e 10 docentes têm conhecimento sobre o assunto e quando questionados sobre a **utilização de um repositório digital de acesso livre para divulgar suas pesquisas e/ou como fonte de informações**, a maioria dos docentes (14 docentes) nunca utilizou um repositório de acesso livre e 10 docentes responderam que já haviam utilizado, porém apenas como fonte de informação. Apenas dois docentes já utilizaram para divulgar suas pesquisas e três docentes utilizaram para divulgação e como fonte de informação.

Mais uma vez, isso demonstra que o envolvimento dos docentes do CCSH em um processo de implantação de um repositório de acesso aberto irá requerer um trabalho de divulgação dos propósitos dessa iniciativa, seus benefícios e o funcionamento de um repositório.

Os docentes também foram questionados quanto a sua **disposição para a adoção de canais abertos (periódicos e repositórios sem restrições de acesso) para a disseminação dos resultados de suas pesquisas** e a quase totalidade dos docentes (26) respondeu estarem dispostos a adotar tais canais, sendo que apenas três docentes não estariam dispostos a utilizá-los. Ao comentarem suas respostas, os docentes, de modo geral, se mostraram receptivos à adoção de canais abertos mencionando que seria uma forma de democratização do acesso e ampliação da divulgação ao conhecimento, com o mínimo de restrições possíveis, conforme pode-se observar nas falas a seguir:

O conhecimento deve ser divulgado da melhor maneira possível. Quanto menos restrições para essa divulgação, melhor. (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA)

A fim de tornar mais fácil o acesso tanto da população acadêmica quanto da população em geral. (DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA)

Os docentes também comentaram sobre os aspectos relacionados aos periódicos que não priorizam a circulação do conhecimento e impõem limitadores como o custo dos periódicos e a demora na publicação de um artigo:

Particularmente, acho relevante a disseminação em canais abertos, pois um periódico não pode/não deveria cobrar pela informação (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS).

Devido às dificuldades de recebimento de periódicos impressos, de nível nacional e internacional, os canais abertos se tornaram os grandes meios de divulgação dos mesmos, fonte de pesquisa para nós pesquisadores e nossos colegas e orientandos. (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA)

Outro docente, do Departamento de História, menciona a questão da preservação do conhecimento, que é abordada por Márdero Arellano e Leite (2009). De acordo com os autores, o propósito de autoarquivamento e do repositório é o acesso e uso dos materiais, porém o autoarquivamento faz com que os materiais sejam preservados. Contudo, Harnad (apud MÁRDERO ARELLANO E LEITE, 2009) destaca que esse tipo de preservação é em curto prazo (*small-p preservation*), pois a preservação em longo prazo exige uma série de cuidados que envolvem desde aspectos relacionados a formatos até a preservação de tecnologias. Mesmo assim, a preservação é uma questão que merece atenção tanto na construção do repositório como na divulgação de seus benefícios.

Dos três docentes que responderam não estarem dispostos a utilizar um canal de acesso aberto para divulgação de suas pesquisas, apenas um comentou sua resposta dizendo “depende de como a Capes aceitaria tal adoção. Isto influenciaria minha adoção” (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS). A questão da atuação da Capes também foi mencionada por um docente do Departamento de Filosofia, que mesmo estando disposto a utilizar um repositório de acesso aberto, diz “estamos atrelados ao Qualis-Capes dos meios de divulgação”, o que denota a importância de esclarecer que os repositórios não são meios de publicação, mas servem como uma vitrine do que está sendo produzido pelo docente. Dessa forma, depois de publicado o documento pode, com o consentimento do editor do veículo em que foi publicado, ser depositado no repositório, não interferindo na avaliação da Capes.

Surgiu também a preocupação com relação a plágios e a publicação dos resultados de pesquisa em outros canais, conforme as falas a seguir:

Desde que qualificações quanto a plágio fossem seguras, assim como em relação aos direitos autorais (DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA).

Desde que os resultados das pesquisas já tivessem sido publicados em anais de eventos e/ou em periódicos (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS).

No entanto, é preciso destacar que muitos periódicos conceituados e reconhecidos estão adotando a política de acesso aberto, não havendo riscos quanto a sua publicação e divulgação. Além disso, os periódicos e os repositórios de acesso aberto preocupam-se com as questões de direito autoral tanto quanto os demais meios de divulgação.

Conforme apontam Lynch e Lippincott (2005), o principal indicador de sucesso de um repositório institucional de acesso aberto é o alcance de uma taxa significativa de participação da comunidade de pesquisadores da instituição, dessa forma, questionou-se aos docentes quais **fatores influenciariam o depósito de seus trabalhos em um repositório de acesso aberto**. Conforme o Quadro 14, a maioria dos docentes mencionou que a ampliação do acesso, do uso e da visibilidade das pesquisas; a contribuição para o acesso aberto à informação científica e para sua democratização; a organização de toda a produção científica em um único local e sua preservação são os fatores que mais os influenciariam a depositar seus trabalhos em um repositório de acesso aberto.

CRITÉRIOS	ESCALA				
	Menor valor			Maior valor	
	1	2	3	4	5
Ampliação do acesso, do uso e da visibilidade de minhas pesquisas	01	02	01	05	18
Preservação da minha produção científica	-	01	06	11	09
Organização de toda a minha produção científica em um único local	01	-	07	07	11
Melhora da comunicação científica interna e externa à instituição	-	03	08	06	09
Contribuição para o acesso aberto à informação científica	-	-	02	07	18
Contribuição para a democratização da informação científica	-	-	03	06	17

**Quadro 14 – Fatores que influenciariam o depósito em repositórios de acesso aberto**

Tais resultados corroboram com estudos realizados por Davis e Connolly (2007) e por Watson (2007), em que os fatores motivacionais para o depósito em

repositório institucional encontrados foram a divulgação dos resultados da pesquisa, a visibilidade e exposição do autor; o potencial aumento de visibilidade do trabalho e o aumento de citações.

A fala de um docente do Departamento de Direito aponta para a questão da democratização do acesso ao que é produzido nas universidades, mostrando que o conhecimento produzido reflete tanto na comunidade acadêmica quanto na sociedade em geral, através de tecnologias como a internet.

Contribuição para a apropriação do conhecimento pela sociedade em geral que, cada vez mais, tem acesso à web, mas não à universidade.  
(DEPARTAMENTO DE DIREITO)

Os docentes foram questionados quanto ao **uso voluntário do repositório, caso fosse implantado na instituição** e 26 docentes responderam que utilizariam o sistema voluntariamente. Suas justificativas refletem o entendimento de que o conhecimento produzido deve retornar a sociedade, como mostram as falas a seguir:

Considero que temos que incentivar essas práticas dentro da instituição para que mais pessoas tenham acesso às informações e também para superar um pouco as práticas de "consumir" materiais e/ou produtos sem colaborar. Quando estamos desenvolvendo uma pesquisa e encontramos materiais que nos dão aporte ficamos entusiasmados. Compartilhar nossos trabalhos é uma forma de retribuir. (DIREÇÃO DO CESH)

Penso que toda produção deve ser publicada, isto é, ter acesso público irrestrito. Além disso, a produção em universidade pública tem de ser devolvida ao público como forma de prestação de contas do que se faz.  
(DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA)

Contribuiria como uma fonte de informação para as minhas pesquisas e também como forma de democratização e disseminação das pesquisas.  
(DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS)

A fim de facilitar a divulgação e democratização do conhecimento, pois tenho como princípios a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, além desta indissociabilidade ser socialmente referenciada.  
(DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA)

Mesmo respondendo que utilizaria o repositório de forma voluntária, um docente do Departamento de Ciências Administrativas menciona a questão da validade científica:

O grande problema seria o reconhecimento, tipo, seria necessário publicar em um periódico Qualis antes para que o mesmo tivesse validade científica, caso contrário, seria um repositório sem validação do conteúdo ali depositado. (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS)



Porém, é necessário esclarecer que o repositório tem a função de reunir e disponibilizar a produção de uma instituição, não tendo o papel de publicar o que é produzido. Além disso, alguns materiais não possuem avaliação pelos pares, mas servem como importantes fontes de informação.

Embora a maioria dos docentes aceite usar o repositório voluntariamente, três docentes disseram que não utilizariam o sistema de forma voluntária e através do comentário de um dos docentes percebe-se que existe o desconhecimento a respeito do repositório institucional, suas funções e benefícios.

Se entendo bem, já existe esse serviço oferecido pela academia.edu, sem custos. Creio que seria um desperdício de recursos. Teria, talvez, mais impacto interno (entre colegas daqui que poderiam ver o trabalho produzido), mas a UFM precisa ser vista pelo mundo e menos por nós mesmos, pois, com o tempo, o fortalecimento do conhecimento interno das pesquisas, etc., pode virar miopia. (DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA)

Os resultados, de forma geral, demonstram a boa receptividade dos docentes ao uso do repositório tanto para o depósito de suas produções como para a indicação de uso como fonte de informação para outros pesquisadores. Swan e Brown (2004) também pesquisaram a respeito do depósito voluntário em repositório institucional e os resultados encontrados demonstram que a maioria dos autores que publicam em revistas tradicionais depositaria de boa vontade os seus artigos num repositório de acesso livre, caso fosse solicitado pela instituição ou financiador. Porém, percebe-se que apesar de se disporem a utilizar o repositório, o depósito ocorreria caso houvesse uma solicitação.

Da mesma forma, a pesquisa de Rosa e Gomes (2010) demonstra que 36,1% dos depositantes aderiram ao arquivamento no repositório por iniciativa pessoal e 62,5% devido à política do departamento ou centro de pesquisa. Ou seja, novamente a maioria utilizaria o repositório para depositarem seus materiais devido a uma solicitação ou determinação da instituição ou outro órgão.

Quando questionados a respeito de **alguma condição que gostariam de impor antes de concordarem em depositar seus trabalhos em um repositório institucional**, 16 docentes responderam que possuem condições a serem impostas e como é possível perceber através das condições mencionadas, a condição mais citada pelos docentes diz respeito aos direitos autorais:

Uma política de preservação da autoria e proteção contra colagens. (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS)

Que o trabalho não fosse comercializado, sem prévia autorização. (DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA)

Garantia de autoria das pesquisas. (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS)

A condição seria que a produção estivesse protegida contra cópias. (DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA)

Garantia dos direitos autorais, obrigatoriedade de citação das fontes consultadas, cuidado para evitar plágios. (DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO)

Segurança de dados e direitos autorais (DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA)

Disponibilizar sem a possibilidade de fazer alterações ou cópias totais ou parciais do texto. (DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO)

Garantias com relação a plágio e valorização de todas as atividades inclusive resultados de extensão (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS)

Segundos Santos Júnior (2010) alguns críticos do movimento de acesso aberto alegam que as publicações baseadas no livre acesso não resguardam a devida atribuição de autoria, porém as inúmeras iniciativas de acesso aberto têm demonstrado exatamente o contrário, pois o número de citações aumenta quando o trabalho é divulgado em meios de acesso aberto. Com isso, o risco de plágio torna-se menor, pois o depósito de trabalhos em repositórios de acesso aberto amplia a visibilidade dos autores, além de haver a preocupação com o tipo de licença fornecida pelo autor.

A questão da publicação inédita novamente é mencionada, como mostram os comentários a seguir:

Desde que os resultados das pesquisas já tivessem sido publicados em anais de eventos e/ou em periódicos. (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS)

Preocupação em relação à política de publicação (produção inédita). (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA)

Com isso fica evidente a importância de esclarecer que o repositório não é um meio de publicação e sim de divulgação do que é produzido. Tanto que Leite (2009) menciona que ao iniciar a implantação de um repositório, o ideal é começar com uma abordagem rígida quanto aos materiais a serem depositados, ou seja, começa-

se com o depósito de materiais já aprovado pelos pares como, por exemplo, artigos de periódicos.

A dificuldade maior em torno dessa questão está na permissão de depósito por parte dos editores dos periódicos em que esses materiais são publicados, uma vez que os autores cedem seus direitos aos editores. Porém, atualmente grande parte dos periódicos científicos, mesmo os bem conceituados, está adotando a política de acesso aberto, através da criação e publicação de seus periódicos por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).

Dessa forma, antes mesmo de ser uma condição imposta pelo autor para depositar seus trabalhos, os aspectos que resguardam os direitos de autoria e de validação dos conteúdos são devidamente planejados antes da efetiva implantação de um repositório baseado no acesso aberto, através da definição das políticas de informação.

Um docente do Departamento de Ciências Administrativas menciona que depositaria seus trabalhos se houvessem critérios de acessibilidade, com o estabelecimento de acessos livres e de acessos restritos. Tais critérios referem-se aos níveis de acesso aos conteúdos dos documentos depositados no repositório, que permitem ao autor definir quem terá acesso aos seus trabalhos e o tipo de acesso que os usuários terão, ou seja, ao texto completo, apenas ao resumo ou apenas aos metadados e referências.

Outra condição mencionada por um docente do Departamento de Ciências Contábeis, diz respeito à valorização de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que os resultados dessas atividades podem constituir-se em importantes fontes de informação. Uma questão interessante foi abordada por um docente do Departamento de Direito ao associar o repositório à liberação de recursos para o desenvolvimento de projetos.

Que o repositório seja considerado pelos editais internos da UFSM, com vistas à liberação de recursos para projetos de ensino, pesquisa e extensão.  
(DEPARTAMENTO DE DIREITO)

Viana e Márdero Arellano (2006) visando motivar os pesquisadores a depositarem em repositórios de acesso aberto, sugerem que sejam oferecidos incentivos de vários tipos aos autores, o que na Universidade do Minho (UM), em Portugal, acontece através do incentivo financeiro condicionado ao volume de

depósitos efetuados pelas unidades de ensino da UM e com isso, segundo Rosa, Gomes e Palácios (2010) houve um aumento significativo no número de materiais depositados no repositório. Dessa forma, aliar a distribuição de recursos para o desenvolvimento de pesquisas aos depósitos efetuados no repositório pode ser uma medida bastante válida como forma de estímulo ao depósito, principalmente em uma instituição pública onde as pesquisas em sua maioria são financiadas com recursos públicos.

Com relação ao processo de depósito dos materiais no repositório, questionou-se aos docentes **como eles gostariam que o depósito (arquivamento) fosse realizado** e nove docentes responderam que o depósito deveria ser realizado pelo próprio autor (autoarquivamento), nove responderam que gostariam que o depósito fosse mediado pela biblioteca, sete docentes preferem que seja mediado por alguém do seu Departamento de Ensino e quatro docentes responderam que o depósito poderia ser realizado por outra pessoa. Watson (2007) realizou um estudo em que todos os pesquisadores preferem que o depósito seja feito por intermédio de outra pessoa, pois apesar dos benefícios percebidos, muitos autores sentem-se inseguros e preferem depender da Biblioteca para o depósito.

Um estudo realizado por Cruz (2011) demonstra que existe uma relação direta entre o profissional que realiza os depósitos e a quantidade de depósitos feitos, pois os repositórios que mais evoluíram no que se refere ao número de depósitos foram aqueles em que os autores não eram os responsáveis pelo arquivamento. Assim, antes de estabelecer quem irá realizar o depósito é importante esclarecer como funciona esse processo de maneira que a escolha entre o autoarquivamento (depósito pelo próprio autor) ou o depósito mediado seja baseada na evolução do repositório em termos de qualidade e quantidade de materiais depositados.

No que se refere às **preocupações com o depósito em acesso aberto**, como pode ser observado no Quadro 15, todas as questões, de alguma forma, preocupam os docentes.

CRITÉRIOS	ESCALA				
	Menor valor			Maior valor	
	1	2	3	4	5
Risco de plágio	06	07	03	04	08
Tempo envolvido com o depósito	01	06	-	12	09
Possíveis dificuldades técnicas	01	03	03	10	11
Tarefa extra e inconveniente	03	05	10	02	08
Possíveis problemas com os editores dos periódicos	01	05	07	06	08

### Quadro 15 – Preocupações dos docentes com o depósito de sua produção científica em acesso aberto

Diversos autores, como Swan e Brown (2004); Van Westrienen e Lynch (2005); Swan (2006); Davis e Connolly (2007); Watson (2007) e Rodrigues (2010) realizaram estudos para compreender os aspectos comportamentais dos pesquisadores referentes ao uso efetivo do repositório para disseminação de seus trabalhos e dentre as preocupações estão os riscos de plágio; uso do trabalho para fins comerciais não autorizados; tempo envolvido no depósito; receio de duplicação de esforço; falta de políticas obrigatórias para depósito; dúvidas e dificuldades relacionadas com os direitos do autor, a falta de consciência das vantagens do modelo de acesso livre; restrições tecnológicas; receio de infração de acordos *copyright* com editoras; fator de impacto das publicações.

Um docente do Departamento de Filosofia também demonstrou sua preocupação em relação a ter mais uma tarefa para executar, além de mencionar o excesso de plataformas existentes que não são integradas exigindo duplicação de ações:

Não se torne mais um serviço repassado a quem produz. Já temos o SIE e outras plataformas que requerem relatórios infundáveis, dentro e fora da instituição. (Departamento de Filosofia)

Tal preocupação torna-se um aspecto relevante na definição de políticas de informação e que exige a análise da possibilidade de integrar o depósito da produção científica nos repositórios aos sistemas utilizados nas universidades, como o Sistema de Informações para o Ensino (SIE) existente na UFSM.

Também foi questionado qual o **tipo de material que os docentes gostariam de encontrar em um repositório institucional** (QUADRO 16) e os materiais mais citados foram teses, dissertações, monografias, artigos *pós-print* (revisados por pares), livros, material didático e trabalhos apresentados em eventos. Os artigos *pré-print* (antes da revisão por pares) são os materiais que menos interessam aos docentes. Acredita-se que isso seja reflexo da preocupação dos docentes com a publicação inédita em periódicos conceituados visando cumprir as exigências das agências de fomento à pesquisa e a validação das publicações através dos pares.

CRITÉRIOS	ESCALA				
	Menor valor			Maior valor	
	1	2	3	4	5
Livros	02	01	03	07	15
Teses, dissertações, monografias	01	-	-	08	18
Trabalhos apresentados em eventos	-	03	05	08	10
Material didático	-	04	08	02	11
Artigos pré-print (antes da revisão por pares)	07	11	02	01	04
Artigos pós-print (revisado por pares)	02	-	02	05	16
Relatórios técnicos	03	01	07	06	09

**Quadro 16 – Materiais que os docentes gostariam de encontrar em um repositório institucional**

Os docentes também citaram outros tipos de materiais, como projetos de ensino, pesquisa e extensão em execução e já executados; arquivos multimídia; traduções de artigos e textos (livros, capítulos), e resenhas.

Quando questionados sobre a **importância da implantação de um repositório institucional para a UFSM**, a maioria dos docentes (21 docentes) acredita ser algo importante, como mostram os comentários a seguir:

Isto nos colocaria em melhores condições frente as demais IES nacionais e internacionais. (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS)

Pela referência que a instituição ganharia a mais em termos de ensino, pesquisa e extensão. (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA)

A colocaria em um plano superior de divulgação do conhecimento.  
(DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA)

É de grande importância ter um local onde possa ser visualizado com facilidade todas as publicações da UFSM, inclusive para a comunidade externa. (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS)

Como a interdisciplinariedade, embora muito falada e pouco praticada é, de há muito, mais que uma realidade, uma necessidade, quando se elabora um projeto de extensão, por exemplo, é necessário acessar dados ou mesmo analisar iniciativas em temas transversais que, muitas vezes, se encontram na própria instituição, e a concentração destas informações em um único lugar seria fundamental para evitar o desperdício de tempo, energia, etc.  
(DEPARTAMENTO DE DIREITO)

Para conhecimento do que está sendo feito pelos pares dentro da instituição. (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS)

Assim, observa-se que para os docentes do CCSH o repositório institucional de acesso aberto pode ampliar a visibilidade da produção científica da instituição na comunidade interna e também na comunidade externa, inserindo a instituição na produção científica nacional e internacional à medida que reúnem num único local tudo o que vem sendo produzido nas instituições e publicado em diversos meios.

Além da percepção dos pesquisadores sobre a necessidade em ampliar a visibilidade da UFSM no cenário nacional e internacional de produção científica, os dados do *Ranking Web of Universities* (2012), demonstram essa necessidade de ampliar a visibilidade da instituição, pois a UFSM atualmente encontra-se na 716ª posição no *ranking* mundial das universidades e na 262ª colocação no *ranking* do Continente Americano. Na América Latina, a UFSM está na 39ª posição e dentre as universidades brasileiras, ocupa a 22ª posição, enquanto que instituições como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Santa Catarina encontram-se em melhor posição tanto no *ranking* nacional como mundial. Dessa forma, entende-se que um repositório institucional de acesso aberto pode ajudar a ampliar a visibilidade e o acesso ao que é produzido em meio acadêmico, fazendo com que a instituição ocupe uma melhor posição no *Ranking Web of Universities*.

Além dos benefícios relacionados à ampliação da visibilidade da instituição, de seus pesquisadores e também da disponibilização do acesso a toda a sociedade, um docente do Departamento de Ciências Contábeis menciona a organização e preservação da produção científica da instituição, aspectos que também trazem benefícios, pois conforme Ohira (1997), a organização bibliográfica tornou-se uma

necessidade e uma preocupação mundial devido ao crescimento exponencial das publicações científicas, que exige registro e controle para que a produção possa ser disseminada adequadamente.

Mesmo considerando importante para a instituição um docente do Departamento de Filosofia demonstra a preocupação com a criação de mais uma iniciativa dentre as já existentes para a divulgação do conhecimento:

Desde que não seja um meio a mais que se somará a outros tantos que estão disponíveis na rede. Também já temos acesso a teses e dissertações nos site dos programas de pós-graduação. (DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA)

Porém, salienta-se que o propósito do repositório é concentrar num único local o que está sendo produzido pelos membros da instituição (docentes e servidores técnico-administrativos), facilitando a organização, preservação, visibilidade e o acesso, podendo coexistir juntamente com outras iniciativas como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, que reúne apenas os trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação e o Portal de Periódicos, que reúne apenas os periódicos da instituição.

Cabe também destacar que muitos sistemas existentes nas universidades não possibilitam o acesso à comunidade externa à instituição e na grande maioria servem como comprovação do desenvolvimento de pesquisas. Assim, o repositório vem a complementar os demais sistemas existentes, ao possibilitar a reunião dos vários tipos de documentos produzidos, como os artigos de periódicos, as teses e dissertações, as apresentações de trabalhos em eventos, os relatórios de pesquisa entre outros.

Apenas um docente do Departamento de Ciências Administrativas acredita que um repositório não seria importante para a UFSM e ainda menciona não querer a implantação do repositório se este for um sistema semelhante ao SIE da UFSM. Outros sete docentes acham que a implantação do repositório é indiferente para a instituição, porém somente um deles comentou sua resposta dizendo:

Não acho tão importante, mas talvez seja relevante. O mais importante é fazer produções de boa qualidade, que sejam buscadas pelos pares. Já existem meios de divulgação disponíveis. O que precisamos pensar é em melhorar a qualidade dos nossos trabalhos. Mas acho que esse repositório não seria um problema. Seria mais um meio. (DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA)



Com isso, percebe-se que a preocupação deste docente está centrada na produção científica e não tanto em sua divulgação. No entanto, entende-se que a produção científica somente terá sentido se circularem, ultrapassarem as fronteiras da instituição e refletirem nas comunidades acadêmicas locais e de outras instituições, bem como na sociedade em geral.

Diante dessas considerações, compreende-se que a implantação de um repositório de acesso aberto pode contribuir para a disseminação da produção científica do CCSH, porém é imprescindível que sua implantação seja bem planejada, de forma que seu uso não se torne uma tarefa inconveniente aos seus utilizadores. Além disso, é imprescindível um trabalho de conscientização e envolvimento dos utilizadores para que haja um crescimento contínuo de depósitos no repositório.

Portanto, conforme Moura (1997), o conhecimento científico produzido nas instituições precisa ser disseminado e disponibilizado a todos que dela necessitarem, conscientizando-se da democratização do seu acesso para que os próprios cientistas e também os leigos façam uso do conhecimento produzido. Deste modo, cada instituição ou universidade pode dar sua contribuição promovendo a divulgação de sua produção científica adotando iniciativas como a implantação de um repositório de acesso aberto.

#### **4.3 Política de organização e disseminação da produção científica dos docentes do CCSH**

Costa e Leite (2009) entendem que, através dos repositórios, as universidades podem demonstrar a relevância científica e social de suas atividades de pesquisa. Segundo Freitas, Silva e Guimarães (2010, p.334) seu uso proporciona “[...] grande projeção acadêmica e permite o acesso de maneira irrestrita, rápida e gratuita por qualquer pessoa com acesso à internet”.

Contudo, para o sucesso da implantação de um repositório é necessário realizar um planejamento, envolvendo representantes dos vários segmentos da instituição na elaboração de políticas de informação e de diretrizes a serem seguidas no momento de execução de um plano de implantação.

Uma política de informação envolve decisões acerca de diversos aspectos relevantes para a organização e disseminação da produção científica por meio de um repositório, como os tipos de materiais que poderão ser inseridos, quem poderá incluir os materiais, quais coleções serão criadas, os direitos e as responsabilidades dos envolvidos, os deveres da biblioteca no processo, os tipos de acesso, questões de privacidade, preservação, direitos autorais entre outros (VARGAS, 2009).

Dessa forma, considerando que o objetivo desta pesquisa é propor uma política de organização, disseminação e acesso para a produção científica dos docentes do CCSH/UFSM baseada em acesso livre através de um repositório digital, os dados da pesquisa foram analisados de modo a possibilitar a elaboração de diretrizes capazes de subsidiar um processo de planejamento da implantação de um repositório digital o CCSH.

Torna-se necessário esclarecer que fala-se em repositório digital, pois a proposta é para a organização da produção científica do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, que representa uma das unidades acadêmicas da instituição. O repositório institucional representa as diversas unidades acadêmicas de uma instituição e pode englobar em seu projeto os repositórios digitais existentes em cada unidade acadêmica. Por isso, entende-se que este estudo pode contribuir para a implantação de um repositório institucional na UFSM por meio das diretrizes propostas.

Portanto, com base nos dados apresentados e no referencial teórico encontrado, propõe-se uma política de organização, disseminação e acesso para a produção científica do Centro de Ciências Sociais e Humanas (APÊNDICE B). A proposta apresenta alguns aspectos como objetivos da política de informação; responsabilidades pela gestão do repositório; organização do repositório; conteúdos e formatos; depósito/submissão de documentos; aspectos legais; acesso e sustentabilidade do repositório.

Com isso, o primeiro passo em direção à implantação de um repositório digital pode ser dado, pois apesar desta pesquisa não oferecer dados que podem ser generalizados, um pouco do perfil dos docentes do CCSH foi identificado, proporcionando meios de iniciar um debate em prol da ampliação do acesso ao conhecimento, de modo que o resultado das pesquisas realizadas em meio acadêmico, reflita na sociedade contribuindo para o seu desenvolvimento científico e cultural.

## 5 CONCLUSÕES

Nos últimos anos, o uso das tecnologias vem modificando e acelerando o processo de comunicação da informação, proporcionando meios de acesso cada vez mais dinâmicos e amplos. No meio acadêmico os reflexos das tecnologias são percebidos diariamente, pois a cada surgimento de uma nova tecnologia, surge mais uma alternativa de compartilhamento do conhecimento produzido pelos pesquisadores e dessa forma, o processo de produção e comunicação científica está sendo constantemente modificado, tornando-se mais rápido, eficiente e democrático.

As universidades, como centros produtores de conhecimento, têm a obrigação social de difundir a sua produção científica, beneficiando a sociedade com o resultado de suas pesquisas e para cumprirem esse papel estão buscando ampliar o alcance da informação científica, de modo que o conhecimento produzido em meio acadêmico seja utilizado não apenas pela comunidade acadêmica, como também pela sociedade em geral.

Nesse sentido, a implantação de repositórios institucionais tem sido uma ação adotada pela grande maioria das universidades. Porém, sua implantação é um processo que exige planejamento e principalmente o comprometimento dos pesquisadores em disponibilizarem sua produção científica para depósito e acesso. Para isso, torna-se fundamental a definição de uma política de informação a partir da qual a produção científica possa ser organizada, gerida e disponibilizada.

Considerando a relevância da difusão e do acesso à produção científica, este estudo teve como objetivo propor uma política de organização, disseminação e acesso para a produção científica dos docentes do CCSH/UFSM baseada em acesso livre através de um repositório digital e para isso, foram realizadas uma análise da produção científica dos docentes e um levantamento das práticas de produção e disseminação dos docentes.

Constatou-se que apesar das significativas mudanças tecnológicas nas formas de comunicação da informação científica e do entendimento dos docentes a respeito da importância da utilização de meios mais democráticos de acesso à produção científica, existe uma confusão acerca da publicação e da comunicação do

conhecimento produzido. Um repositório digital não é um meio de publicação da produção científica, mas sim um meio de ampliar a divulgação do que está sendo produzido. E essa questão deve ser plenamente esclarecida para que os pesquisadores adotem esse meio para proporcionar visibilidade ao que está sendo produzido.

Para os docentes do CCSH pesquisados a publicação da produção científica, principalmente de artigos científicos adquire maior importância, pois o periódico científico constitui-se no principal canal de disseminação do conhecimento, proporcionando o reconhecimento e a validação ao conhecimento científico produzido, servindo também como requisito para o recebimento de incentivos financeiros das agências de fomento de pesquisas e para a conceituação dos cursos de pós-graduação.

Ficou evidenciada que a preocupação dos docentes na adoção de um repositório digital para a disseminação da produção científica está centrada nas questões referentes a plágio, legitimação do resultado de suas pesquisas, violação dos direitos cedidos aos editores de publicações científicas e exigências de agências de fomento, como a Capes. Com isso, percebe-se uma forte influência da Capes no comportamento de divulgação da produção científica e, portanto, considera-se de extrema importância um trabalho de apresentação e divulgação de um repositório, demonstrando o seu papel no sistema de comunicação científica, suas funções, seus benefícios, a abordagem dada aos direitos de autoria, as diferenças e semelhanças com outros sistemas de divulgação da produção científica.

A política de organização, disseminação e acesso proposta neste estudo para a produção científica dos docentes do CCSH aborda aspectos presentes na maioria das políticas de informação dos repositórios institucionais das diversas universidades federais brasileiras e sua definição considerou os dados obtidos através da pesquisa realizada. Deste modo, definiu-se que a política proposta abrange apenas documentos avaliados pelos pares, garantindo maior rigor científico ao conteúdo disponibilizado através do repositório. Além disso, através da análise do Currículo *Lattes* dos docentes, evidenciou-se que os artigos científicos e os trabalhos publicados em anais de eventos são os documentos predominantes na produção científica.

Contudo, é preciso prever uma ampliação do rol de documentos a serem aceitos no repositório, pois como mostram os dados da pesquisa, outros tipos de

documentos são produzidos pelos docentes, como relatórios de pesquisas, material didático e entrevistas, que representam valiosas fontes de informação oriundas das atividades de ensino e extensão. Essa questão é mencionada por um docente que destaca a valorização das atividades de ensino e extensão, além da pesquisa, como condição para o depósito de documentos no repositório.

Tal colocação reflete a ênfase na pesquisa em meio acadêmico, o que gera uma preocupação em produzir e publicar visando cumprir as exigências dos órgãos de fomento, deixando em segundo plano a disseminação do resultado das atividades de ensino e extensão. É possível perceber que os docentes entendem o papel social do que é produzido nas universidades, no entanto, o atual sistema de comunicação científica os leva a enfatizar as atividades de pesquisa.

Portanto, torna-se necessário discutir, em meio acadêmico, iniciativas que possibilitem a gestão e disseminação da informação produzida nas universidades, de forma a atender as exigências das agências de fomento, as necessidades do pesquisador e as regras que cercam o sistema de comunicação científica, potencializando e democratizando o alcance da informação.

Atualmente, grande parte das publicações científicas está adotando os fundamentos do Movimento de Acesso Aberto, o que facilita o depósito e a divulgação do conhecimento produzido nas universidades. Por meio da pesquisa realizada, constatou-se que a maioria dos periódicos científicos em que os docentes do CCSH publicaram seus trabalhos é desenvolvida por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), que adota a Política de Acesso Livre.

No entanto, percebe-se que o entendimento desses conceitos ainda gera muitas dúvidas e controvérsias. Por isso, apesar dos docentes entenderem e apoiarem os propósitos de um repositório de acesso aberto, o engajamento deste segmento na construção e manutenção de um repositório depende de esclarecimentos sobre diferentes aspectos como a preservação dos direitos autorais, o uso do repositório, o papel do depositante e o acesso livre aos documentos armazenados no repositório. Além disso, através das preocupações e entendimentos dos docentes é possível elaborar um planejamento apropriado às necessidades da comunidade acadêmica.

A política aqui apresentada busca nortear o planejamento da implantação de um repositório digital no CCSH, contemplando aspectos mínimos para a organização, disseminação e acesso à produção científica de seus docentes. O

estudo apresentou algumas limitações decorrentes da baixa taxa de participação dos docentes na coleta dos dados, o que não interfere nas políticas definidas. Salienta-se que, as informações coletadas trouxeram importantes contribuições para a elaboração da política de organização, disseminação e acesso para a produção científica. Além disso, dentre as demais instituições de ensino e pesquisa que possuem uma política de informação, os aspectos abrangidos e as diretrizes propostas não se modificam.

Dessa forma, o desenvolvimento deste estudo, revelou um cenário semelhante ao de outras instituições, no que se refere à produção científica e sua disseminação, o que facilita o processo de planejamento de um repositório digital de acesso aberto. Contudo, a maior contribuição deste estudo está na discussão a respeito do acesso aberto e da possibilidade de criação e uso de um repositório no CCSH, fazendo com que a implantação de um repositório seja apenas questão de planejamento e união de esforços em prol da disseminação do conhecimento científico.

Considera-se que algumas questões devem ser melhor analisadas, envolvendo outras pessoas num processo de planejamento, implantação e manutenção de diretrizes ou ações que englobem todos os aspectos necessários para a adequada organização e disseminação da informação científica, proporcionando reconhecimento, tanto à instituição quanto ao pesquisador, como produtores de conhecimento e agentes ativos no desenvolvimento da sociedade em geral.

## REFERÊNCIAS

ABADAL, E. La función de los repositorios en el ecosistema de la información científica. In: WORKSHOP REBIUN, 9., 2009, Salamanca. **Anais eletrônicos...** Salamanca: [s. n.], 2009. Disponível em: <<http://sabus.usal.es/workshop/pdfs/5/abadal.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

BAPTISTA *et al.* Comunicação científica: o papel da *Open Archives Initiative* no contexto do acesso livre. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-24.2007v12nesp1p1>>. Acesso em 05 maio 2011.

BOSO, A. K. **Repositórios de instituições federais de ensino superior e suas políticas**: análise sob o aspecto das fontes informacionais. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2011. Disponível em: <[http://pgci.paginas.ufsc.br/files/2010/10/BOSO\\_Augiza\\_Karla.pdf](http://pgci.paginas.ufsc.br/files/2010/10/BOSO_Augiza_Karla.pdf)>. Acesso em 15 jan. 2012.

BRASIL. **Projeto de lei nº 1.120, de 2007**. Dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2011.

**BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE**. 2001. Disponível em: <<http://www.soror.org/openaccess/>>. Acesso em 05 maio 2011.

CAFÉ, L. et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...**, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <[http://dspace.ibict.br/dmdocuments/ENDOCOM\\_CAFE.pdf](http://dspace.ibict.br/dmdocuments/ENDOCOM_CAFE.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

CAMARGO, L. S. A. Uma estratégia de avaliação em repositórios digitais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CRUESP, 2008. 1 CD-ROM.

CAMARGO, L.S.A.; VIDOTTI, S.A.B.G. Arquitetura da informação para repositórios científicos digitais. In: SAYÃO, L. *et al.* (Orgs.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p.55-82.

CARVALHO, M. C. R. Bibliotecas universitárias brasileiras e a implantação de repositórios institucionais. In CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO, 2., 2008. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.siglinux.nce.ufrj.br/~gtbib/site/wp-content/uploads/2009/06/repositorios.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2011.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS (UFSM). **Departamentos, cursos de graduação e cursos de pós-graduação**. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ccsh>>. Acesso em 30 dez. 2012

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, S. M. S. O novo papel das tecnologias digitais na comunicação científica. In: SAYAO, L. F. *et al.* (Org.). **Bibliotecas digitais**: saberes e práticas. Salvador/Brasília: UFBA/IBICT, 2005. p. 167-183.

\_\_\_\_\_. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010019652006000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019652006000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, v.4, n.2, set. 2008, p. 218 - 232. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em 5 nov. 2011.

CREATIVE COMMONS. Disponível em: <<http://www.creativecommons.org.br>>. Acesso em 30 ago. 2011.



CRUZ, F. S. **O processo de criação e manutenção dos repositórios institucionais das universidades federais brasileiras**. 2011. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/285/252>>. Acesso em 25 jun. 2012.

DAVIS, P. M.; CONNOLLY, M. J. L. Institutional Repositories: evaluating the reasons for non-use of Cornell University's Installation of DSpace. **D-Lib Magazine**, v. 13, n.3\4, 2007. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/march07/davis/03davis.html>>. Acesso em 19 out. 2011.

DIADORIM (IBICT). **Diretório de políticas de acesso aberto das revistas científicas brasileiras**. Disponível em: <<http://diadorim.ibict.br>>. Acesso em 03 set. 2012.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FÁVERO *et al.* **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, S. M. S. P. Acesso livre à informação científica em comunicação. **Organicom**. São Paulo, ano 2, n.3, 2005. Disponível em: <[http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re\\_vista3/28.pdf](http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista3/28.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2011.

FERREIRA, S. M. S. P.; MARCHIORI, P. Z.; CRISTOFOLI, F. Percepção e motivação para publicar em revistas tradicionais e de acesso aberto: um estudo nas ciências da comunicação. **Comunicação & Sociedade**, ano 31, n. 52, p. 79-125, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewArticle/952>>. Acesso em 15 set. 2011.

FREITAS, M. A.; SILVA, P. N.; GUIMARÃES, J. F. Repositórios institucionais: a experiência da Universidade de Brasília. In: GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Orgs.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador, BA: EDUFBA, 2010. p.333-343.

FUJINO, A; HYODO, T. Produção e difusão do conhecimento científico: o potencial de contribuição da Biblioteca Universitária na formação de redes acadêmicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., Salvador, Bahia. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/nucleos/pc/artigo/FUJINO%20e%20HYODO.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2011.

FUSCO, E.; ROMANI, L. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. Análise e implantação de Repositório Digital Educacional utilizando o Software Livre DSPACE. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA, 2., 2010, Ponta Grossa. **Anais eletrônicos...** Ponta Grossa, PR: ISAPG - UEPG, 2010. Disponível em: <<http://www.isapg.com.br/2010/ciepg/download.php?id=104>>. Acesso em 17 jan. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GOMES, M. J.; ROSA, F. G. Coordenadores de comunidades de repositórios institucionais: o caso do RepositóriUM. **Encontros. Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis, nº. esp., 2º sem. 2010. p. 100-115. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/16591/15765>>. Acesso em 25 maio 2012.

HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.ibict.br/openaccess/arquivos/manifesto.htm>>. Acesso em 18 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **Repositórios brasileiros de acesso aberto serão lançados amanhã**. 14 out. 2010. Disponível em: <<http://www.ibict.br/noticia.php?id=732>>. Acesso em 15 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

KURAMOTO, H. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, L. *et al.* (Orgs.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009, p.203-217.

\_\_\_\_\_. A via verde é a mais viável. **Blog do Kuramoto**, 2011. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2011/04/12/a-via-verde-e-a-mais-viavel/>>. Acesso em 12 maio. 2012.

LAMON, S. P.; HÖNEL, S. M. J. A.; SILVA, G. C. C. S. A atuação da biblioteca do CDCC da USP na comunidade: democratizando a informação através da divulgação científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS-BRASIL, 2., 2010, São Conrado, RJ. **Anais...** São Conrado, RJ: UFRJ, 2010. 1 CD-ROM.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Brique Lemos, 1996.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em: <[http://www.ibict.br/anexos\\_noticias/repositoriosinstitucionais.F.Leite\\_atualizado.pdf](http://www.ibict.br/anexos_noticias/repositoriosinstitucionais.F.Leite_atualizado.pdf)>. Acesso em 09 jan. 2011.

\_\_\_\_\_; COSTA, S. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.11 n.2, p. 206-219, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.php/pci/article/viewFile/323/127>>. Acesso em 12 jan. 2011.

LOURENÇO, C. A. Automação de bibliotecas: análise da produção via Biblioinfo (1986-1994). In: WITTER, G. P. (Org.). **Produção científica**. Campinas, SP: Átomo, 1997. p. 25-40.

LYNCH, C. A. *Institutional Repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age*. **ARL Bimonthly Report**, n. 226, Febr. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/bm~doc/br226ir.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2011.

LYNCH, C. A.; LIPPINCOTT, J. K. Institutional repository deployment in the United States as of early 2005. **D-Lib Magazine**, v.11, n. 9, 2005. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/september05/lynch/09lynch.html>>. Acesso em: 19 out. 2011.

MACIAS-CHAPULA, C. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, v. 27, n. 2, out. 1998. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/342>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. *et al.* (Orgs.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MÁRDERO ARELLANO, M. A.; LEITE, F. C. L. Acesso aberto à informação científica e o problema da preservação digital. **Biblos**. n. 35, mar./jun. 2009. (Lima, Peru). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=16118953001>>. Acesso em 25 set. 2012.

MARQUES, A. M. N.; MAIO, S. R. S. **Repositórios institucionais**. [Portugal] [20--]. Disponível em: < <http://repositoriosdigitais.web.simplesnet.pt/PDF%27S/Artigo%20%20Repositorios%20Institucionais.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2011.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Brique Lemos/Livros, 1999.

MOHN, Cláudia. **Dez anos da BDTD**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/10-anos-da-bdtd>>. Acesso em 21 set. 2012.

MORAES, M. H. M.; MIRANDA, A. C. D. Produção do conhecimento sobre o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) no Brasil nos anos de 2003 a 2010. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 16, n. 32, p. 27-40, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2011v16n32p27/19337>>. Acesso em 04 jun. 2012.

MOURA, E. ITA – Avaliação da produção científica (1991-1995). In: WITTER, Geraldina Porto (Org.). **Produção científica**. Campinas, SP: Átomo, 1997. p. 09-24.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V. & KREMER, J. M. (Eds.) **Fontes de informação para pesquisadores profissionais**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2000, p. 21-35.

\_\_\_\_\_. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf> >. Acesso em 25 set. 2011.

OHIRA, M. L. B. Produção técnico-científica e artística da Universidade do Estado de Santa Catarina: (1991-1995). In: WITTER, Geraldina Porto (Org.). **Produção científica**. Campinas, SP: Átomo, 1997. p. 87-113.

PAVÃO, C. G. *et al.* Repositório digital: acesso livre à informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 2., 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/14865>>. Acesso em 18 jan. 2011.

PINHEIRO, P. P. **Direito digital**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PORTAL DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS DA UFSM. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php>>. Acesso em 20 jul. 2012.

*RANKING WEB OF UNIVERSITIES*. Disponível em: <<http://www.webometrics.info/>>. Acesso em 10 nov. 2012

*REGISTRY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES – ROAR*. Disponível em: <<http://roar.eprints.org>>. Acesso em 18 set. 2011.

RIBEIRO, M. L.; BANON, G. J. F.; BANON, L. C. Repositório digital dos anais do SBSR do INPE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS-BRASIL, 2., 2010, São Conrado, RJ. **Anais ...** São Conrado, RJ:UFRJ, 2010. 1 CD-ROM.

RODRIGUES, E. O RepositóiUM – Repositório institucional da Universidade do Minho: da génese à maturidade. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Orgs.). **Repositórios Institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2010. p.35-59.

RODRIGUES, E. et al. RepositóriUM: criação e desenvolvimento do Repositório Institucional da Universidade do Minho. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8., 2004, Estoril, Portugal. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/422/1/BAD\\_artigo%2520-2520Final.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/422/1/BAD_artigo%2520-2520Final.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2011.

ROSA, F. G. Transformações da divulgação científica no século XXI nas universidades. **Diálogos & Ciência: Revista Eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana**. Feira de Santana, BA, ano 8, n.21 março 2010. Disponível em: <[http://dialogos.ftc.br/index.php?option=com\\_context&task=view&id=26&Itemid=64](http://dialogos.ftc.br/index.php?option=com_context&task=view&id=26&Itemid=64)>. Acesso em 10 maio 2012.

ROSA, F.; GOMES, M. J. Dos promotores aos utilizadores: estudos sobre o RepositóriUM. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Orgs.). **Repositórios Institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2010. p.153-203.

ROSA, F.; GOMES, M. J.; PALÁCIOS, M. Política de acesso livre para a UFBA: partilhando experiências do RepositóriUM. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 6, Bahia, Brasil, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/10654>>. Acesso em 05 out. 2012.

ROSA, F.; MEIRELLES, R. F.; PALACIOS, M. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.21, n.1, p. 129-141, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4058>>. Acesso em 08 ago 2011.

ROSETTO, M.; MARQUES, E. A. Acesso a informação em meio digital: instalação de oficina de digitalização no SIBiUSP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS-BRASIL, 2., 2010, São Conrado, RJ. **Anais...** São Conrado, RJ:UFRJ, 2010. 1 CD-ROM.

SÁ, N. O. Políticas institucionais de informação: algumas reflexões. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, Maceió, Alagoas, 2011. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/viewFile/339/688>>. Acesso em 15 set. 2012.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS JUNIOR, E. R. **Repositórios institucionais de acesso livre no Brasil: estudo delfos**. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/5343/6/2010\\_ErnaniRufinodosSantosJunior.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/5343/6/2010_ErnaniRufinodosSantosJunior.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2011.

SANTOS, J.; TEIXEIRA, C.; PINTO, J. S. **eABC**: um repositório institucional virtual. In: XATA 2005: XML: APLICAÇÕES E TECNOLOGIAS ASSOCIADAS: ACTAS DA CONFERÊNCIA NACIONAL, 3., 2005, Braga, Portugal. Disponível em: <<http://xata.fe.up.pt/2005/papersfinal/31.pdf>>. Acesso em 09 jan. 2011.

SARMENTO et al. Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre. In WORLD CONGRESS ON HEALTH INFORMATION AND LIBRARIES, 9, Salvador, Bahia, Brasil, 2005. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.icml9.org/program/track5/public/documents/Fernanda%20Sarmiento-112444.pdf>>. Acesso 18 jan. 2011.

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H. *Software* livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, L. et al. (Orgs.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p.23-54.

SHERPHA/RoMeo. **Publisher copyright policies & self-archivin**. Disponível em: <<http://www.sherpa.ac.uk/romeo>>. Acesso em 03 set. 2012.

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. **Manual do DSPACE**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <[http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/ManualdoDsapce\(2\).pdf](http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/ManualdoDsapce(2).pdf)> Acesso em 15 jan. 2011.

SILVA, A. L. **A evolução das tecnologias da informação e o direito autoral**: construindo a preservação digital de acervos. 2010. 82f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=15>>. Acesso em 30 ago. 2011.

SILVA, F. F. A implantação de repositório institucional na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. **REBESP**, Goiânia, v.1, n1, p. 5-15, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/viewFile/76/30>>. Acesso em 30 ago. 2011.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SWAN, A. The culture of Open Access: researchers' views and responses. **Open Access Key Strategic, Technical and Economic Aspects**, n.7, 2006, p.52-59. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/12428>>. Acesso em 26 out. 2011.

SWAN, A.; BROWN, S. Authors and open access publishing. **Learned Publishing**, v.17, n.3, p.219-224, 2004. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/11003>>. Acesso em 26 out. 2011.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANCIB; UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Planejamento. **Plano de desenvolvimento institucional: 2011-2015**. Santa Maria: UFSM, 2011a. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/proplan/images/stories/file/COPLIN/PDI-2011-2015.pdf>>. Acesso em 27 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Portal indicadores UFSM**. 2011b. Disponível em: <<http://portal.ufsm.br/indicadores/index;jsessionid=36c5084142123c57362fca37d72>>. Acesso em 13 dez. 2011.

VAN WESTRIENEN, G.; LYNCH, C. Academic Institutional Repositories: deployment status in 13 nations as of mid 2005. **D-Lib Magazine**, v. 11, n.9, 2005. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/september05/westrienen/09westrienen.html>>. Acesso em 20 out. 2011.

VARGAS, G. M. **Repositórios institucionais em universidades: estudo de relatos de casos**. 2009. 81 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22714/000740403.pdf?sequence=1>>. Acesso em 05 out. 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A. Repositórios institucionais baseados em Dspace e E-Prints e sua visibilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: PROCEEDINGS XIV SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., Salvador, Bahia. 2006. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00008488>>. Acesso em 20 mai 2011.

VILA NOVA, S.; RIBEIRO, F. C.; GALINDO, M. Mapeamento das práticas de preservação digital em repositórios institucionais de acesso livre no Brasil. In: CONFERÊNCIA SOBRE TECNOLOGIA, CULTURA E MEMÓRIA – CTCM, 2011, Recife. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[http://www.liber.ufpe.br/ctcm/anais/anais\\_ctcm/19\\_Repo\\_inst\\_open%20.pdf](http://www.liber.ufpe.br/ctcm/anais/anais_ctcm/19_Repo_inst_open%20.pdf)> Acesso em 05 set. 2012.

WATSON, S. Authors' attitudes to, and awareness and use of, a University Institutional Repository. **Serials: The Journal for the Serials Community**, v. 20, n.3, p. 225-230, 2007. Disponível em: <<http://uksg.metapress.com/app/home/content.asp>>. Acesso em 20 out. 2011.

WEB QUALIS. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>>. Acesso em 24 out. 2012.

WEITZEL, S. R. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006a. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewFile/19/7>>. Acesso em 20 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica: o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil.** 2006. 361 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006b. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-14052009-133509/pt-br.php>>. Acesso em 25 jun. 2011.


WEITZEL, S. R.; MACHADO, E. C. Estratégias para implementação de repositórios da UNIRIO. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[http://www.sibi.ufrj.br/snbu/pdfs/orais/final\\_197.pdf](http://www.sibi.ufrj.br/snbu/pdfs/orais/final_197.pdf)>. Acesso em 27 nov. 2011.

WITTER, G. P. (Org.). **Produção científica.** Campinas, SP: Átomo, 1997.

## **APÊNDICES**

## Apêndice A – Questionário Levantamento das práticas de produção e disseminação do conhecimento

### Levantamento das práticas de produção e disseminação do conhecimento



Prezado (a) professor (a)

Convidamos V. S<sup>a</sup>. a participar da pesquisa sobre o levantamento das práticas de produção e disseminação do conhecimento. Esta pesquisa faz parte do projeto de dissertação do Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas intitulado "Organização e disseminação da produção científica dos docentes do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da UFSM em um repositório institucional".

Tal projeto tem como objetivo propor uma política de organização, disseminação e acesso para a produção científica dos docentes do CCSH/UFSM baseada no acesso livre e para isso, torna-se importante conhecer o perfil, as práticas e as percepções dos docentes do CCSH, de maneira que tais informações permitam orientar a elaboração de uma política de organização, disseminação e acesso através de um repositório institucional. Cabe destacar que tal proposta não implica, necessariamente, na adoção de tal política, porém poderá subsidiar possíveis ações futuras.

O Repositório Institucional é um sistema de informação baseado na web que permite reunir, armazenar, organizar, preservar, recuperar e ampliar a disseminação da informação científica produzida em uma instituição, visando fortalecer o desenvolvimento da pesquisa, aumentando a visibilidade da produção científica das instituições e dos pesquisadores. A construção de repositórios institucionais faz parte das iniciativas do Movimento de Acesso Aberto que vêm sendo empreendidas internacionalmente com o objetivo de proporcionar o acesso livre à informação científica, ou seja, a intenção do movimento é tornar a informação científica acessível sem custos e com o mínimo de restrições a todo e qualquer usuário através da internet, sempre considerando e respeitando as questões de autoria.

Vários tipos de conteúdos e formatos podem ser armazenados em um repositório, tais como artigos científicos, livros, teses, dissertações, trabalhos apresentados em eventos, arquivos multimídia, banco de dados entre outros. Sua interface é semelhante à página de pesquisa da biblioteca da UFSM, onde as pesquisas podem ser feitas através de palavras-chave, autor, título. Além disso, as informações podem ser estruturadas de modo a representar as várias unidades organizacionais de uma instituição, o que possibilita realizar buscas por meio dessas unidades. Contudo, o repositório reúne apenas a produção científica desenvolvida pelos membros da instituição e sua principal característica é armazenar e possibilitar o download dos materiais produzidos, após a autorização dos produtores, considerando todas as questões referentes aos direitos autorais.

Após tais esclarecimentos, gostaria de contar com sua colaboração para a construção desse estudo, por meio do preenchimento de um formulário eletrônico disponível no link abaixo (se você já respondeu ao questionário, desconsidere este e-mail). Sua opinião é de extrema relevância. Obrigada pela atenção.

Luciana Corrêa Vieira ([lucianacorreavieira@gmail.com](mailto:lucianacorreavieira@gmail.com))

Mestranda em Gestão de Organizações Públicas - PPGA/CCSH/UFSM

Dr. Andre Zanki Cordenonsi (Orientador)

## DADOS GERAIS

---

### 1) Formação acadêmica

### 2) Titulação

### 3) Tempo de serviço na instituição

### 4) A qual Departamento de Ensino você está vinculado?

### 5) Quais atividades, além da docência, você desempenha na instituição?

Ex.: participação em Conselhos, revisão de periódicos...

## Práticas de produção e disseminação do conhecimento

**6) Como você classifica a importância da produção e divulgação de trabalhos/pesquisas em sua área de atuação?**

- Essencial  
 Importante, mas não prioritário  
 Não é importante

**7) Qual canal de comunicação você utiliza para divulgar suas pesquisas? Se você utiliza algum outro meio para divulgar suas pesquisas, mencione no campo logo abaixo.**

Marque atribuindo valores entre 1 e 5, sendo 1 o canal menos utilizado e 5 o principal canal utilizado

	1	2	3	4	5
Publicação em livros/capítulo de livro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Artigos em periódicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Artigos em periódicos eletrônicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação em eventos (trabalhos completos/resumos em anais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Páginas pessoais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Repositórios digitais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Outros. Especifique aqui**

**8) Onde você busca informações para suas pesquisas**

Você pode escolher mais de uma opção

- Em meio digital  
 Em formato tradicional (papel)

**9) Dentre os canais de comunicação, cite aqueles que você utiliza como fonte de informações. Se você utiliza outra fonte de informação, mencione no campo logo abaixo.**

Marque atribuindo valores entre 1 e 5, sendo 1 o canal menos utilizado e 5 o principal canal utilizado

	1	2	3	4	5
Livros/capítulos de livros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Periódicos científicos eletrônicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Periódicos científicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação em eventos (trabalhos completos/resumos em anais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Repositórios digitais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Outros. Especifique aqui**

**10) Quais suas razões para publicar artigos em periódicos científicos? Se você publica artigos em periódicos científicos por outras razões que não as citadas, mencione no campo logo abaixo.**

Marque atribuindo valores entre 1 e 5, sendo 1 a a razão menos significativa e 5 a razão mais significativa.

	1	2	3	4	5
Contribuir para o avanço do conhecimento em meu campo de investigação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ganhar prestígio pessoal em meu campo de investigação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicar os resultados aos meus pares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ampliar a visibilidade e o impacto dos resultados de minhas pesquisas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ampliar a visibilidade da minha instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a legitimação e o reconhecimento dos resultados de minhas pesquisas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumentar as minhas chances na concorrência por recursos públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Outros. Especifique aqui.**

**11) Você possui algum conhecimento sobre acesso aberto à informação científica?**

- Não tenho conhecimento sobre o assunto.
- Tenho pouco conhecimento sobre o assunto
- Sim, tenho conhecimento sobre o assunto

**12) Você já utilizou um repositório digital de acesso livre para divulgar suas pesquisas e/ou como fonte de informações?**

- Sim, para divulgação e como fonte de informação
- Apenas para divulgação
- Apenas como fonte de informação
- Nunca utilizei

**13) Você estaria disposto(a) a adotar canais abertos (periódicos e repositórios sem restrições de acesso) para a disseminação dos resultados de suas pesquisas?**

- Sim
- Não

**Comente sua a resposta.**



14) Que fatores influenciariam você a depositar seus trabalhos em um repositório de acesso aberto? Se existirem outros fatores que não são citados, mencione no campo logo abaixo.

Marque atribuindo valores entre 1 e 5, sendo 1 o fator que menos influenciaria e 5 o fator que mais influenciaria.

	1	2	3	4	5
Ampliação do acesso, do uso e da visibilidade de minhas pesquisas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preservação da minha produção científica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organização de toda a minha produção científica em um único local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhora da comunicação científica interna e externa à instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuição para o acesso aberto à informação científica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuição para a democratização da informação científica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outros. Especifique aqui

15) Caso fosse implantado um repositório na Instituição, você utilizaria o sistema voluntariamente? Comente sua resposta no campo logo abaixo.

- Sim  
 Não

Comente aqui sua resposta.

16) Existe alguma condição que você gostaria de impor antes de concordar em depositar seus trabalhos em um repositório institucional? Se sua resposta for afirmativa, mencione tais condições no campo logo abaixo.

- Sim  
 Não

Especifique aqui.

17) Como você gostaria que fosse realizado o depósito de materiais no repositório?

- Mediado pela biblioteca  
 Realizado pelo próprio produtor (auto-arquivamento)  
 Mediado por alguém do Departamento  
 Outro:

**18) Quais seriam suas preocupações com o depósito de sua produção científica em acesso aberto? Se existem outras preocupações, mencione no campo logo abaixo.**

Marque atribuindo valores entre 1 e 5, sendo 1 sua menor preocupação e 5 sua maior preocupação.

	1	2	3	4	5
Risco de plágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tempo envolvido com o depósito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Possíveis dificuldades técnicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tarefa extra e inconveniente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Possíveis problemas com os editores dos periódicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Outros. Especifique aqui.**

**19) Que tipo de materiais você gostaria de encontrar em um repositório institucional? Se você quiser citar outros materiais, utilize o campo logo abaixo.**

Marque atribuindo valores entre 1 e 5, sendo 1 o material que menos interessa e 5 o que mais interessa.

	1	2	3	4	5
Livros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Teses, dissertações, monografias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalhos apresentados em eventos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Material didático	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Artigos pré-print (antes da revisão por pares)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Artigos pós-print (revisados por pares)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relatórios técnicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Outros. Especifique aqui**

**20) Você acha que seria importante para a UFSM implantar um repositório institucional? Comente sua resposta no campo logo abaixo.**

- Sim  
 Não  
 Indiferente

**Comente aqui sua resposta.**

Tecnologia [Google Docs](#)

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)



**Apêndice B – Proposta de política de organização, disseminação e acesso para a produção científica do CCSH/UFSM****POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO, DISSEMINAÇÃO E ACESSO PARA A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

O presente documento apresenta uma política de organização, disseminação e acesso para a produção científica do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), visando reunir e divulgar a informação científica produzida pela sua comunidade acadêmica, por meio de um repositório digital de acesso aberto.

Por meio da política proposta pretende-se estimular e garantir o acesso da produção científica do CCSH, contribuindo para o aumento do impacto das pesquisas desenvolvidas e da visibilidade do Centro, da UFSM e dos que nela trabalham, servindo como indicador da qualidade e da relevância científica, econômica e social das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A política estabelecida oferece algumas diretrizes acerca de aspectos como responsabilidades pela gestão do repositório; organização do repositório; conteúdos e formatos; depósito/submissão de documentos; aspectos legais; acesso e sustentabilidade do repositório.

## **Comitê Gestor do Repositório e responsabilidades**

A implantação de um repositório digital é um processo que envolve ações de natureza tecnológica, política e técnica. Assim, torna-se necessário estabelecer um Comitê Gestor, responsável pela definição e aplicação de normas de organização e disseminação da informação, composto por representantes:

- a) da Direção do Centro;
- b) da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP);
- c) da Biblioteca Setorial do CCSH;
- d) do Centro de Processamento de Dados (CPD);
- e) da área de comunicação/marketing, e
- f) do corpo docente.

Com relação às responsabilidades pela implantação e manutenção do repositório:

- a) a Biblioteca Setorial será responsável pela organização e manutenção dos conteúdos no repositório (coleta e divulgação de conteúdos), fornecendo suporte na utilização do sistema;
- b) o Centro de Processamento de Dados será responsável pela implantação e manutenção técnica do sistema, em termos de infraestrutura tecnológica, e
- c) a área de comunicação/marketing será encarregada da divulgação do repositório bem como da elaboração de estratégias de estímulo ao depósito de documentos.

A formação do Comitê Gestor e da equipe de trabalho deverá contar com pessoas cientes da relevância da produção científica e comprometidas com a sua ampla disseminação.

## **Desenvolvimento do repositório digital**

O repositório digital será desenvolvido através do *software* Dspace, que de acordo com Freitas, Silva e Guimarães (2010), foi desenvolvido para a criação de repositórios digitais, possibilitando a captura, distribuição e preservação da produção científica, em qualquer tipo de material digital. O *software* permite que os documentos sejam organizados de forma a refletir a estrutura orgânica da instituição ou órgão e oferece o módulo de estatística que possibilita analisar as consultas e os *downloads* aos documentos, demonstrando a visibilidade alcançada pelos documentos através do repositório.

O uso do *software* Dspace para a construção de repositórios digitais é recomendado e disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que fornece suporte técnico para sua instalação, configuração e uso, o que justifica a sua escolha.

Estima-se que o investimento necessário para a criação do repositório será relativamente baixo, pois considera-se que o CCSH possua uma infraestrutura tecnológica mínima. Além disso, os aplicativos como sistema operacional, banco de dados e mecanismo de busca necessários para a instalação do *DSpace* são de padrão aberto/livre que reduzem os custos com a compra de licenças para seu uso.

Torna-se necessário a realização de estudos para a integração do repositório aos sistemas de informação existentes na Universidade – como o Sistema de Informações para o Ensino (SIE) - e nos demais órgãos relacionados à produção científica, a fim de evitar duplicação de atividades.

## **Diretrizes gerais para os conteúdos depositados no repositório**

Os conteúdos depositados no repositório deverão ser produzidos pelos docentes do CCSH e deverão estar prontos para serem disseminados de acordo com as autorizações determinadas pelos autores e com as políticas de arquivamento das editoras.

Os documentos deverão estar completos, de modo que a disponibilização de seu conteúdo seja tão integral quanto possível. Para isso, os detentores dos direitos autorais deverão ceder ao CCSH o direito de preservar e distribuir digitalmente o documento, conforme as licenças estabelecidas.

Com relação aos tipos de documentos a serem armazenados no repositório, são seguidas as orientações de Leite (2009), que recomenda a abordagem rígida para criação de um repositório, priorizando o depósito de conteúdos submetidos ao processo de avaliação pelos pares. Assim, o repositório do CCSH adotará a abordagem rígida e abrigará os seguintes documentos:

- a) artigos publicados em periódicos;
- b) trabalhos publicados em anais de eventos;
- c) teses e dissertações defendidas pelos docentes do CCSH, mesmo que não defendidas na própria instituição;
- d) trabalhos de conclusão de curso.

Considera-se que a avaliação por pares aos conteúdos armazenados no repositório contribui para a sua credibilidade e estimula a adoção por parte da comunidade como uma alternativa de comunicação científica. No entanto, muitas informações existentes em relatórios de projetos e materiais didáticos, por exemplo, representam importantes contribuições para a produção científica, o que sugere a ampliação futura do rol de documentos aceitos para depósito no repositório.

Quanto aos formatos, o *software* para a construção de repositórios digitais aceita diversos formatos como arquivos de texto, imagem, vídeo e áudio. No entanto, de acordo com os tipos de conteúdos sugeridos para o depósito no repositório do CCSH, os formatos a serem aceitos são arquivos de texto e imagens e a extensão dos arquivos devem ser **pdf** (para texto) e **jpg/jpeg** (para imagens).

Destaca-se que a UFSM solicita que as teses e dissertações sejam entregues em formato **pdf** ou outro programa equivalente. Porém, sugere-se também o formato **odt** que integra o conjunto de formatos de arquivo do *Open Document (OD)* ou *Open Document Format for Office Applications (ODF)*, que é um formato aberto e público. No Brasil, o formato foi adotado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em 2008, como uma norma brasileira e seu uso é estabelecido pelo Governo Federal como um padrão para todos os órgãos da administração pública, através do guia de interoperabilidade (e-Ping - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) do Governo Federal (PORTAL BRASIL.GOV, 2013).

## **Organização do repositório**

Os repositórios são organizados em torno de comunidades que representam as unidades da instituição e de coleções que contemplam os tipos de documentos produzidos na respectiva comunidade. Porém, como o CCSH é uma unidade acadêmica, propõe-se que as comunidades do repositório do CCSH representem os Departamentos Didáticos e os Programas de Pós-Graduação e abriguem os diferentes tipos de documentos produzidos (coleções).

A criação das comunidades deve ser estabelecida pelo Comitê Gestor do repositório e qualquer alteração nas referidas comunidades deve ser solicitada e deliberada pelo Comitê. Porém, cada comunidade poderá escolher um coordenador, que será responsável pela interação com a BSCCSH, enviando semestralmente uma listagem dos últimos documentos produzidos pelos docentes à Biblioteca e informando a Biblioteca ou aos Gestores do sistema sobre alterações nas comunidades ou coleções, que interfiram no processo de submissão dos conteúdos.

Quanto às coleções, recomenda-se que sejam criadas segundo as tipologias dos documentos a serem depositados. Se houver necessidade, poderá ser criada uma coleção diferente das já estabelecidas, porém esta deverá ser submetida à avaliação do Comitê Gestor. Da mesma forma, alterações que impactem na constituição do repositório deverão ser submetidas à análise.

Diante dessas considerações, o repositório digital do CCSH ficará organizado em 22 comunidades (algumas destas com subcomunidades), cada uma com quatro coleções de conteúdos (FIGURA 01).

ORGANIZAÇÃO DO REPOSITÓRIO		
COMUNIDADES	SUBCOMUNIDADES	COLEÇÕES
Curso de Graduação em Administração (CGADM)		- Artigos publicados em periódicos  - Trabalhos publicados em anais de eventos  - Teses e dissertações  - Trabalhos de conclusão de cursos
Curso de Graduação em Arquivologia (CGARQ)		
Curso de Graduação em Ciências Contábeis (CGCCONT)		
Curso de Graduação em Ciências Econômicas (CGCE)		
Curso de Graduação em Ciências Sociais (CGCS)		
Curso de Graduação em Direito (CGD)		
Curso de Graduação em Filosofia (CGF)	- Filosofia/Bacharelado (CGFB) - Filosofia/Licenciatura (CGFL)	
Curso de Graduação em História (CGH)		
Curso de Graduação em Comunicação Social (CGCOM)	- Jornalismo (CGCOMJ) - Produção Editorial (CGCOMPE) - Publicidade e Propaganda (CGCOMPP) - Relações Públicas (CGCOMRP)	
Curso de Graduação em Psicologia (CGP)		
Curso de Graduação em Relações Internacionais (CGRI)		
Curso de Graduação em Serviço Social (CGSS)		
Curso de Graduação em Sociologia (CGS)		
Programa de Pós-graduação em História (PPGH)	- Mestrado Acadêmico em História (PPGHM) - Especialização em História do Brasil (PPGHE)	
Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA)	- Mestrado Acadêmico em Administração (PPGAMA) - Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas (PPGAMP) - Doutorado em Administração (PPGAD) - Doutorado Interinstitucional em Administração (PPGADI)	
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS)	- Mestrado em Ciências Sociais (PPGCSM)	
Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM)	- Mestrado em Comunicação Midiática (PPGCOMM) - Doutorado em Comunicação (PPGCOMD)	
Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE)	- Mestrado em Economia e Desenvolvimento (PPGEM)	
Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGF)	- Mestrado em Filosofia (PPGFM) - Doutorado em Filosofia (PPGFM)	
Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural (PPGPPC)	- Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural (PPGPPCM)	
Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP)	- Mestrado em Psicologia (PPGPM)	
Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD)	- Mestrado em Direito (PPGDM)	

**Figura 01 – Organização do repositório digital do CSH**

No entanto, destaca-se que esta estrutura pode ser alterada mediante autorização do Comitê Gestor, em razão da criação, supressão ou exclusão de cursos de graduação e pós-graduação do CSH. Destaca-se também que apesar dos docentes estarem ligados aos Departamentos Didáticos, suas atividades de ensino e pesquisa são desenvolvidas nos diversos cursos de graduação e pós-graduação da instituição, portanto os conteúdos serão depositados nas comunidades em que melhor se enquadrem.

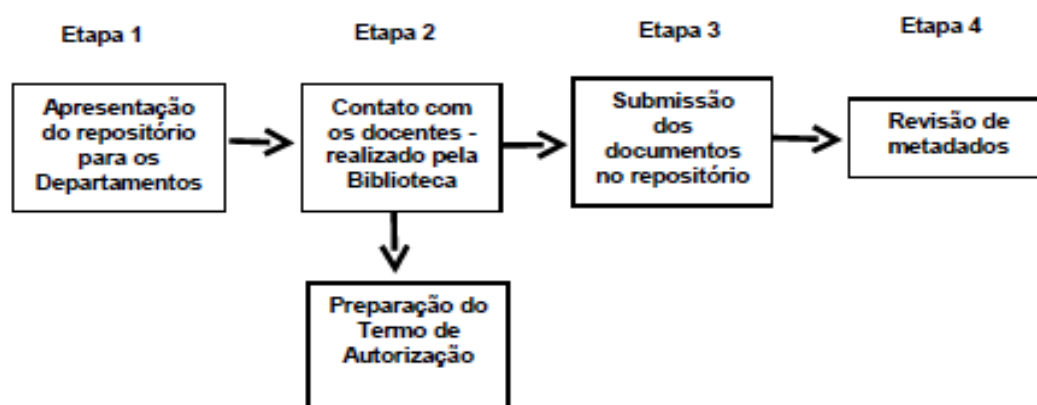
## **Depósito/Submissão de documentos**

Conforme Leite (2009) é importante definir quem realizará o depósito dos documentos no repositório, se o próprio autor (autoarquivamento), seu representante ou a biblioteca (depósito mediado) para depois estabelecer como será realizado. Este é um aspecto que deve ser bem analisado, pois de acordo com Cruz (2011), nos repositórios em que o depósito é realizado pelos docentes (como autores), o número de arquivamentos é menor quando comparados com os repositórios em que o depósito é mediado.

O depósito dos documentos pode ser totalmente realizado pelo autor (autor submete o documento, que fica diretamente arquivado e disponível no repositório) ou submetido pelo autor (o autor submete o documento, que passa por etapas de verificação). Leite (2009) recomenda a adoção da segunda forma, devido à necessidade de controle da qualidade da descrição do documento.

É importante destacar que a submissão dos documentos envolve três componentes essenciais: a captura de metadados, o arquivamento do documento (arquivo) e a atribuição de licença. Dessa forma, esta política adota o depósito mediado, em que os documentos dos docentes do CCSH serão depositados pela Biblioteca Setorial, que realizará as verificações necessárias antes de serem divulgados, visando manter a qualidade dos materiais depositados no repositório.

Segundo Freitas, Silva e Guimarães (2010), na Universidade de Brasília, a Biblioteca Central coordena e desenvolve todas as atividades relacionadas ao repositório, utilizando um modelo composto de duas ações básicas, que são: sensibilização e ação. Na fase de sensibilização, ocorre a visita aos departamentos para apresentação e discussão do repositório e convite para participação, enquanto que na fase de ação ocorre a consulta aos currículos dos docentes, a coleta de materiais, a obtenção de autorização para o depósito, a submissão/depósito dos materiais (bolsistas ou bibliotecários), a revisão de metadados (FIGURA 02).



**Figura 02 - Etapas de trabalho**

Fonte: adaptado de Freitas, Silva e Guimarães (2010, p.338)

Na etapa 1, a Biblioteca entrará em contato com o coordenador de cada Comunidade e marcará encontros com os docentes para a apresentação do repositório, visando envolver os docentes no processo de povoamento do repositório. Através da etapa 2, busca-se a autorização dos docentes para o depósito dos documentos, por meio da assinatura do termo de autorização, assim como será realizada a coleta dos documentos a serem arquivados. Destaca-se que juntamente ao termo de autorização, a Biblioteca deverá elaborar uma listagem com os documentos a serem autorizados, contendo a indicação do local em que estão publicados e as licenças atribuídas a estes documentos. Na etapa 3, a submissão dos documentos será realizada com base nos dados estabelecidos no Termo de Autorização (licenças determinadas pelo autor) e na etapa 4, os metadados (palavras-chave) serão revisados de acordo com um padrão previamente estabelecido.

Da mesma forma que o modelo adotado pela UnB, em que a Biblioteca assume grande parte da responsabilidade pelo funcionamento do repositório, a Biblioteca Setorial do CSH será responsável pela gestão do repositório, adotando as mesmas etapas de trabalho da UnB.

Quanto aos prazos para o depósito, as universidades brasileiras estão adotando o depósito obrigatório imediatamente após o documento ser selecionado para publicação, contudo, em casos em que o depósito imediato não pode ocorrer, o prazo para o arquivamento é de no máximo seis meses da data de publicação.



Conforme as políticas de informação analisadas por Boso (2011), destaca-se que o depósito é obrigatório, porém sua divulgação é opcional devido às cláusulas contratuais mantidas pelos autores com as revistas em que a produção foi publicada. Assim, nesta política adota-se a mesma orientação estabelecida pelas demais instituições, ou seja, o depósito será obrigatório imediatamente após o documento ser selecionado para publicação, respeitando o prazo máximo de seis meses para o arquivamento do documento em casos específicos.

### **Aspectos legais referentes ao depósito dos documentos**

O propósito do repositório é armazenar e distribuir livremente toda a produção intelectual de uma instituição. No entanto, existe a preocupação relacionada à possibilidade de plágios por parte de alguns pesquisadores que dificulta o armazenamento e livre acesso ao conhecimento produzido. Além disso, no atual modelo de comunicação científica, centrado nos periódicos científicos como meio de divulgação do conhecimento, muitas vezes os autores cedem os direitos autorais de seus trabalhos aos editores científicos que passam a reter todos os seus direitos autorais patrimoniais (de exploração) sobre o material, restringindo o acesso por meio das assinaturas dos periódicos. Portanto, questões sobre direito autoral e licenciamento de conteúdos devem ser consideradas na construção de um repositório institucional.

Dessa forma, destaca-se que o depósito de documentos deve ser realizado juntamente com o Termo de Autorização, devidamente assinado pelo(s) autor(es). O termo de autorização é composto de duas partes. Na primeira constam os dados de identificação do autor e do documento e Declaração de Distribuição Não-Exclusiva (FIGURA 03).

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO

<p><b>1. Identificação</b></p> <p>Autor: _____</p> <p>RG.: _____ CPF: _____ e-mail: _____</p> <p>Fone: _____ Vínculo : _____</p> <p>Local de Trabalho : _____</p> <p>Título do documento: _____</p> <p>_____</p>
<p align="center"><b>DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA</b></p> <p>O referido autor:</p> <p>a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.</p> <p>b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue. Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.</p>

**Figura 03 - Modelo de termo de autorização (Parte I)**

Fonte: Universidade de Brasília (2008).

A segunda parte do Termo refere-se à licença atribuída pelo autor para a disponibilização e uso do seu trabalho, conforme mostra a Figura 04:

**Termo de autorização**

Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca a disponibilizar a obra, gratuitamente, de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported* por mim declarada sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra?  
 Sim                       Não

Permitir alterações em sua obra?  
 Sim  
 Sim, contanto que outros compartilhem pela mesma licença  
 Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
 Local    Data

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

**Figura 14 – Modelo de Termo de autorização (Parte II)**

Fonte: Universidade de Brasília (2008).

A licença adotada pelos repositórios de universidades federais é a *Creative Commons*, que possibilita ao autor combinar os diferentes tipos de licença para a distribuição de sua produção científica. Assim, com base nas respostas às perguntas que constam no Termo, será gerado o tipo de licença escolhido pelo autor.

### **Acesso aos documentos depositados no repositório**

A política de acesso proposta para o repositório é a Política de Livre Acesso aos documentos, que permite o acesso total ao conteúdo dos documentos. No entanto, o acesso a alguns documentos pode ser limitado (acesso restrito), respeitando os direitos autorais. É o que ocorre nos casos em que os autores

repassam seus direitos para as editoras, que tornam-se as detentoras dos direitos autorais do documento e para a sua disponibilização em acesso livre é preciso a autorização das editoras, que podem estabelecer prazos de embargo, fazendo que os documentos sejam disponibilizados no repositório com acesso restrito.

### **Povoamento/Sustentabilidade do repositório**

É importante estabelecer mecanismos de estímulo ao depósito para garantir a participação dos membros da instituição e possibilitar o aumento contínuo do volume de documentos no repositório. Assim, serão definidas ações de divulgação dos benefícios da organização e difusão da produção científica dos docentes do CCSH em um repositório de acesso aberto. Para isso, o primeiro passo é a elaboração de cartilhas explicativas sobre o repositório, suas funções, modo de funcionamento e benefícios, bem como sobre as licenças fornecidas pelo *Creative Commons*, de modo a esclarecer as dúvidas a respeito dos direitos de autoria e formas de licenciamento dos documentos a serem depositados e distribuídos no repositório. Essas cartilhas deverão ser entregues em reuniões de apresentação do repositório.

Com o repositório em andamento, outra estratégia que permite demonstrar a sua utilização é através do módulo de estatística disponível no *software* de desenvolvimento do repositório, que demonstra o quanto um documento é acessado e em quais países foi acessado. Dessa forma, é possível analisar as consultas e os *downloads* aos documentos, demonstrando a visibilidade alcançada através do repositório.

Outras alternativas são a criação de um site sobre acesso aberto para a discussão e esclarecimentos sobre o repositório e suas políticas e a organização de palestras sobre o tema, visando desenvolver uma cultura de depósito voluntário. Contudo, uma forma de incentivar o depósito de documentos no repositório surge dos próprios docentes e consiste em aliar a distribuição de recursos para o desenvolvimento de pesquisas aos depósitos efetuados no repositório, uma vez que as pesquisas em sua maioria são financiadas com recursos públicos. Isso poderá tornar o processo mais transparente e estimulará o arquivamento voluntário da produção científica.

Para finalizar, é importante esclarecer que esta política foi elaborada com base na análise da produção científica dos docentes do CCSH, por meio de seus Currículos *Lattes* e de um levantamento do comportamento e das práticas de produção e disseminação do conhecimento científico. Além disso, baseou-se em políticas de informação de outras universidades, bem como em documentos disponibilizados pela Universidade de Brasília (UnB) em seu repositório institucional.

## REFERÊNCIAS

BOSO, A. K. **Repositórios de instituições federais de ensino superior e suas políticas**: análise sob o aspecto das fontes informacionais. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2011. Disponível em: <[http://pgci.paginas.ufsc.br/files/2010/10/BOSO\\_Augiza\\_Karla.pdf](http://pgci.paginas.ufsc.br/files/2010/10/BOSO_Augiza_Karla.pdf)>. Acesso em 15 jan. 2012.

CRUZ, F. S. **O processo de criação e manutenção dos repositórios institucionais das universidades federais brasileiras**. 2011. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2011.

FREITAS, M. A.; SILVA, P. N.; GUIMARÃES, J. F. Repositórios institucionais: a experiência da Universidade de Brasília. In: GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Orgs.). **Repositórios institucionais**: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador, BA: EDUFBA, 2010. p.333-343.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em: <[http://www.ibict.br/anexos\\_noticias/repositoriosinstitucionais.F.Leite\\_atualizado.pdf](http://www.ibict.br/anexos_noticias/repositoriosinstitucionais.F.Leite_atualizado.pdf)>. Acesso em 09 jan. 2011.

PORTAL BRASIL.GOV. Padrões abertos. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/ciencia-e-tecnologia/software-livre/padroes-abertos>>. Acesso em 03 jan. 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Manual de treinamento: repositório institucional UnB. 2008. Disponível em: <[http://www.bce.unb.br/documentos/Manual\\_treinamento.pdf](http://www.bce.unb.br/documentos/Manual_treinamento.pdf)>. Acesso em 20 dez. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Orientações para uso do repositório institucional da UFBA. [s.d.]. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/about/folder\\_repositorio\\_web.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/about/folder_repositorio_web.pdf)>. Acesso em 05 jan. 2012.

## **ANEXOS**

## Anexo A - Instituições de ensino e pesquisa contempladas pelo edital IBICT/FINEP

INSTITUIÇÃO	ESTADO
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	RS
Universidade de São Paulo (USP)	SP
Universidade Federal de Goiás (UFG)	GO
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	MT
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	MG
Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)	RS
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	PR
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC
Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	SP
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	MG
Universidade Federal do Acre (UFAC)	AC
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	MG
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	MA
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFP)	PR
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	SE
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	TO
Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC)	MG
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)	RJ
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	AL
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	SP
Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD)	MT
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS
Instituto Nacional de Tecnologia (INT)	RJ
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	MG
Universidade de Brasília (UnB)	DF
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI)	SP
Fundação Santo André	SP
Museu Paraense Emílio Goeldi	PA
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA
Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	RJ



## Anexo B - Modelo de Política Institucional de Informação

A <Universidade XXXX>/ <o Instituto XXXX> considerando a necessidade de:

- i. preservar a produção científica desta Instituição;
- ii. ampliar a visibilidade da produção científica desta Instituição;
- iii. potencializar o intercâmbio desta Instituição com outras instituições;
- iv. acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas;
- v. ampliar o acesso à sua produção científica;
- vi. facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral;
- vii. otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição;

reconhece a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica desta Instituição<sup>1</sup>. Assim, para atender a estas necessidades, o <reitor>/<diretor> da <Universidade XXXX>/<Instituto XXX> estabelece o seguinte:

- i. que a <biblioteca central desta instituição> / <qualquer outra unidade da instituição> fica encarregada do desenvolvimento, implantação e manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI;
- ii. que este RI desenvolvido e alimentado pela nossa comunidade científica institucional<sup>2</sup> será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;
- iii. que este RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.
- iv. que a comunidade científica institucional faça publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que façam constar em seus contratos de publicação, o depósito de artigos publicados (*pos-prints*<sup>3</sup>) em repositórios de acesso livre;
- v. que o aludido depósito citado no item anterior deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;
- vi. que na impossibilidade de realização do depósito devido à cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja aquela versão que foi submetida à revista científica (*pre-prints*<sup>4</sup>), assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou.

---

<sup>1</sup> Para efeito deste documento, produção científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados veiculados em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares.

<sup>2</sup> Para efeito deste documento, considera-se “comunidade científica institucional” aquela constituída por seus docentes, pesquisadores, colaboradores pesquisadores ou docentes e alunos graduandos e pós-graduandos.

<sup>3</sup> Para efeito deste documento, considera-se “pos-prints” a versão de um artigo já publicado em revistas científicas;

<sup>4</sup> Para efeito deste documento, considera-se “pré-prints” a versão original de um artigo submetido a uma revista científica ainda não publicado

- vii. que fica desobrigado de depósito no RI, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
- viii. que ficam desobrigados de depósito no RI, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;
- ix. que ficam desobrigados de depósito no RI os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;
- x. que todos os documentos que não se enquadrarem nos itens iv, v e vi e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, à exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no RI;
- xi. que de maneira a facilitar o povoamento do RI, a <biblioteca central desta instituição> / <qualquer outra unidade desta instituição> poderá promover o registro da produção científica desta instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Para o cumprimento desta política, esta Instituição estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços. Além disso, a implementação desta política poderá suscitar a elaboração, discussão, regulamentação e estabelecimento de políticas e mecanismos específicos de forma a garantir a plena alimentação do repositório institucional e, por conseguinte, a preservação da produção científica institucional.

Esta Política Institucional de Informação entrará em vigor a partir da data de sua publicação

Cidade, <dia> de <mês> de <ano>.

Fulano de tal  
Reitor da Universidade XXXX ou  
Presidente ou Diretor da Instituição XXXX